



DE MÃOS DADAS COM UM PASSADO COLONIAL:

**Um Estudo sobre a (Re)construção Identitária de Três Mulheres Cabo-verdianas
residentes em Portugal**

Catarina Eliza da Costa Baptista Kalmar de Matos

Orientadora de Dissertação:

Professora Doutora Maria Emília Marques

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Clínica

2022

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Professora Doutora Maria Emília da Silva Marques, apresentada no Ispa – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida para a obtenção do grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.

Agradecimentos

À Professora Maria Emília Marques, por ter sido a âncora deste trabalho. Por ter ousado partilhar a sua sabedoria e calma, que tanto contribuíram para o desenvolvimento destas páginas.

Ao Amílcar e às participantes que aceitaram colaborar nesta investigação, pela prontidão e disponibilidade que constituíram a ignição desta dissertação.

Aos meus colegas Maria Figueiredo, Nathalia Barreto e Rodrigo Constantino, por estas últimas semanas de companheirismo. Aos meus colegas e amigos ispianos, Sara Pereira, Frederico Bento, Bernardo Vicente, Diogo Pereira, Filipa Morais, Joana Silva, Inês Mendes e João Correia por, de uma maneira ou outra, me terem ajudado a crescer.

À minha família, por serem o melhor que há no mundo. Aos meus pais, pelo vosso amor por mim, sem vocês nada disto seria possível. Prometo fazer valer os vossos esforços. Aos meus tios e primos, pela curiosidade e preocupação, por me incentivarem a ser uma pessoa melhor. Aos meus avós, *farfar og farmor*, pelo apoio sincero e felicidade genuína perante as minhas conquistas, que encurta a distância que nos separa. *Mange tak* (ou, como a avó diria, *tak for mad*).

Ao Zé, por todas as vezes que entraste pela sala para abraçar a minha ansiedade nesta fase tão importante e por me acompanhares em mais uma conquista (são melhores vividas ao teu lado). E, claro, sem esquecer a tua família, pelo carinho que sempre demonstraram e por terem dado casa a este trabalho na sua recta final.

Ao Zé Maria e ao Filipe, pelos incentivos, pelos ensinamentos e por todos os momentos em que precisaram da minha ajuda, mas decidiram colocar o meu futuro em primeiro lugar. Por me ajudarem a crescer e a ver neste mundo o que há de mais bonito.

Aos meus amigos, todos vós que me ensinam os nobres valores do respeito e união. Aos *Melhores do Mundo*, pela amizade e por serem um exemplo que quero seguir. Ao grupo *Gente Sexy*, pelo apoio e preocupação. Às *Gurias*, por todas as memórias que somámos nos últimos cinco anos. Às *LDC*, por aproximaram a amizade da fraternidade através da longevidade da nossa relação.

Por fim, à minha avó, por tudo o que não cabe nesta página. Por me continuares a ensinar o que é isso do amor.

Para a minha avó.

Resumo

A Etnopsicanálise apresenta um novo paradigma de investigação que, através da relação complementar entre a Antropologia e a Psicanálise, procura compreender a experiência subjectiva do sujeito, retirando-o do lugar oprimido em que se encontra, de acordo com o seu contexto histórico-social. À luz da abordagem etnopsicanalítica, proposta por George Devereux, este trabalho procurou compreender os processos de (re)construção identitária do sujeito migrante, enquanto construção psico-social que se encontra em constante transformação. Para a realização deste estudo, entrevistaram-se três mulheres oriundas de Cabo Verde, a Eduarda (59 anos), a Beatriz (63 anos) e a Victória (72 anos). As participantes têm como denominador comum o facto de terem nascido sob o domínio colonial português e terem, entretanto, saído desse contexto, mudando-se para Portugal. Para aceder à dimensão subjectiva das participantes, foi utilizado o Método das Narrativas de Associação Livre (FANI – Free Association Narrative Interview), de Hollway W. e Jefferson T. (2000). De seguida, as entrevistas foram analisadas de acordo com esta metodologia e, dos grandes temas emergentes, destacaram-se, sobretudo, questões de cariz identitário. Adicionalmente, foi possível verificar que, embora apresentem alguns traços comuns, como uma dinâmica interna que assenta na lógica da relação dominador-dominado, as três participantes retratam vivências muito distintas no que diz respeito à experiência após a chegada a Portugal. Salienta-se, por fim, a presença de fantasmas de um passado colonialista, que preservam uma identidade que perdura há séculos, evidenciada, ainda hoje, no quotidiano destas mulheres.

Palavras-chave: Etnopsicanálise, Identidade, Migração, Passado Colonial, Método das Narrativas de Associação Livre – FANI.

Abstract

Ethnopschoanalysis presents a new research paradigm that, through the complementary relationship between Anthropology and Psychoanalysis, seeks to understand the subjective experience of the subject, removing him or her from the oppressed place in which he or she finds himself, according to his or her historical and social context. In the light of the ethnopschoanalytic approach proposed by George Devereux, this work sought to understand the processes of (re)construction of identity of the migrant subject, as a psycho-social construction that is in constant transformation. To conduct this study, three women from Cape Verde were interviewed, Eduarda (aged 59 years), Beatriz (63 yrs) and Victória (72 yrs). The participants have as a common denominator the fact that they were born under Portuguese colonial rule and later in life, have left that context, moving to Portugal. To access the subjective dimension of the participants, the Free Association Narrative Interview (FANI) method, by Hollway W. and Jefferson T. (2000), was used. Subsequently, the interviews were analysed according to this methodology, and, among the major emerging themes, identity-issues stood out, above all. Additionally, it was possible to verify that, although they present some common traits, such as an internal dynamic that is based on the logic of the dominator-dominated relationship, the three interviewees portray vastly different life-experiences with regard to the time after arriving in Portugal. Finally, we highlight the presence of ghosts of a colonialist past, which preserve an identity that has lasted for centuries, and is evidenced, even today, in the daily lives of these women.

Keywords: Ethnopschoanalysis, Identity, Migration, Colonial Past, Free Association Narrative Method – FANI.

Índice

1. Introdução
 - 1.1. A Etnopsicanálise
 - 1.2. A Migração
 - 1.3. A formação da Identidade Cabo-verdiana

2. Metodologia
 - 2.1. Objectivo do Estudo
 - 2.2. Tipo de Estudo
 - 2.3. Método FANI
 - 2.4. Participantes
 - 2.5. Procedimento de Recolha
 - 2.6. Procedimento de Análise

3. Análise das Entrevistas
 - 3.1. Análise dos Dados da Eduarda, 59 anos
 - 3.2. Análise dos Dados da Beatriz, 63 anos
 - 3.3. Análise dos Dados da Victória, 72 anos

4. Análise dos Grandes Temas
 - 4.1. Análise dos Grandes Temas da Eduarda
 - 4.1.1. Identidade
 - A Procura de um Lugar
 - As Oscilações entre o Cá e o Lá
 - 4.1.2. Evidências da Experiência Pré e Pós-Colonialista
 - 4.1.3. Representação do Masculino
 - 4.2. Análise dos Grandes Temas da Beatriz

4.2.1. Identidade

A Procura de um Lugar

As Oscilações entre o Cá e o Lá

Identidade Organizada através da Tomada de Posse

Representação do Eu e do Outro

4.2.2. Evidências da Experiência Pré e Pós-Colonialista

4.3. Análise dos Grandes Temas da Victória

4.3.1. Identidade

A Procura de um Lugar

As Oscilações entre o Cá e o Lá

Identidade organizada através da Tomada de Posse

4.3.2. Evidências da Experiência Pré e Pós-Colonialista

4.3.3. A Libertação através da Religião

5. Discussão

6. Conclusão

Referências

Anexos

A. Consentimento Informado

B. Transcrição da Entrevista da Eduarda

C. Transcrição da Entrevista da Beatriz

D. Transcrição da Entrevista da Victória

1. Introdução

O mundo contemporâneo marca-se por fluxos migratórios de populações provenientes de todas as partes. Considerando a diversidade cultural que caracteriza os diferentes povos e comunidades, a experiência de migração associa-se, a condições de mudança que subentendem uma posição de transição com implicações ao nível das dinâmicas internas do sujeito migrante, podendo levar à perda de referências culturais e a conflitos internos que envolvem questões filiativas e identitárias. O território da migração tem vindo a dar lugar a uma extensa área caracterizada pela diversidade étnica e pelas exigências transculturais. Nesse sentido, *“Totem e Tabu”*, de Sigmund Freud, apresenta-se um dos maiores marcos da história da Antropologia e da Psicanálise. Nele, Freud defende a existência de duas pulsões humanas primordiais: o Totem e o Tabu. Complementarmente, Laplantine (1978) refere uma premissa que terá sido o ponto de partida para Freud na sua obra – *“Se a vida social dos antepassados é dominada pelo respeito ao Totem e o psiquismo das crianças e dos neuróticos pelo temor de transgredir o Tabu, então estaremos perante uma relação entre os “primitivos”, os neuróticos e as crianças e, por refacção, entre o campo antropológico e o campo psicanalítico.”*

Na mesma linha de pensamento, a abordagem etnopsicanalítica assenta na prática psicanalítica transcultural, em que se introduz a Etnopsicanálise, partindo da intuição freudiana acima descrita, que tem por base a relação psiquismo-cultura. Assim, a Etnopsicanálise vem contribuir para um novo paradigma de investigação, que em vez de encarar o Outro através de uma perspectiva etnocêntrica, cuja visão o coloca num lugar oprimido de uma cultura não-ocidental, encara-o através do olhar da clínica transcultural, que se propõe alcançar a subjectividade do indivíduo, de acordo com o seu contexto histórico-social. A visão etnopsicanalítica defende que a ciência do homem subentende uma relação de complementaridade entre o indivíduo, a sociedade e a cultura. Do mesmo modo, Moro (2015) adianta que, para atender, em simultâneo, à dimensão clínica, antropológica e linguística, há que repensar um método que intervenha com o sujeito, operacionalizando as interações aos níveis individual, social e, ainda, intersubjectivo, cuja definição analisaremos de seguida.

Para introduzir a dimensão intersubjectiva, Devereux partiu da perplexidade com que encarou os métodos de investigação científicos presentes na altura. Na verdade, segundo Marques (comunicação pessoal, 28 de Outubro de 2022), o autor passou a defender a complexidade da situação científica, após ter verificado o cenário evidente que se lhe apresentava: aquilo que um sujeito conta, difere em função da pessoa a

quem o relato é dirigido. Ora, se o produto oferecido por um sujeito numa investigação difere consoante o investigador a quem esse sujeito se dirige, então o resultado que se obtém aproxima-se de uma ciência inconclusiva. Mais se acrescenta que o autor recusa as noções de *relativismo cultural* e do *psiquismo comum*, pois o *relativismo cultural* é incompatível com o princípio da complementaridade que o Devereux procurou introduzir e a existência dum *psiquismo comum* à sociedade permitiria generalizar expressões que tomariam outro rumo se adoptadas pelo indivíduo na sua individualidade.

Paralelamente, o reconhecimento de semelhanças entre o Eu e o Outro leva o sujeito a reconhecer o Outro, externo a si mesmo, como uma existência separada da sua e é nessa diferença que o indivíduo se constrói (Costa, 2017). Considerando que o processo migratório não é, meramente, uma experiência individual, as dimensões social, histórica e cultural apresentam um papel fulcral na formação e transformação da identidade (Ferreira, 2016). Todavia, importa esclarecer que Devereux apresenta uma concepção particular acerca da noção de intersubjectividade, mas não deixa de defender, ainda assim, a subjectividade do sujeito, aliada ao seu contexto psico-social, que permite justificar a importância de uma análise minuciosa ao material emergente da relação entre sujeito e investigador.

Com base nestes pressupostos, levantam-se questões relativas à vivência destas pessoas no país de acolhimento, em que importa compreender como foi vivida, afinal, a experiência subjectiva do sujeito perante o processo de mudança. Nathan (1986) propõe a concepção de *envelope cultural*, que se refere a um contorno da identidade do sujeito, que assume um papel de protecção e manutenção da sua integridade no seu país de origem. Porém, o autor explica que, no momento em que migra, o sujeito vê-se confrontado com um novo contexto, que pode ameaçar a capacidade contentora e diferenciadora deste envelope cultural. Perante a necessidade de mudança, a perda de referências culturais com as quais o sujeito se identificava e a elaboração de experiências pode ficar impossibilitada, causando implicações ao nível identitário.

Por sua vez, a metodologia utilizada nesta investigação, o método das Entrevistas Narrativas em Associação Livre (FANI), de Hollway e Jefferson (2000), permite considerar os pressupostos supracitados à luz do olhar transcultural. Partindo de uma lógica dinâmica e inconsciente, o método FANI permite aceder à verdade subjectiva do sujeito, bem como a co-construção do espaço intersubjectivo. Por fim, das várias possibilidades de explorar e investigar as diferentes temáticas envolvidas nos processos de migração, este estudo envervou pelo caminho das questões identitárias da mulher negra que migra de um país outrora colonizado para o país colonizador, neste caso,

Portugal. Atendendo ao contexto histórico-social do sujeito migrante e aos postulados teóricos referentes a estas temáticas, foi-se em busca de compreender a subjectividade migrante, bem como o impacto da experiência de migração na *psiquê* destas mulheres, acedendo à dinâmica subjectiva facultada pela utilização do método FANI.

1.1. A Etnopsicanálise

O antropólogo e psicanalista George Devereux, fundador da Etnopsicanálise, declara que esta abordagem apresenta um funcionamento pluridisciplinar, na medida em que a Etnologia e a Psicanálise devem permanecer justapostas. De acordo com as estruturas operacionais da Psicanálise e da Antropologia, apesar da *psiquê* e da cultura serem indissociáveis, o material emergente deve ser construído num duplo discurso, de modo a que as duas disciplinas não se fundam e, antes, se complementem. De acordo com o prisma etnopsicanalítico, Lecomte, Jama e Legault (2006) afirmam que um dos aspectos que permite a construção da identidade está relacionado com a interiorização de padrões culturais que são impostos pela sociedade. Assim, segundo os autores, a universalidade do psiquismo e da cultura, mantendo uma relação de implicação mútuas, constituem o fenómeno de análise, a que Devereux deu o nome de “facto bruto”, sob o qual actua a antropologia psicanalítica, afigurando-se a natureza da relação de complementaridade destas duas dimensões explicativas – psicanalítica e antropológica.

Considerando, então, que a intersubjectividade se afirma uma das principais condições para a compreensão da experiência do sujeito e, paralelamente, que a cultura constitui o fenómeno universal humano (Moro, 2015), salienta-se a relevância do olhar etnopsicanalítico para esta investigação científica. De facto, é através da cultura que o sujeito se constrói e a abordagem etnopsicanalítica é capaz de se debruçar sobre a experiência, atendendo às diferenças culturais promovidas pelo processo migratório, inclusive, de migrantes cujos países de origem foram anteriormente colonizados.

Lévi-Strauss (2012) afirma que a diversidade cultural é um fenómeno que resulta das relações entre as diferentes sociedades e que as pessoas se convencem da existência de diferentes raças graças à evidência imediata proporcionada pelos seus sentidos, já que essa diversidade é, apenas, aparente. Deste modo, o autor defende a existência de diferentes culturas presentes numa só raça, em que essas diferenças são, por fim, semelhantes, quando observadas de forma universal. Numa perspectiva complementar, Seligman e Shanok (1995) afirmam que a cultura apresenta um papel importante nos processos identitários, pois a identidade do sujeito desenvolve-se em torno da sua dinâmica interna e dos contextos sociais que o envolvem. Assim,

considerando que a experiência migratória não é um acto meramente psíquico, mas também social, torna-se importante desenvolver uma matriz epistemológica que promova o “complementarismo”, deitando sobre os diferentes padrões culturais um olhar atento, capaz de entender as diferentes partes que compõem o sujeito.

A proposta de investigação aqui apresentada apela a um tipo de estudo que considere as noções teóricas que entendam o sujeito psicológico como o objecto de estudo e, como tal, apoia-se, fundamentalmente, no paradigma etnopsicanalítico como a abordagem que permite compreender a dimensão interna do sujeito, inclinando-se menos sobre a prática clínica transcultural propriamente dita. Por oposição aos estudos sociológicos, que demonstram grandes tendências ao nível social, o olhar etnopsicanalítico, aliado ao paradigma em que a investigação científica prioriza a construção do espaço intersubjectivo, permitem aceder à experiência subjectiva vivida pelo sujeito. Não obstante, para alcançar o inconsciente, um inconsciente esquecido ou escondido, é necessário recorrer ao paradigma psicanalítico, já que o conhecimento produzido se revela através do espaço intersubjectivo, co-construído na relação sujeito-objecto (Marques, 1999). Assim, ao considerar o indivíduo e a sua construção histórica, social e cultural, a disciplina etnopsicanalítica encontra-se na base do desenvolvimento desta investigação.

1.2. A Migração

A migração pode ser motivada pela expectativa do indivíduo encontrar, num novo lugar, novas oportunidades e melhores possibilidades, por comparação à vida que leva no país ou região em que se encontrava antes do processo migratório (Rodrigues, 2016). Segundo Dantas et al. (2010), perante a experiência de migração, o sujeito é convidado a integrar uma nova realidade, explorando uma variedade de novos entendimentos, em função do contexto no qual se inseriu. Portanto, o processo migratório pode promover uma expansão do *self*, pois ao participar e integrar-se em novas práticas sociais e culturais, o sujeito conta com uma nova maneira de relatar a sua identidade, até porque, de acordo com os autores, o *self* diz respeito ao Ser através da linguagem e das suas variadas formas de expressão.

Porém, os processos de migração vêm propor à identidade do sujeito desafios e mudanças que nem sempre oferecem a estabilidade e conforto que o sujeito migrante desejava. Pusseti, citado por Costa (2017), alerta para as condições adversas da circunstância a que podem ficar sujeitados os indivíduos da migração contemporânea. O autor defende que o passado colonial, há muito silenciado, é favorável ao aumento

de problemáticas ao nível interno, especialmente por envolver questões sociais e políticas que transcendem a capacidade de acção do sujeito migrante. Na mesma linha de pensamento, Rodrigues (2016) defende que quem migra pode ser influenciado por motivações externas ou internas e que cada indivíduo pode apresentar maior ou menor predisposição para dar o primeiro passo no sentido do processo de migração.

Bassoi (comunicação pessoal, 16 de Março de 2022), por sua vez, afirma que o deslocamento geográfico pressupõe um movimento associado a vários lutos, pois aquele que migra depara-se, frequentemente, com perdas materiais, simbólicas e imaginárias ao longo do processo de mudança. Grinberg e Grinberg (1996), no mesmo sentido, admite a existência de um migrante “enlutado”, que tem origem nas vivências de perda de tudo aquilo que deixou para trás. De seguida, o autor acrescenta que a rutura das relações apresenta um carácter permanente e um desafio perante a necessidade de adaptação a um novo lugar. Assim, pressupondo que a mudança implica um conjunto de perdas, torna-se pertinente compreender os ganhos associados ao processo de migração, que acabam por justificar, ainda assim, as perdas inevitáveis.

De acordo com Lévi-Strauss (2012), o progresso cultural ocorre em função das coligações entre diferentes culturas, que pode ser facilitado pelos fluxos migratórios, responsáveis por tornar comuns, consciente ou inconscientemente, as possibilidades que cada cultura encontra no seu desenvolvimento histórico. Adicionalmente, passando de um olhar geral para um olhar mais particular e subjectivo, a experiência do sujeito migrante pode ser influenciada por um passado comum que permanece presente, ecoando vestígios das experiências ancestrais (Carvalho, 2017) Tal como afirma Balandier, a experiência pós-colonial não elimina as experiências anteriormente proporcionadas pelo colonialismo e, aliás, há marcas que ainda se evidenciam na actualidade (Op. cit.).

Neste sentido, Moro (2015) sugere que o sujeito migrante se encontra numa posição de grande vulnerabilidade, em particular, depois de deixar o seu país de origem. A autora propõe que este estado de vulnerabilidade seja encarado como uma dimensão dinâmica que pode implicar alterações no desenvolvimento interno do indivíduo, nomeadamente, na formação e transformação da sua identidade. Na verdade, os códigos culturais apropriados pelo sujeito no seu país de origem são influenciados pelos sistemas de pensamento, de representação e simbolização, pelo que são esses processos que, no momento da situação migratória, podem causar dificuldades na elaboração da experiência vivida e uma série de implicações que trazem consigo uma rutura, capaz de proporcionar a perda global do quadro cultural de origem (Moro, 2015).

Assim, é relevante considerar a noção de estruturação cultural desenvolvida por Nathan (1998), que assenta nas bases psicanalíticas referentes à relação sujeito-objecto. Sendo a relação dinâmica entre a pessoa e o mundo externo uma fonte de aquisição cultural, assimilada logo nos primeiros tempos de vida, a estruturação cultural apresenta um papel activo e importante para o funcionamento psíquico do sujeito.

Para o desenvolvimento deste trabalho, debruçar-nos-emos, especificamente, sobre a migração cabo-verdiana, em particular, de mulheres que experienciaram o período colonial, tendo, entretanto, migrado para Portugal.

1.3. Perspectivas sobre a Formação da Identidade Cabo-verdiana

Segundo Devereux, citado por Nathan (1981), a individualidade pressupõe uma identidade e as duas pressupõem a existência. Deste modo, a individualidade não se considera um produto acabado e, pelo contrário, é sujeito a uma construção contínua. Por conseguinte, a identidade é um processo dinâmico e constante que implica uma assimilação interna, por isso, deve ser gerado num contínuo espaço-temporal (Op. Cit).

As relações constituem o princípio-fundador da formação e transformação identitária, em que a relação sujeito-objecto representa a interacção com o mundo externo (Ferreira, 2016). Esta interacção pode ser mediada pelo indivíduo, bem como pelas suas pulsões, que são parte integrante do seu funcionamento interno e têm capacidade para reconstruir a experiência vivida, influenciando activamente a relação entre o sujeito e a realidade (Op. cit.). Como tal, o contexto psico-social constitui o espaço em que as relações mais complexas se desenvolvem e representam um papel fundamental na formação da identidade do sujeito e, embora a identidade pareça assentar numa base relativamente estável, a verdade é que se trata de um processo contínuo de constante transformação (Menezes, 2017). Complementarmente, segundo o Kaës, citado por Clemente (2014), a cultura corresponde a um conjunto de representações simbólicas organizadoras da experiência e dos processos de transição e transformação da identidade. Kaës sustenta-se em três funções principais da cultura ao nível psíquico: uma primeira, responsável por oferecer um conjunto de elementos que permitem ao sujeito construir uma estrutura psíquica; a segunda relativa ao suporte da transmissão psíquica; e, por fim, a terceira, que permite uma construção de sentido.

Nas famílias cabo-verdianas verificam-se dinâmicas familiares muito diversas que remontam à época colonial em Cabo Verde. Efectivamente, houve muitos indivíduos africanos transportados pelo oceano Atlântico no tempo das colónias que passavam por

Cabo Verde, pelo que as comunidades locais foram dando conta da diversidade ao nível das estruturas familiares (Costa, 2018). Assim, a tradicional família cabo-verdiana conta com o papel central da figura materna, enquanto a figura paterna acaba sendo substituída pela mãe, que adopta uma dupla funcionalidade em famílias onde pai se encontra, frequentemente, ausente. Sustentando esta ideia, Ferreira (2016) vem defender que a maioria dos agregados familiares em Cabo Verde carecem da presença da figura paterna, quer seja por dissolução dos laços matrimoniais, quer seja pelas obrigações profissionais que os obrigam a passar a maior parte do tempo fora do país, ou noutra região, longe das suas famílias.

O racismo e o colonialismo correspondem a formas de dominação entre os seres humanos no mundo moderno (Rocha, 2015) e, na mesma linha de pensamento, Fanon (1952) introduz a “situação colonial” como resultado do encontro entre os “civilizados” e “primitivos”, mas acrescenta que os “civilizados” e os “primitivos” também decorrem da “situação colonial” em que foram colocados *a priori*. Almeida, citado por Costa (2018), afirma que, após a Independência, a sociedade de Cabo Verde manteve relações de opressão e de poder, típicas do período colonial. Actualmente, essas estruturas apresentam uma função reguladora da sociedade cabo-verdiana, pois definem os papéis de cada indivíduo, que são fruto da relação entre a memória e uma tentativa de afirmação da sua identidade.

De facto, considera-se que, no período colonial, as migrações possuíam uma perspectiva que assegurava à pessoa migrante a oportunidade de conquistar cargos melhores, mais prestigiados socialmente, por comparação a outros povos colonizados (Dias, 2006). Portanto, o povo cabo-verdiano do século XX encontrava-se representado numa linha muito ténue que separava o colonizador do colonizado, marcado por uma tendência migratória que o podia aproximar de um *status* mais bem considerado junto dos seus conterrâneos (Miranda e Tavares, 2016). Por outro lado, no que diz respeito, particularmente, à mulher cabo-verdiana, a mesma aparece, frequentemente, associada à mudez, e, ao mesmo tempo, representada pela visão do homem, pois é comum a violência com que esta se depara na relação com a figura masculina (Almeida, 1990). A propósito da mulher sem voz e da existência de um sujeito em função do Outro, recordam-se as palavras de Marques (2002) que refere que o feminino parece apenas poder ser e existir em função do masculino, em que esta diferenciação coloca tudo o resto “*condicionado, submetido, subjugado e, porque não dizê-lo, eventualmente reduzido, mesmo deturpado.*”

Finalmente, importa alcançar um entendimento acerca de como é que indivíduos pertencentes a um povo outrora colonizado vivem esta condição de diferença, bem como em que posição é que isso os coloca e, ainda, de que maneira é vivenciada a ocupação desse lugar. A experiência destas mulheres, vivida interna e externamente, terá, certamente, impacto na formação (e transformação) da sua identidade (Ferreira, 2016), por isso, levanta-se o problema central desta investigação, que diz respeito à ignição deste trabalho, pois interroga a experiência de migração da pessoa cabo-verdiana para Portugal, o país colonizador, e de que forma é que foi vivida essa experiência após o processo de mudança de um lugar para outro, com as respectivas diferenças culturais.

2. Metodologia

2.1. Objectivo do Estudo

O objectivo deste estudo foi o de compreender como foi vivida a experiência de migração de indivíduos que tenham nascido sob o domínio colonial e que tenham, entretanto, saído desse contexto, considerando, simultaneamente, o impacto dessa experiência nos processos filiativos e identitários. Nesta investigação, importa referir que as questões levantadas, bem como as problemáticas associadas, apresentam relevância técnica do ponto de vista prático e teórico. O desenvolvimento deste trabalho procura contribuir para os pressupostos teóricos já existentes relativamente à literacia associada ao método FANI, ao mesmo tempo que oferece sustentabilidade à abordagem etnopsicanalítica. Por outro lado, no âmbito da intervenção prática, este estudo pretende compreender o sujeito migrante, considerando o seu contexto histórico-social, implicado no processo de migração entre dois países diferentes.

Este estudo nasce da curiosidade em compreender a (re)construção identitária do sujeito migrante. Para tal, numa articulação entre o mundo interno e o mundo externo, procurou-se alcançar um entendimento acerca de quem são, afinal, estas pessoas que emigram e quais as dinâmicas que emergem aquando deste processo de mudança. Neste caso, pretendeu-se compreender, especificamente, as experiências de migração de mulheres cabo-verdianas que tenham nascido durante o domínio colonial português e, posteriormente, mudado de contexto, passando por uma experiência de migração para o país colonizador. Considerando os fundamentos teóricos psicanalíticos e os respectivos modelos de interpretação, fez sentido investigar mais sobre a metodologia das Entrevistas Narrativas em Associação Livre, de Hollway e Jefferson (2000), justamente, por se tratar de um método que percepção a narrativa como o objecto de

análise, por oposição aos acontecimentos que são relatados pelo entrevistado. Tendo em conta que uma investigação pode assumir várias expressões, este estudo foi em busca de um racional clínico que atendesse os processos subjectivos e intersubjectivos.

2.2. Tipo de Estudo

O trabalho realizado por Rosado, Neves e Marques (2015), procura clarificar a natureza dos estudos científicos, defendendo que o cerne da disciplina científica está na elaboração do conhecimento. Desta maneira, as autoras demonstram a relevância de analisar os procedimentos metodológicos psicanalíticos que permitem 1) constituir um dado objecto, 2) observá-lo e 3) produzir conhecimento sobre ele, considerando os critérios de justificação que tornam possível avaliar a produção do saber. Simultaneamente, as autoras defendem alguns binómios promotores da multi-determinação e multi-significação, entre eles, a Associação Livre de Ideias/Atenção Flutuante, Transferência/Contra-transferência ou o Manifesto/Latente.

Uma vez que nesta investigação se pretende aceder à subjectividade dos participantes, o tipo de estudo a que se recorreu corresponde à metodologia qualitativa. Contrariamente ao que se tem vindo a desenvolver nas Ciências Sociais com a abundância dos métodos quantitativos, a metodologia qualitativa vem adiantar-se ao colocar a subjectividade do sujeito num lugar privilegiado, ao qual, de outra maneira, não seria possível aceder. O método aqui utilizado adopta uma visão construtiva da subjectividade humana através do uso adequado da Epistemologia, sendo através desta perspectiva que se torna possível legitimar o conhecimento sobre o sujeito (Op. cit.).

O estudo de caso, bem como a Associação Livre, a reflexão, o uso de perguntas *open-ended* ao invés de perguntas fechadas, entre outros exemplos, sustentam a adequação dos métodos qualitativos como forma de aceder ao mundo interno do sujeito e, simultaneamente, à sua subjectividade (Hollway & Jefferson, 2013). Paralelamente, segundo Yin R., citado por Costa C. (2017), o estudo de caso diz respeito à investigação empírica dos limites entre o objecto a estudar e o seu contexto, em que esses limites não se encontram bem definidos. O autor refere que os resultados que são possíveis obter através de um estudo de caso devem ser equiparados aos modelos teóricos já existentes, evitando “*enumerar frequências através de generalizações estatísticas*”. Adicionalmente, importa considerar que é o estatuto do objecto que determina o método a utilizar e não o contrário, pelo que se define o instrumento (método) a utilizar em função da situação particular (o caso do sujeito) em questão (Marques, comunicação pessoal, 2021). Deste modo, como o que se pretende estudar é a subjectividade do

indivíduo (unidade primária de análise), o estudo de caso é um meio adequado para aceder à subjectividade da experiência, em que não se deve procurar fundamentar uma ideia previamente concebida (Ferreira, 2016) e, pelo contrário, nas palavras de Bion, deve adoptar-se uma postura sem *memória*, sem *desejo* e sem *compreensão*.

Assim, o desenvolvimento deste estudo baseou-se nos princípios básicos da Associação Livre de Ideias, de maneira a traçar um percurso marcado pelas motivações emocionais e que explorasse questões identitárias que permitissem aceder à complexidade do sujeito (Hollway & Jefferson, 2013). Assim sendo, a realização desta investigação teve por base a preposição de que a experiência de vida no país de origem e a posterior mudança para o país colonizador influencia o sujeito migrante ao nível da sua identidade. Por fim, tendo em conta que a entrevista é uma das fontes de informação mais importantes para a realização de um estudo de caso e que permite o entendimento das mudanças ao nível interno do indivíduo (Yin R., 2010), o instrumento escolhido para a formulação da presente dissertação foi a Entrevista Narrativa em Associação Livre, de Hollway e Jefferson (2000).

2.3. O Método das Entrevistas Narrativas de Associação Livre (FANI)

O método FANI – *Free Association Narrative Interview*, de Hollway e Jefferson (2000), assenta numa abordagem psicanalítica que coloca o sujeito e a sua dimensão subjectiva num lugar de destaque. Portanto, é a partir deste novo paradigma, que permite aceder às dimensões subjectivas inconscientes dos participantes, neste caso, de indivíduos migrantes, que se justifica a pertinência do uso desta metodologia.

A par com a literatura proposta por Hollway, Marques (2020) refere que a dimensão subjectiva do sujeito implica as suas lógicas pessoais e inter-pessoais, enquanto a dimensão intersubjectiva procura a verdade da relação sujeito-objecto. Essa verdade é resultado daquilo que ambos constroem no espaço intersubjectivo, de maneira a que o produto digno de análise considera o indivíduo, o espaço inerente e a relação estabelecida entre ambos. Deste modo, importa considerar a narrativa do sujeito, visto que, para a intersubjectividade, a forma como um indivíduo conta uma história traz consigo informações relevantes acerca do seu funcionamento interno, bem como dos mecanismos que utiliza para lidar com os conflitos com que é confrontado. Como tal, a interferência junto do sujeito não constitui, necessariamente, uma resistência e é, aliás, um instrumento útil que pode auxiliar a compreensão do seu mundo interno, permitindo a co-construção do espaço intersubjectivo. Marques (2020) considera, ainda, que o acesso ao inconsciente, daquilo que foi esquecido ou propositadamente encoberto, só

pode acontecer através do paradigma psicanalítico. Por isso, deverão ser contornadas as limitações do paradigma epistemológico clássico, associado a relações de causa-efeito.

Segundo Marques (2019), esta metodologia corresponde a um instrumento de recolha, análise e interpretação de dados, que permite que o foco se desloque de um campo de significação mais superficial, literal e manifesto, para um campo de significação de natureza latente e inconsciente. Este instrumento solicita narrativas cujo conteúdo pode ser analisado nas suas dimensões implícitas, permitindo compreender os significados subjectivos atribuídos pelos entrevistados aos temas propostos. Não obstante a importância da experiência subjectiva do sujeito, esta metodologia reconhece e privilegia também a experiência subjectiva, consciente e inconsciente, do investigador, essencial à intersubjectividade. Considerar a subjectividade do investigador para o processo de conhecimento, compreendido à luz dos aspectos relacionais e intersubjectivos, vem expandir o campo da investigação qualitativa. O método FANI, ao considerar que o objecto de estudo diz respeito à própria narrativa do sujeito, por oposição aos respectivos conteúdos narrados, debruça-se sobre a coerência dos relatos, tendo presente que as livre-associações desafiam a narrativa, permitindo que o entrevistador capte incoerências e lhes atribua o devido significado.

O princípio da Associação Livre introduzido por Freud refere-se aos significados emocionais, muitas vezes situados nos recônditos do inconsciente, que se podem encontrar nas ligações entre uma ideia e a ideia seguinte, produzidas na relação entre o sujeito e um Outro, que o escuta (Palha, 2015). Roberto et al. (2021) afirma que esta metodologia pressupõe duas ideias fundamentais: a relação conflitual da dicotomia consciente/inconsciente entende o sujeito, dividido e defendido; e, ao mesmo tempo, a comunicação inconsciente assenta num processo de identificação projectiva, pelo qual a experiência afectiva da pessoa é projectada no Outro, que, por meio da identificação, a vivencia.

A abordagem narrativa, aliada ao estudo de caso, implicam a responsabilidade do investigador, especialmente no que toca à sua capacidade de escuta, ao mesmo tempo que se procura que o entrevistado seja um bom contador de histórias e não um simples “respondedor de questões”. Neste sentido, ao sugerir que um indivíduo diga aquilo que lhe vem à mente, o entrevistador elicitava uma narrativa que não é estruturada de acordo com uma lógica consciente mas, sim, de acordo com uma lógica inconsciente (Hollway & Jefferson, 2013). Deste modo, podem assegurar-se as problemáticas do sujeito que não seriam possíveis de alcançar através de outros métodos de investigação científicos

mais tradicionais. A metodologia psicanaliticamente informada expande a investigação qualitativa, demonstrando o valor do pensamento subjectivo do Outro, que ajuda na compreensão da subjectividade do sujeito analisado (Hollway, 2016). Sem essa capacidade de reflexão, responder à subjectividade do sujeito pode resultar num exercício indulgente da sua própria visão do mundo e da imposição do seu próprio sistema de crenças, trabalhando ao serviço duma certeza desejada, que pouco reflecte a complexidade daquilo que é observado e vivido internamente pelo sujeito.

Em concordância com os autores mencionados anteriormente, Faimberg (2005) defende que aquilo que os seus pacientes diziam ou não diziam eram respostas clínicas para hipóteses teóricas que ele haveria de formular posteriormente, pelo que se acredita que, também ele, procurava colocar a subjectividade do sujeito à frente da objectividade que caracteriza, tantas vezes, o anseio pelas respostas. Uma dessas hipóteses referia-se à concepção da “telescopagem de gerações”, que o autor associou às características de uma dada geração, que parecem encaixar nas gerações seguintes, influenciando comportamentos, sensações e inibições relativas à experiência do sujeito no tempo presente. A propósito desta ideia, Faimberg declara:

“Transmission between generations is often such an ‘invisible’ object in psychoanalysis. We have a glimpse of it in almost every psychoanalytical writing, but perhaps in ways that do not allow us to grasp the essential presence of this issue. My purpose is to make it obvious and necessary, both theoretically and clinically, in the psychoanalytical experience.”

Faimberg, 2005

Em suma, o método FANI, que assenta no paradigma psicanalítico, reconhece a importância das dinâmicas do inconsciente na entrevista narrativa, focando o sujeito e os seus investimentos inconscientes nas defesas contra situações que lhes provoquem ansiedade (Hollway & Jefferson, 2013). Assim, considerando o objectivo deste estudo, descrito no ponto 2.1. *O Objectivo do Estudo*, e que o método anteriormente mencionado apresenta um lugar privilegiado na investigação psicanalítica, as Entrevistas Narrativas em Associação Livre (FANI) serão a metodologia mais adequada para alcançar a experiência subjectiva dos participantes em questão.

2.4. Participantes

Para este estudo foram critérios de selecção para a escolha dos participantes o sexo, a idade e a naturalidade. Foram entrevistadas três mulheres – Eduarda, Beatriz e

Victória, naturais de Cabo Verde, que nasceram durante o domínio colonial português. As três mulheres viveram em Cabo Verde a sua infância e, posteriormente, vieram para Portugal, encontrando-se, actualmente, a viver neste país.

A Eduarda, de 59 anos, natural da ilha de Santo Antão, veio de Cabo Verde com 28 anos, a propósito de uma nova oportunidade de trabalho. É mãe de três filhos e vive, actualmente, com os pais e o filho mais novo. A entrevista com a Eduarda decorreu num espaço ao ar livre, numa mesa que se encontrava numa estação de transportes públicos, na área da grande Lisboa. Após ter terminado o seu dia de trabalho, a Eduarda aceitou realizar a entrevista antes de regressar a casa, num espaço combinada, antecipadamente, entre as duas. Este encontro foi facilitado pelo intermediário que permitiu o contacto com a Eduarda. No dia da entrevista, a participante trazia vestida uma camisa larga, o cabelo apanhado e um saco preto pendurado ao ombro.

A Beatriz, de 63 anos, é natural da ilha de São Vicente e veio para Portugal com 15 anos, para um tratamento de saúde referente ao estigmatismo. Não tem filhos, viveu nos Países Baixos e regressou a Portugal há poucos meses, onde se encontra a morar no momento presente. A entrevista deu-se num evento musical de cabo-verdianos, numa zona mais serena do evento, onde nos sentámos. A Beatriz tinha uns brincos de pérola, o cabelo bem penteado para trás, amarrado com um pequeno rabo-de-cavalo. Esteticamente bem cuidada, de estatura baixa, com um *blazer*, umas calças pretas e uma camisa lisa amarela, decotada em “V”. Trazia consigo uma mala grande, com muitos objectos lá dentro, que pousou no banco ao seu lado. O aspecto da Beatriz acaba por ser simples e discreto, mas com algumas *nuances* apelativas, como foi o caso dos brincos. De qualquer modo, um aspecto cuidado e esteticamente bonito.

A Victória é uma mulher cabo-verdiana de 72 anos, também é natural da ilha de São Vicente. Veio para Portugal, definitivamente, com 17 anos, embora já tivesse visitado o país algumas vezes com os seus pais, em férias. Actualmente, está reformada, não tem filhos e vive com o marido, no centro da cidade de Lisboa. A entrevista com a Victória deu-se nas instalações do ISPA-IU, numa sala alugada previamente. Esteticamente, a Victória é uma mulher de estatura baixa, com alguns acessórios, não muito exuberantes, de brincos e um colar. A Victória vinha com o cabelo bem penteado, cortado pelos ombros, um casaco de malha vestido sobre uma camisa branca e dois sacos de pano, pesados, que carregava consigo, um preto e um branco.

Relativamente ao contexto histórico-social das participantes, é de salientar que as três mulheres nasceram durante o domínio colonial português, ou seja, antes do 25 de Abril, em 1963, 1959 e 1950, respectivamente, tendo sido apenas em 1975, um ano

após a Independência, que o arquipélago de Cabo Verde foi descolonizado. Em 1815 deu-se o fim da escravatura, que culminou na abolição imediata do tráfico na costa de África acima da linha do Equador, incluindo Cabo Verde, mas, de acordo com Ceita, citada por Costa (2017), o trabalho forçado persistiu de uma maneira que muitos historiadores equiparam à escravatura. José Maria Neves, o actual Presidente da República cabo-verdiana, numa tentativa de mobilizar a população, descreveu, recentemente, o seu povo como resiliente e habituado a momentos de crise, afirmando que as coisas nunca foram fáceis para Cabo Verde. Acrescenta, de seguida, que o seu povo sempre foi *“um povo vencedor perante as batalhas que teve pela frente.”*

2.5. Procedimentos de Recolha

De acordo com a literatura proposta por Hollway e Jefferson (2000), procedeu-se à recolha dos dados através do método FANI. Na tentativa de encontrar participantes que tivessem passado por experiências de migração, de um país outrora colonizado para Portugal, foram contactadas, via telefónica e via *e-mail*, algumas associações que pudessem fazer a ponte entre o objectivo deste estudo e os respectivos participantes, entre elas, a Associação ACAS – Associação Luso Cabo-verdiana de Sintra, a Associação Unidos de Cabo Verde e a Associação Cabo-verdiana de Lisboa. Em nenhum destes contactos as Associações acederam ao pedido deste estudo.

Seguidamente, foi-se em busca de falar directamente com alguns contactos mais próximos que pudessem, por sua vez, fornecer o contacto de conhecidos ou familiares, oriundos de Cabo Verde. Através de um intermediário, conseguiu-se um primeiro contacto, com vista à realização da primeira entrevista FANI, com a Eduarda, num espaço conveniente a ambas, no centro de Lisboa. Após lhe ter sido explicado o objectivo deste estudo, a participante foi informada sobre a importância da sua colaboração para o desenvolvimento deste trabalho, clarificando a finalidade académica dos dados recolhidos. As três aceitaram participar nesta investigação voluntariamente e assinaram o consentimento informado, cujo formulário se encontra em anexo a esta dissertação (Anexo A). Depois, foi solicitada a gravação em áudio da entrevista, clarificando que esses dados seriam confidenciais e mantidos em anonimato. A primeira entrevista teve a duração de 25 minutos e foi-lhe dada a garantia de que, após a transcrição da mesma, a respectiva gravação seria eliminada. Depois, o mesmo intermediário fez o contacto entre a entrevistadora e a Beatriz e, poucos dias depois, com a Victória. As entrevistas realizaram-se nos mesmos moldes, nos arredores de Lisboa. A segunda entrevista teve a duração de, aproximadamente, 45 minutos e a

terceira entrevista também teve a duração de 45 minutos. As entrevistas da Eduarda, da Beatriz e da Victória podem ser consultadas nos Anexos deste trabalho, mais concretamente, nos anexos B, C e D, respectivamente.

Nos três casos, as entrevistadas apresentaram, inicialmente, uma postura mais reticente, que foi, no entanto, desvanecendo à medida que a entrevista decorria. Em cada uma das três situações, procurou-se que a entrevista decorresse num local com o qual as participantes se sentissem familiarizadas. Ao mesmo tempo, importava que esse fosse um espaço adequado, isto é, com condições de privacidade, que pudessem promover um espaço contendor das partilhas das participantes, bem como a confidencialidade dos relatos das mesmas ao longo da entrevista. O início das entrevistas teve início sempre com a mesma questão – *“Pode-me contar a sua experiência de migração para Portugal?”*. A partir daí, desenvolveram-se as narrativas, de forma livre e espontânea, num diálogo desprovido de expectativa por parte da entrevistadora, para não influenciar o movimento narrativo das participantes. Na sequência da questão aberta, tornou-se possível aceder à experiência subjectiva das participantes e compreender como é que as mesmas vivenciaram, sentiram, elaboraram e construíram o processo migratório e todos os aspectos subjacentes.

2.6. Procedimentos de Análise

Primeiramente, realizou-se uma pesquisa aprofundada acerca dos principais conceitos a desenvolver nesta investigação, para que fosse possível compreendê-los com maior rigor e coerência. Hollway (2010) afirma que a intersubjectividade inconsciente se move em dois sentidos, que constituem partes complementares da identificação – a identificação projectiva e a identificação introjectiva. Por isso, o investigador deve explorar o seu próprio envolvimento subjectivo ao longo da entrevista, de modo a melhorar a compreensão da informação recolhida acerca do participante e que será, seguidamente, interpretada e analisada. Assim, procedeu-se à exploração das noções teóricas que serviram de base a esta investigação, como se pode verificar pela introdução deste trabalho. Seguidamente, atendendo às orientações de Hollway e Jefferson (2013), há quatro principais questões associadas à análise de qualquer estudo qualitativo, entre elas: 1) Em que é que reparamos? 2) Por que é que reparamos no que reparamos? 3) Como é que podemos interpretar isso em que reparamos? 4) Como é que sabemos que a nossa interpretação é a correcta? Assim, os autores realçam que a análise das entrevistas deve ser realizada em grupo, de maneira a possibilitar uma

aproximação fidedigna à realidade narrada pelo sujeito, a fim de alcançar o espaço intersubjectivo e a universalidade dos conteúdos emergentes.

Dito isto, depois da transcrição das entrevistas, foram marcados três encontros com o grupo de análise, com o intuito de analisar as três entrevistas. Aqui, recorda-se um princípio psicanalítico bioniano acerca das origens do pensamento intersubjectivo, onde se afirma que são precisas duas mentes para pensar sobre as importantes problemáticas de um sujeito. Por isso, estes encontros foram realizados via *Zoom* e o grupo de análise contou com a presença de diversos intervenientes, incluindo alunos, a entrevistadora e a orientadora deste estudo. Neste momento, a entrevista foi lida pela entrevistadora e, como referido por Roberto et al. (2021), o grupo escutou a leitura com uma postura de abertura e sem expectativa prévia relativamente às narrativas das participantes, ou seja, a escuta foi realizada em atenção flutuante. Foram surgindo impressões e hipóteses interpretativas em Associação Livre. Espontânea e gradualmente, foram sendo formadas linhas compreensivas acerca do fenómeno em estudo, nas suas dimensões implícitas e explícitas.

Primeiro, a entrevista da Eduarda foi lida em voz alta e, à medida que decorria essa leitura, os elementos do grupo partilhavam entre si o que o discurso da participante evocava em si mesmos, tendo, sempre que possível, a linguagem psicanalítica como referência. O mesmo procedimento realizou-se nas duas restantes entrevistas. De seguida, analisaram-se as notas de campo do entrevistador, isto é, das anotações realizadas durante a leitura da entrevista, confrontando-as com as primeiras hipóteses interpretativas delineadas. Posteriormente, a entrevistadora procedeu a uma análise individual referente a cada entrevista, evidenciando as principais temáticas transversais que se destacaram. Consideraram-se as orientações de Hollway e Jefferson (2000) acerca do método FANI, em que os autores sugerem dividir as narrativas em segmentos codificados de acordo com os diferentes temas e, então, analisar esses segmentos como partes constituintes de categorias temáticas. Finalmente, os multi-significados implícitos e explícitos foram confrontados com as hipóteses interpretativas, clarificando, explorando, problematizando e articulando-as com a literatura. Para finalizar, a entrevistadora procedeu a uma análise colectiva das narrativas, que consistiu em analisar comparativamente as entrevistas deste estudo, que permitiram discutir os resultados à luz da abordagem etnopsicanalítica.

2. Análise das Entrevistas

“Falar é existir absolutamente para o Outro.”

Fanon (2017)

EDUARDA, 59 ANOS

Numa tentativa de dar à participante a oportunidade de narrar o seu processo migratório, o início da entrevista com a Eduarda partiu de uma pergunta aberta – *“Gostaria de me contar a sua história de migração para Portugal?”*, à qual a entrevistada começou por descrever os momentos prévios à vinda para Portugal – *“Em Cabo Verde eu já era grande e tinha duas filhas, que estava a criar sozinha. Eu era empregada de um senhor português e um amigo dele inglês pediu-lhe se ele podia mandar uma empregada para ele”*. Aqui, a participante aborda um dos temas que o grupo de análise veio a destacar como uma questão central do seu discurso – os patrões, enquanto figuras de sentido na sua vida, pois a Eduarda refere a influência dos mesmos nas suas decisões, clarificando que sempre trabalhou para eles, independentemente de estar em Cabo Verde ou em Portugal – *“Nunca faltei ao trabalho, tenho sempre bons patrões”*.

A entrevistada tem estabelecida uma relação nítida com Cabo Verde e com as pessoas que lá ficaram, nomeadamente, as filhas e o patrão português. Na verdade, esta ligação com o país de origem pode verificar-se quando a participante relata que o patrão inglês voltou para a Inglaterra e a convidou para ir com ele. Perante a proposta, a Eduarda optou por permanecer em Portugal, pois Inglaterra não estava sequer na conjectura – *“Trabalhei quatro anos com o tal inglês e depois ele foi para Inglaterra (...) eu disse que não, porque eu tinha as duas filhas e queria mandar vir as minhas filhas para Portugal”*. Compreende-se, ainda, que a participante se mantém ligada a Cabo Verde, persistindo na sua narrativa uma oscilação entre o cá e o lá. Tal é possível verificar, por exemplo, quando se refere à sua estadia em Portugal, pois, embora a Eduarda estivesse cá, o patrão estava lá, em Cabo Verde, tal como as filhas, pessoas que menciona com frequência, a par com o desejo de ficar junto delas – *“(...) eu e as minhas filhas, era isso que eu queria”*.

Numa primeira instância, a separação das suas filhas parece ter constituído uma objecção à sua vinda para Portugal, pois a proposta de trabalho só contemplava a

migração da Eduarda – *“Vou como? Eu tenho duas filhas, como é que eu vou?”*. Mas, logo de seguida, Eduarda explica – *“Ele [o patrão português] ficava com as minhas filhas e eu ia para Portugal e ele depois ia tratar das coisas”*. O patrão português, segundo consta, deveria encarregar-se de *“tratar das coisas”* necessárias para que as filhas pudessem, também elas, migrar para Portugal. Porém, não se percebe o papel do patrão português nesta equação, visto que se desconhece quem tomou conta das suas filhas nos primeiros anos após ter partido de Cabo Verde. Posteriormente, este aspecto clarifica-se quando a Eduarda explica que as filhas vieram para Portugal quando ela deixou de ser doméstica interna – *“(...) trabalhei aí quatro anos com o tal inglês e depois ele foi para Inglaterra (...) Então arranjei uma casa, porque eu trabalhava interna, e depois de arranjar a minha casa fui buscar as minhas filhas.”* Na mesma linha de pensamento, nasce uma outra questão fundamental para a análise desta entrevista – quem são, afinal, os pais destes filhos?

Numa fase inicial, Eduarda começa por afirmar que trabalhava como interna para o patrão inglês – *“eu trabalhava interna (...) o meu trabalho é doméstica”* e que, por isso mesmo, não pôde cuidar das suas filhas, o que sugere que prestava os seus serviços a tempo inteiro. Contudo, de seguida, dá a entender que, após esse trabalho na casa do patrão inglês, a Eduarda voltou a trabalhar como interna para outra família: – *“Tenho sempre bons patrões... estive vinte e tal anos numa casa de família (...)”*. Por outro lado, a participante afirma-se enquanto governanta e, quando questionada – *“E como é que é ser governanta de uma casa?”*, descreve a sua profissão como um trabalho de grande responsabilidade e dedicação – *“Ser governanta de uma casa é quando chegas lá, não encontras os patrões e eu é que tenho de fazer tudo, tenho de dar a volta.”* Segundo a sua descrição, a Eduarda, afinal, pode não ter sido trabalhadora interna, mas, independentemente do cariz dos seus serviços, importa referir que a participante sente que ocupa um lugar importante no seu trabalho e isso parece oferecer-lhe sentido. Apesar de atribuir grande relevo a este tema, na sua narrativa, atrapalha-se ao falar da profissão, sendo notória a dificuldade em definir o seu lugar na relação com o seu emprego, até porque a mesma não consegue esclarecer se mora ou não na casa dos patrões para quem trabalha. Todavia, as referências ao trabalho tornam-se cada vez mais confusas, especialmente no que diz respeito ao lugar que ela ocupa nas casas por onde passou – *“Eles já não tinham como pagar e eu arranjei outro trabalho e saí de lá e até hoje... Arranjei outro trabalho... O meu trabalho é doméstica (...)”*. Assim, também ficam por compreender as condições do seu trabalho enquanto doméstica em Portugal.

Depois de descrever e enumerar algumas actividades do seu quotidiano – *“Faço tudo, desde cozinha até (...) limpo tudo e é assim a minha vida... governanta de uma*

casa”, emergiu a ideia de que a vida da Eduarda em Portugal parece não se distanciar, significativamente, da vida que levava em Cabo Verde. A verdade é que a sua vida desenvolveu-se em torno da actividade doméstica e, por isso, surgiu a curiosidade de questionar a entrevistada sobre como é viver em Portugal. De facto, não só o conteúdo da sua resposta, como o tom de voz com que respondeu à questão, mostraram que, para ela, são evidentes as semelhanças entre a vida em Portugal e em Cabo Verde – *“É bom, é como estar em Cabo Verde! Não muda nada.”* A actividade doméstica parece ter tido um papel fundamental para a decisão de sair do seu país, já que Eduarda veio para Portugal fazer o mesmo que fazia em Cabo Verde, sob as mesmas orientações, ou seja, trabalhar como doméstica para outrem. Os padrões e a profissão apresentam papéis muito importantes ao longo da sua narrativa, em que os padrões, por um lado, dão sentido ao seu trabalho, e a profissão, por outro, dá sentido à sua vida – *“(...) é assim a minha vida...”*. Pelo seu discurso, a profissão é responsável pela forma como se sente, encurtando a distância entre Portugal e Cabo Verde, graças às semelhanças que encontrou entre duas realidades, proporcionadas pela realização do mesmo ofício.

Realmente, os padrões apresentam um sentido na vida em Portugal – *“Vou lá [a Cabo Verde] para quê? Se for lá, os meus padrões já morreram todos...”* e o mesmo não aconteceria se regressasse a Cabo Verde, onde, trinta anos depois, reconhece que já não encontraria as pessoas que lá deixou. Na verdade, a Eduarda mudou-se para Portugal antes da Independência e parece ter internalizada a representação da relação “dominador-dominado”, sugerindo a ideia de uma colonização enraizada, constante no seu modo de ser e de trabalhar, onde se encontra assimilada por uma figura superior, o homem colonial, um forte fundamento do colonialismo. Portanto, se o sentido está no padrão e se é em Portugal que ele se encontra, Cabo Verde perde o sentido – *“Deixo-me aqui, aqui estou muito bem (...) Já não tenho padrão lá e tinha que arranjar outro...”*

Portugal, por sua vez, foi o país que a acolheu e permitiu que encontrasse uma vida mais favorável e estável: – *“Eu estou a gostar de estar aqui, a minha vida estabilizada está aqui, é aqui...”* Essa estabilidade, por sua vez, desempenha um papel importante na sua adaptação a Portugal, em que um dos motivos que a fez mudar de país foi a possibilidade de oferecer às suas filhas uma vida melhor – *“Eu vim de lá porque eu tinha duas filhas, tinha que estabilizar a vida delas (...) dei-lhes a escola, fizeram tudo e hoje são casadas e não têm fome e têm os filhos em paz.”* Compreende-se que Portugal não só foi o país que lhe deu uma segunda oportunidade de trabalho, como a acolheu a si e à sua família. Ao longo do seu discurso, Eduarda vai sustentando a mesma ideia, recorrendo a algumas comparações entre o cá e o lá – *“Só o trabalho é que é diferente porque o ordenado é melhor que o de lá.”* Constata-se, ainda, que uma das grandes

diferenças identificadas pela entrevistada entre Portugal e Cabo Verde foi a remuneração salarial. Pelos vistos, o salário que Eduarda passou a receber constituiu uma motivação ao seu processo de migração para Portugal, assim como o aumento de possibilidades que esse aumento lhe pôde proporcionar. Mais uma vez, a Eduarda recorre a comparações para diferenciar as possibilidades que encontrou cá, em Portugal, e que lá, em Cabo Verde, não encontraria – *“Lá também trabalho, mas ganho pouco. Cá ganho mais. É por causa disso que saí de Cabo Verde para Portugal (...) habituaram-me a essa estabilidade... ganho mais e consigo fazer uma vida razoável e melhor que a de lá.”*

Paralelamente, é de salientar uma outra comparação feita por Eduarda que suscitou algum impacto durante a escuta da sua narrativa. Na verdade, o seu discurso também parece diferenciar as suas filhas, cabo-verdianas, do seu filho mais novo, nascido em Portugal. Subtilmente, a Eduarda parece distinguir as filhas mais velhas do irmão mais novo, como se uma barreira entre eles existisse – *“O meu filho mais novo (...) está na minha casa, ele ainda vive comigo”* e acrescenta – *“(...) é bom ter um filho em casa”*. Neste caso, apesar de ter já vinte e seis anos, o filho vive com a mãe desde que nasceu, ao contrário do que aconteceu com as filhas, e Eduarda parece usufruir agora de uma circunstância que em Cabo Verde não lhe foi possível – *“Eu vivo com os meus pais e o meu filho mais novo e está bom assim, estou feliz.”* Efectivamente, o seu filho, português, apresenta um papel importante de ligação na vida de Eduarda, uma ligação directa ao seu novo país – *“Sinto-me feliz aqui e é o que eu digo, aqui já é minha casa...”*

Importa, também, referir as confusões temporais presentes na sua narrativa. À medida que vai relatando a sua experiência, numa tentativa de se orientar numa linha temporal, a participante procura basear o seu discurso de acordo com as datas de alguns acontecimentos marcantes. Todavia, apresenta com frequência dificuldade em recordar-se da idade das pessoas e do tempo que passou desde a ocorrência de alguns momentos importantes – *“O meu filho nasceu cá em Portugal, nasceu em dois mil e... vinte seis (...) Espera! Não... vinte e... não! Ele tem vinte e seis...! Ele nasceu no noventa e seis.”* Da mesma maneira, a participante parece não conseguir precisar há quantos anos é que as filhas se encontram em Portugal e, quando questionada sobre esse assunto, responde – *“Há vinte e tal anos”*. O mesmo se verifica quando mostra dificuldade em datar com precisão o tempo que já passou desde que veio para Portugal – *“Faço uma confusão às vezes com os anos... (...) eu já tenho aqui trinta e tal anos.”* Na verdade, a Eduarda não transmite segurança perante as contas que vai fazendo, o que dificulta a compreensão da sua história sempre que recorre ao tempo como uma bengala para a sua narrativa.

São vários os momentos em que Eduarda menciona os seus filhos, porém, tal não acontece com os respectivos progenitores, visto que não há qualquer referência aos mesmos ao longo de toda a entrevista. Por outro lado, emerge a ideia de que o patrão português é quem ocupa o lugar desse pai ausente e, segundo consta, este desempenha um papel importante na vida de Eduarda, tendo sido responsável pelo reencontro da entrevistada com as suas filhas, quatro anos depois de ter vindo para Portugal. A questão relativa a estes homens é, realmente, um mistério que não fica esclarecido e não se percebe, no fim de contas, quem se encarregou dos cuidados dos seus filhos. Sabe-se, apenas, que, quando Eduarda veio para Portugal, as filhas ficaram com o patrão português, em Cabo Verde. De qualquer maneira, é de salientar que, segundo o seu relato, os seus filhos não têm pai, uma vez que estes homens não são mencionados em nenhum momento da entrevista. Embora a Eduarda venha a afirmar que casou, pelo menos, duas vezes – *“(...) depois casei de novo, tive aí mais um filho, tem vinte e seis anos e é assim que a vida vai andando”*, esse homem trata-se de uma verdadeira incógnita na equação desta experiência, não sendo incluído na sua história, pois nada é dito a seu respeito.

No seguimento da sua narrativa, após referir alguns problemas após a chegada a Portugal e de ter sido questionada sobre a sua adaptação a um novo país – *“Nos primeiros tempos foi difícil adaptar-se?”*, a Eduarda volta a frisar que cá foi mais fácil alcançar a estabilidade que desejava, individual e familiar, mas não deixa de referir que, numa primeira instância essa adaptação não foi fácil – *“Nos primeiros tempos é que... a adaptação... não foi fácil. Mas já está.”* Na verdade, aqui estamos perante outra contradição no seu discurso, uma vez que a entrevistada ora afirma que – *“Cheguei aqui já com os documentos e passei e por isso não tive problemas”*, ora conta que – *“a adaptação não foi fácil”*, acrescentando – *“depois pronto, está tudo bem (...) eu e as minhas filhas, era isso que eu queria”*, dando a entender que a vida em Portugal só ficou facilitada depois do reencontro com as filhas. Ainda assim, mesmo confrontada com as dificuldades sentidas nos primeiros tempos de mudança, Eduarda acaba por sentir que, hoje, pertence a um novo país – *“Aqui já é a minha terra.”* Realmente, a Eduarda apresenta um forte sentimento de pertença a Portugal e o mesmo também se verifica quando se dirige a Cabo Verde – *“(...) eu tenho saudade de lá e entretanto eu sinto bem aqui também.”* Segundo o que a participante adianta, à semelhança do nascimento do seu filho mais novo, também a migração dos seus pais foi um aspecto que fomentou o seu sentimento de pertença a Portugal – *“Quis trazer os meus pais também”*, clarificando, com um entusiasmo manifesto, que teve um papel importante no processo de migração dos seus pais – *“(...) renunciei o meu documento de Cabo Verde, agora*

quis trazer os meus pais também para aqui (...) tive que dar a eles documentos e tive que registar cá e por isso renunciei lá (...).”

Por fim, quando questionada se pretendia acrescentar mais alguma coisa à sua narrativa, optou por fazer uma breve síntese do seu processo de mudança, em que, não só aborda as temáticas filiativas e identitárias – *“É os filhos, é os pais... a vida de lá é boa, a vida daqui é boa... Eu gosto dos dois!”*, como também faz, uma última vez, uma oscilação explícita entre o cá e o lá, identificando-se com Cabo Verde, o seu país de origem, e com Portugal, o país que a acolheu – *“É Cabo Verde, é aqui... (...) Vou lá passar férias e depois volto para a minha terra... Sim, porque aqui já é minha terra...”*

BEATRIZ, 63 ANOS

De acordo com a mesma instrução, a entrevista com a Beatriz iniciou-se com a mesma questão aberta – *“Gostaria de me contar a sua história de migração para Portugal?”*, à qual a mesma começou por relatar a sua primeira experiência de migração, de Cabo Verde para Portugal, quando tinha quinze anos. Logo no início do seu discurso, a Beatriz opta por fazer referência aos seus estudos e habilitações académicas (e.g. fez o curso comercial, foi escriturária na freguesia da sua localidade, voltou a estudar numa escola de renome, etc.), como se estas enumerações a engrandessem. O grupo começou por se questionar acerca da zona onde vive, actualmente, a participante. Na verdade, é a própria entrevistada que começa por esclarecer que não mora numa zona qualquer, mostrando não quer ser confundida com as comunidades africanas, nomeadamente, de Cabo Verde. Aliás, parece que a Beatriz associa a região onde decorreu a entrevista a uma descrição que faz na sua narrativa, a propósito das casas que não estão bem pintadas ou dos transportes não têm a adequada manutenção – *“(...) casas velhas e a caírem (...) o metro a pingar água dias e dias e dias”*. De facto, quando, antes da entrevista, a entrevistadora assumiu que a Beatriz morava perto do local onde se realizou a entrevista, a Beatriz pareceu ficar ofendida com essa afirmação, clarificando que não quer ser “metida no mesmo saco” dos restantes cabo-verdianos que frequentam aquela região.

Há, no entanto, uma nítida ligação a Cabo Verde, identificada em vários momentos, um deles, quando a Beatriz conta que, após ter chegado à Holanda, uma das suas primeiras preocupações, de facto, foi a aprendizagem do holandês. Todavia, após a aquisição da língua, dirigiu-se à Associação Cabo-verdiana na Holanda, onde procurou o contacto com o seu país de origem e, ao mesmo tempo, com pessoas da sua terra natal. A propósito, a referência ao *catamaran* é um detalhe muito curioso da sua

narrativa, que representa, na forma de um projecto, a ligação entre si e Cabo Verde. O *catamaran* serve para levar aqueles que quiserem voltar ao seu país e não tiverem dinheiro para tal – “(...) *um projecto agora para fazer um catamaran para África, onde as pessoas podem ir viajando de forma gratuita*”. Desta forma, ela participa numa iniciativa que a pode levar, também a si, de volta a Cabo Verde. Aparentemente, Cabo Verde, não sendo nada para ela, revela-se um dos aspectos mais fundamentais. No fundo, Cabo Verde é o lugar de onde ela, pelos vistos, nunca chegou a sair, o seu lugar de pertença. Talvez por isso é que a Beatriz circula nos bairros onde há mais cabo-verdianos, em Portugal ou na Holanda. Há, então, uma procura por Cabo Verde nas pessoas, nos lugares, nas comunidades, nos eventos (tal como se encontrava no dia da entrevista) e ela contribui para um movimento que pretende ligar as comunidades africanas migrantes na Europa aos seus países de origem.

Numa fase inicial do seu discurso, dá-se conta duma tendência para a Beatriz se colocar numa posição de superioridade – “(...) *pronto, eu venho com uma outra mentalidade, eu tento passar por cima...*” e em muitos casos refere-se a si mesma como uma pessoa que se apoderou de alguns recursos. Embora esses recursos não sejam, necessariamente, objectos materiais (e.g. aprendizagem da língua holandesa), a entrevistada apropria-se de valências que parecem servir-lhe um propósito – “(...) *recebi um primeiro diploma (...) tinha tudo muito bem: a escrita, a fala, a gramática*”. Porém, mesmo com esses recursos, ela situa-se numa posição papel que não se consegue compreender bem qual é. Isto é, inicialmente, a aquisição dos recursos parece ser uma tentativa de se colocar num lugar superior na relação com o Outro, por exemplo, relativamente à Maria, ou, então, num lugar que não seja inferior, por exemplo, em relação ao marido. Assim, coloca-se num lugar onde não pode ser menos que eles, onde a aquisição da língua representa um passaporte directo para a igualdade entre si e as pessoas locais – “(...) *estar num país significa, acima de tudo, dominar a língua*”. Posto isto, quando a mesma menciona a dificuldade dos homens se dirigirem aos hospitais por se sentirem envergonhados pelo facto de não dominarem a língua, questionamo-nos sobre a direcção da sua afirmação, ou seja, a quem é que ela se estará, realmente, a referir – se aos homens envergonhados, ou a si mesma. De facto, os cabo-verdianos na Holanda não dominam tão bem a língua holandesa como as pessoas locais e, por isso, pensou-se que a aprendizagem da língua poderá ter sido uma tentativa de não ser confundida com os seus patrícios e, ainda, uma tentativa de não mostrar a fragilidade subentendida ao não domínio do holandês. E, por falar em fragilidade, importa salientar que, ao longo de toda a entrevista, a Beatriz não revela qualquer vulnerabilidade, pelo que pode tê-las deslocado num movimento que parte de

si para as pessoas de Cabo Verde (neste caso, os homens, que, tal como ela, tiveram dificuldade em dominar o holandês).

A pronúncia, por sua vez, constitui uma dificuldade que ela transformou numa conquista – “(...) *eu tinha medo de dar erros (...) comprei um dicionário português-holandês (...) e ouvia as pessoas a dizerem as coisas*” – e, simultaneamente, como um obstáculo que ela, sozinha, conseguiu ultrapassar – “(...) *Ela dava-me logo os exercícios no quadro e eu ia numa boa e fazia logo aquilo ta, ta, ta e ficava feito*”. Na verdade, a entrevistada dá bastante ênfase à pronúncia enquanto qualidade que nem todos adquirem – “*Tinha que ir para a Bélgica por causa da pronúncia*”, mas que ela, mesmo assim, teve a capacidade de desenvolver, destacando-se. Curiosamente, por duas vezes na entrevista, a Beatriz fez questão de dizer algumas palavras holandesas e de explicar o seu significado. De alguma maneira, esses momentos remeteram a entrevistadora para uma posição de inferior, de ignorância, em que a Beatriz lhe transmitiu uma incapacidade sua, expressando algo que ela sabia e a entrevistadora não. Depois, no fim da entrevista, quando já nos encontrávamos à saída do estabelecimento, a Beatriz teve a iniciativa de falar com alguns conhecidos, desta vez, em crioulo. Destaca-se a relação peculiar com o crioulo, já que a entrevistada, embora seja a língua mais falada de Cabo Verde, omite esse dialecto da sua narrativa, não tendo feito qualquer referência ao crioulo em toda a entrevista. Em vez disso, mencionou a aprendizagem do português, quando veio para Portugal, e do holandês, que enaltece várias vezes, ou do inglês, nomeadamente, ao referir o que os professores diziam de si – “*Ela é uma excelente aluna, não deu nenhum erro*”, ou quando inferioriza o domínio do inglês da sua empregada – “*Ela também falava inglês... ou melhor, arranhava o inglês!*” Assim, o crioulo, estando intimamente associado a Cabo Verde, parece ter ficado distanciado da sua narrativa. A verdade é que o holandês implicou um grande esforço da sua parte, ao contrário do crioulo e do português, que aprendeu na infância e, agora, acabam sendo desqualificados, ou mesmo omitidos, como no caso do crioulo.

Há outro aspecto que emerge no seu discurso e que merece especial atenção: o facto das mudanças marcantes da sua vida terem ocorrido graças a si. Primeiro, segundo o que nos conta, o primeiro processo de migração deu-se por consequência do estigmatismo – “(...) *vim com os meus pais para Portugal, para tratar de um problema na vista que eu tinha, que era estigmatismo.*” Depois, migrou para a Holanda por sua própria decisão – “(...) *decidi ir passar umas férias a Holanda e pronto*”, para viver com o seu marido e, seguidamente, estudou holandês por sua própria insistência e mérito – “(...) *eu tinha que falar holandês, eu precisava de falar holandês e eu sentia-me bem a falar holandês*” De facto, o seu discurso parece remeter-nos a uma perspectiva onde a

vida e as escolhas da Beatriz possam ser admiradas. No entanto, se, por um lado, a entrevistada se coloca no centro das grandes mudanças da sua vida, por outro lado, parece que estas experiências foram realizadas na presença de outrem (e.g. vinda para Portugal acompanhada pelos pais; ida para a Holanda viver com o marido; aprendizagem do holandês com a ajuda da Maria, etc.). Dito isto, é por causa dela que os acontecimentos importantes da sua vida ocorrem, quer seja porque (ela) tem de mudar de país, ou porque (ela) quer viver com o marido, ou porque (ela) quer aprender uma língua, e assim por diante.

Não deixa de ser curioso que em nenhum momento da sua narrativa a Beatriz faz referência a pessoas significativamente importantes. É interessante o facto do marido surgir como uma pessoa que lhe criava obstáculos – “*A princípio ele não queria (...) Ele dizia-me que eu não precisava de aprender holandês*”, mas, depois, aceitava as suas decisões. Do mesmo modo, pediu à Maria que a levasse à escola para aprender holandês, mas, depois, o processo deve-se a si própria – “*Então, lá fomos a uma escola e eu me matriculei a mim mesma*”. A partir daqui, o mote repete-se através da referência de personagens meramente secundárias que pouco influenciaram as suas principais realizações – “*(...) recebi logo um primeiro diploma, um certificado*”. Se, por um lado, a Beatriz se coloca numa posição de superioridade, onde é melhor que os outros em vários aspectos, desqualificando-os e diminuindo-lhes as capacidades, por outro lado, parece que os grandes feitos na sua vida necessitaram da presença do Outro. Assim, estaremos perante uma misteriosa contradição, em que a Beatriz ora é dona de si mesma, autónoma e independente, ora necessita da presença do outro como meio para a mudança na sua vida. De facto, o seu discurso fica marcado por várias contradições. Outras poderão analisar-se adiante.

No que diz respeito ao casamento, os seus relatos remetem-na para uma posição em que vivia sob o comando do seu marido, quase como se de uma sequestrada se tratasse. Deste modo, tanto se afigura uma mulher autónoma, como parece viver em função do seu marido, o que remeteu o grupo de análise para a possibilidade desta necessidade de independência perante o homem estar associada ao cenário comum do tempo colonial. Uma das primeiras afirmações que nos leva a pensar desta maneira é quando a mesma afirma que o seu casamento se resumiu a uma experiência – “*Ele era viúvo (...) mas foi bom... foi boa experiência*.” De seguida, acrescenta mostra a utilidade que o casamento lhe pode ter proporcionado – “*(...) porque comecei a aprender em casa o holandês*.” Quando o seu discurso assenta em vivências relacionadas com o seu marido, parecem surgir algumas contradições na sua história, sendo um bom exemplo disso a sua descrição de felicidade – “[a felicidade] *não está nem no casamento, nem*

em ter filhos, nem em ter muito dinheiro (...) está em sentirmo-nos bem interiormente e termos uma vida digna, que realmente corresponda às nossas necessidades (...)”, Outro exemplo diz respeito ao facto do marido ter sido uma pessoa rica, pois não queria que ela trabalhasse, ele era empresário, não tinham problemas financeiros, ela viajou muito graças a ele, etc. Simultaneamente, noutros relatos, a Beatriz afirma que as suas experiências são fruto dos seus esforços e aquisições, e não do que o marido lhe possa ter proporcionado. Além disso, não se percebe a própria relação conjugal, ficando, por isso, confusa a ideia transmitida pela entrevistada relativamente ao seu casamento, causando uma sensação de estranheza perante os seus relatos. Segundo consta, o marido queria que ela fosse uma mulher doméstica, que não aprendesse holandês e não trabalhasse e a Beatriz rejeitou essas vontades – *“(...) tanto insisti, insisti, até que um dia (...) matriculei-me”*. Posto isto, considerando que ao falar do outro, os indivíduos estão, também, a falar de si mesmos, ficam no ar que aspectos referentes ao marido é que, no fim de contas, podem ser relativos à própria Beatriz.

Ao falar da sua experiência e dos sítios por onde passou, a Beatriz faz várias enumerações, entre elas, o facto de ter nascido em Cabo Verde, ter vindo para Portugal, foi para a Holanda, esteve na Bélgica, voltou para Portugal, etc. Além dessas transições, a entrevistada refere ocupações e actividades que teve em cada um destes lugares, que parecem construir uma imagem de que tudo na sua vida corria bem. Porém, só depois de ter estado na Holanda é que o seu discurso se parece centrar nas críticas a Portugal – *“Na Holanda não é nada assim...”* e na desqualificação, quer dos portugueses, como dos cabo-verdianos – *“(...) choca-me bastante ver que (...) Portugal não está tão desenvolvido como eu imaginava.”* Podemos, ainda, sustentar esta ideia com mais algumas revelações, nomeadamente, a omissão do crioulo, que é, sem dúvida, uma manifestação clara da desqualificação da língua mais falada no seu país, como se os cabo-verdianos que falam crioulo fossem inferiores a si, visto que ela domina línguas que eles não são capazes de falar. O mesmo acontece na parte final da entrevista, em que a Beatriz critica Portugal, comparando-o à Holanda e, além de apontar o dedo à manutenção das casas e dos espaços públicos – *“Eu acho que aqui a palavra manutenção de serviços não existe”*, eleva a sua experiência na Holanda, inferiorizando Portugal – *“Na Holanda isso não acontece, (...) Viver lá não é bom, é excelente! É óptimo! E cá não é nada assim.”* Segundo a sua narrativa, Portugal encontra-se num estado degradante, recaindo uma crítica sob os portugueses e a sua incapacidade para manterem o país em boas condições. No entanto, é de salientar que, quando dá exemplos dessa má condição em que se encontra Portugal, refere-se a questões estéticas – *“(...) ver aquilo nos corredores [do hospital], em camas que se vêem quase*

sem pintura”, as estações de metro – *“O metro a pingar água, dias e dias e dias...”* ou as ruas – *“(...) as ruas, as pessoas a pedirem o pão...”*, são apenas alguns exemplos.

De facto, quando estive em Portugal, a participante pode ter verificado alguns desses cenários (e.g. casas degradadas, estabelecimentos públicos em mau-estado, etc.). Contudo, a visão que apresenta da realidade actual em Portugal acaba por ser generalizada a esses retratos, mesmo que o país, por comparação há algumas décadas, tenha, entretanto, evoluído. Neste momento, surge uma hipótese perante a escuta desta entrevista, relativa à possibilidade da Beatriz ter sido realojada numa região de Lisboa menos conceituada, quando voltou para Portugal há poucos meses. Assim, o contraste entre o lugar onde vivia na Holanda com o local onde está a morar actualmente pode diferir da realidade a que estava habituada na Holanda. Além disso, é de realçar que quando questionada sobre a sua última experiência de migração, da Holanda para Portugal, a Beatriz começa por abordar a sua primeira experiência em Portugal – *“... não tem sido fácil porque... eu já tinha vivido cá em Portugal... na minha adolescência e parte da minha juventude... choca-me bastante ver que...”*, ficando subentendido no seu discurso uma mágoa associada a Portugal. De qualquer maneira, os exemplos que usa, não equivalem à indignação que manifesta, pois não se compreende, ao certo, a que degradações é que a Beatriz se está, realmente, a referir, ou, ainda, o que poderá justificar tamanha repulsa pela realidade em Portugal. Ao desqualificar as pessoas, os países e as comunidades, a Beatriz parece propor-se a um lugar que a distingue dos outros. Todavia, não se percebe qual é, verdadeiramente, esse lugar. Algumas características da Beatriz podem ser identificadas mais facilmente, desde logo pela sua aparência, que, tal como descrito anteriormente, não passa despercebida. Na verdade, o aspecto desta mulher faz jus ao seu discurso e corresponde à sua forma de falar e de estar – com um arranjo delicado, superior.

Se, por um lado, ela tenta relatar uma história em que é uma pessoa, à primeira vista, sem falhas – *“(...) tinha tudo, tudo, muito bem”* e com um desempenho de excelência, por outro lado, não se compreende por que motivo precisava de continuar a investir no seu desenvolvimento pessoal (e.g. trabalho na freguesia da sua localidade, aprendizagem da língua holandesa, diplomas, aperfeiçoamento da pronúncia, etc.). Ou seja, se sentia que era uma mulher completa, com todas as aquisições que refere ao longo da narrativa, não se compreende que motivos a levaram, por exemplo, a regressar aos estudos em Lisboa, depois de já ter estado empregada, ou treinar a pronúncia na Bélgica, depois de já saber falar holandês, etc. Ao mesmo tempo, de acordo com as suas afirmações – *“(...) eu não considerava aquilo como um salário porque não tinha necessidade financeira...”*, parece que foi obrigada a receber dinheiro, pois, segundo

consta, a Beatriz podia fazer tudo de borla, pois usufruía do rendimento do marido e ele, aliás, não queria que ela trabalhasse. A Beatriz é que quis ter mais, ser melhor.

A Holanda apresenta um papel fundamental na sua história, como se de um paraíso se tratasse (e.g. com um curso médio na Holanda ganha-se muito mais; o serviço de saúde é “excelente”, a Holanda não tem greves, etc.). À medida que se escutava o seu discurso, a imagem da Holanda aproximava-se, cada vez mais, de um lugar ideal. Além disso, o facto de ter continuado os estudos do holandês para aperfeiçoar a gramática e aprofundar os conhecimentos anglo-saxónicos – “(...) *é muito mais difícil, principalmente uma língua que é anglo-saxónica e com muitas várias formas de gramática...*”, parece constituir, não um curso intensivo da língua, mas, em vez disso, uma tentativa de colocar o seu enraizamento na cultura holandesa uma constante, como se estivesse a fazer um ensino corrente de holandês. Depois, ao decidir trabalhar com cabo-verdianos, a Beatriz mostra que a Holanda é, efectivamente, o lugar onde conseguiu encontrar realização e valor, não face aos holandeses, mas face à comunidade cabo-verdiana. No decorrer das narrativas, a Beatriz busca mostrar-se, verdadeiramente, holandesa e, mais do que isso, cidadã holandesa perante a comunidade cabo-verdiana.

Como se observa, a entrevistada apropria-se de coisas de modo a que, posteriormente, as possa fazer valer de outra maneira. Por exemplo, para se fazer valer junto dos cabo-verdianos, apoderou-se da língua holandesa – “(...) *passados dois anos eu já dominava relativamente bem a língua holandesa, tanto escrita, como falada, e pronto, comecei a frequentar alguns sítios, como a Associação Cabo Verdiana*”. Por sua vez, para viver em Portugal, apoderou-se da experiência que teve na Holanda, e assim sucessivamente. Contudo, em Portugal ela parece não ter encontrado nada que a fizesse sentir aquilo que sentiu na Holanda, pois a aprendizagem da língua holandesa pode ter-lhe trazido alguns benefícios, mas, em Portugal, não refere nenhuma maneira de se conseguir distinguir dos outros. Se, na Holanda, a Beatriz teve mérito e reconhecimento na aprendizagem da língua local, o mesmo não acontece com o que havia ocorrido em Portugal. Na verdade, segundo a sua história, a Beatriz não apresenta património português, tendo-o conquistado na Holanda, visto que aprender holandês foi uma conquista sua, com mérito e valorização – “*Eu fico admirada como é que tu consegues dar as respostas tão perfeitas [disse-lhe a professora].*” Surge alguma confusão ao tentar compreender este movimento, esta necessidade de tomar posse das coisas, uma vez que se desconhece qual é, verdadeiramente, o lugar que ela ocupa e de que forma é que aquilo que conquistou lhe permite definir esse lugar.

Na entrevista constataram-se confusões no que diz respeito ao lugar que ela ocupa, lá onde ela, realmente, o ocupa. Por vezes, não se compreende se a Beatriz se está a referir a Cabo Verde, a Portugal ou à Holanda. Na verdade, parece até que as passagens que faz de um sítio para outro, ou de uma coisa para outra, são, na verdade, tentativas fracassadas de tentar compreender as várias realidades em que se encontra, que não representam, no entanto, uma verdadeira ajuda para que possa definir o seu lugar – “(...) depois Portugal é um país que faz greve (...) Na Holanda eu não sei (...) Em Cabo Verde... Em Cabo Verde...”, não se alcançando um entendimento acerca da sua identidade cabo-verdiana, portuguesa ou holandesa. O que se sabe é que, depois de concluir a formação em holandês, trabalhou com cabo-verdianos. Esta é uma das controvérsias que nos permite indagar sobre o que está, verdadeiramente, a acontecer, pois, na Holanda, encontra-se num processo de constante afirmação holandesa, em Portugal afirma-se, também, holandesa, mas em parte nenhuma se julga cabo-verdiana, ainda que seja a sombra duma nacionalidade colonizada que surge implícita no discurso ao longo da sua narrativa. Os lugares parecem entrecruzar-se de uma forma que torna difícil de captar a sua mensagem, já que estas passagens tornam a sua narrativa paradoxal. Se, por vezes, Cabo Verde para não existir, noutros momentos, apresenta um peso fundamental, que, aliás, leva a Beatriz a um evento no Cacém. Na verdade, parece que aquilo que ela tentou adquirir foi uma ascendência sobre os cabo-verdianos, não sobre os portugueses e, muito menos, sobre os holandeses. No fim da entrevista, a Beatriz explica que tanto está em território português, como lhe vira as costas, regressando à Holanda, – “(...) estou cá e estou lá... estou lá e estou cá... É assim...” , o que demonstra a mágoa com Portugal, não tendo, ainda, perdoado este país. Contudo, no fim da entrevista, partilha que, actualmente, vive em Portugal e di-lo com uma certa convicção. De facto, vive cá e parece que é isso que Portugal representa para ela, um lugar de pertença, e, inclusive, incentiva os seus amigos a vir para cá – “(...) olha que Portugal é um bom país para viver, a comida é boa, o povo...”

As várias referências aos jovens e à escolaridade, parecem ser relativas à sua própria experiência enquanto estudante – “(...) aqui os jovens estão-se a esforçar, mas o futuro está negro.” Por conseguinte, questionamo-nos acerca da sua experiência enquanto estudante, não na Holanda, mas em Portugal. Após ter sido questionada – “Sente-se magoada com esta realidade [do Ensino em Portugal]?”, confessa que sim – “Muito! Dói-me. Dói-me muito”. Ao falar da experiência dos jovens, parece referir-se à sua própria experiência nos primeiros anos, pois, também ela, à semelhança dos jovens de agora, teve de migrar – “(...) estudantes que estão sendo desencorajados. Estão a terminar o mestrado e, imagina, a quererem ir para a Escócia, para a Holanda (...) e

isso a mim dói-me". A entrevistada enfatizou o quanto a falta de oportunidades para os jovens a desagrada, identificando-se com eles, pela sua experiência no passado – "(...) *eu também sei o que é estudar com dificuldades (...)*". Todavia, esta mágoa cresce em torno de uma tentativa de não se ver como parte de uma minoria, que se pode constatar pela referência aos idosos, faixa etária da qual se aproxima – "(...) *eu quero é ver Portugal a caminhar para um caminho melhor em relação a... à juventude... e aos velhos!*".

Embora não se compreenda, ao certo, o lugar que ocupa, surgem com frequência referências à escolarização, em que a Beatriz se refere a si mesma, uma mulher em constante aprendizagem, e, aos seus alunos, a quem transmite conhecimento – "*Ensinar é deixar que o outro aprenda. Se ele não aprendeu, então não ensinaste nada.*" Adicionalmente, a participante conta que encaminhava os seus alunos para cursos profissionais – "(...) *e eu encaminhava para cursos profissionais e eles todos satisfeitos!*", mas não fica claro o significado adjacente ao seu papel nesta acção. Tal fica por compreender, justamente, porque a Beatriz não explicita, referindo-se, apenas, aos jovens do futuro – "*Os jovens! Esses é que são o futuro de amanhã (...)*".

Parece, ainda, surgir uma indiferenciação entre ela e os sítios, que a faz atrapalhar-se muito, em termos da coerência do discurso, e que nos deixa um tanto atrapalhados na sua compreensão. O discurso repetitivo e atabalhado expõe esta instabilidade e dificulta-nos a tarefa de perceber o que está, efectivamente, a ser transmitido. Logo no início, o seu discurso fica marcado pelo tom de superioridade com que a Beatriz procura distinguir-se dos seus pais, que, apesar de a terem trazido para Portugal, foi a Beatriz que se separou deles, optando por ficar em Portugal, a estudar – "(...) *terminei o curso comercial*" e trabalhar – "(...) *fui logo trabalhar para a freguesia da minha localidade*", sem que tivesse voltado a fazer referência aos pais o resto da entrevista. Depois, quando questionada sobre a sua integração em Portugal, não refere nada sobre a sua primeira adaptação a Portugal, quando era já uma jovem adulta e, em vez disso, aponta para os serviços de saúde portugueses. A forma como se expressa denota um tom de superioridade visível, que pode ser sustentado, não só pela forma, mas, também, pelo conteúdo que transmite – "*Eu vou sempre a uma clínica privada, paga-se mesmo muito, que na Holanda não acontece (...)* nós lá temos um serviço de saúde *ex-celente (...)* Não é bom, é excelente! Cá não é nada assim (...)." Adicionalmente, refere-se ao lugar onde se instalou em Portugal, mas, se de alguma maneira, a Beatriz procura não ser confundida com as comunidades cabo-verdianas, por outro lado, acaba por não se conseguir diferenciar, já que não define quem é quem, quem é que mora onde, nem, tampouco, onde é que ela própria se situa nestes lugares. De facto, ela mostra-se

indiferenciada, ao mesmo tempo que, durante toda a entrevista procura fazer o movimento contrário, de se tentar distanciar de algo, diferenciando-se.

Na mesma linha de pensamento, pode dizer-se que o lugar que ela ocupa se define em função de uma fuga das minorias, influenciada, desde logo, pelo marido – “(...) *se vais trabalhar com minorias étnicas eu não quero, tens outras qualidades* [disse-lhe o marido]”, pelo que nos questionamos qual a posição da Beatriz, neste caso, uma vez que a necessidade da sua diferenciação das minorias étnicas faz dela, justamente, parte constituinte dessa minoria. Isto é, a vontade que apresenta de se distanciar de um grupo minoritário faz com que, *a priori*, já pertença a esse grupo, pois, caso contrário, não precisaria de se separar se dele não fizesse parte. Mais se acrescenta que a Beatriz não só se identifica com as minorias migrantes afro-descendentes, em Portugal e na Holanda, como se considera discriminada pela cor da sua pele – “*tenho encontrado também (...) um certo espírito camuflado de discriminação, porque muitas pessoas vêem (...) a inteligência das pessoas através da cor da pele*” e, de seguida, após se identificar, novamente, com uma minoria étnica, a Beatriz contorna a questão, colocando-se, mais uma vez, num nível superior – “(...) *só que, pronto, eu venho com uma outra mentalidade, eu tento passar por cima...*” Na mesma lógica, a Beatriz faz uma acusação directa à entrevistadora – “*Desculpa, eu sou, se calhar, muito aberta, mas... desculpa*”, tornando clara a diferença étnica entre ambas. Neste momento, ambas assumiram as diferenças manifestas pela aparência e, ao desculpar-se, a Beatriz encontra liberdade para ser franca no que diz respeito às insinuações que faz da sociedade portuguesa. Desta maneira, ficou marcado o fosso que nos distancia e que, acima de tudo, marca o seu lugar.

Adicionalmente, questionamo-nos acerca do conhecimento cultural, já que, por um lado, parece uma mulher extremamente culta que gosta de ensinar os outros (e.g. foi professora; ensinar os portugueses a serem melhores; mostra que sabe falar várias línguas, etc.). Por outro lado, há falhas no seu discurso – “*cursos que eram dados por professores de espanhol, de Marrocos, marroquinos, da China, ensinavam chinês...*” – que nos levam a crer que essa sabedoria é uma vestimenta que utiliza para se colocar acima daqueles que, como ela, são julgados pela cor da sua pele. Pode ainda questionar-se a sua experiência na Holanda e o contacto que teve com a realidade local, especialmente quando a mesma faz mais uma comparação entre Portugal e a Holanda – “*Portugal é um país que faz greve todos os dias. Na Holanda eu não sei o que é que significa isso porque ninguém faz greve*”, afirmando que na Holanda não há greves, quando, na verdade, os Países Baixos correspondem à região da Europa onde a contestação social está, verdadeiramente, mais presente. Assim, não é possível

perceber um nível de representação, estável e suficiente, para saber qual o seu lugar, o lugar que já teve e o que é que obteve nesse lugar. Ao recorrer às comparações entre Portugal e a Holanda, a Beatriz parece fazer uma clivagem entre a degradação portuguesa e o paraíso holandês.

VICTÓRIA, 72 ANOS

A entrevista da Victória teve início com a mesma pergunta aberta, para que tivesse oportunidade de narrar o seu processo migratório – *“Gostaria de me contar a sua história de migração para Portugal?”*. A esta questão, a participante referiu de imediato que não estaria certa de se tratar de uma experiência de migração – *“De migração, migração eu não sei se será bem assim”*, já que vinha a Portugal com frequência nos anos anteriores – *“(...) vinha de férias, porque o meu pai era migrante e a gente vinha cá a Portugal muitas vezes (...)”*. Foi com 17 anos que veio, definitivamente, para Portugal e, nesta sua primeira intervenção, a Victória enumerou alguns lugares por onde passou após a chegada a Portugal – *“(...) fui para as novas profissões, fiz o curso de secretariado em relações públicas, através do Serviço Nacional de Emprego (...) Fui para o arquivo (...)”*, bem como algumas conquistas – *“E então eu fiquei com um papel, fui ao arquivo e, pronto, consegui o trabalho...”*.

Numa fase inicial da entrevista, a Victória refere, várias vezes, que desconfia não ser a pessoa mais indicada para esta entrevista – *“Eu não sei se eu serei a pessoa mais indicada para você ter esta conversa (...)”*, uma vez que não tem experiências más, ou de racismo, vividas em Portugal para relatar – *“(...) se formos falar do racismo... pessoalmente, eu nunca sofri esse problema, nem lá nos trabalhos, nem nada (...) Mas eu de Portugal não tenho más experiências”*. No entanto, importa clarificar que, aquando do convite que lhe foi feito para contribuir para esta dissertação, não lhe foi comunicado que devia falar de qualquer assunto em específico, a não ser da sua experiência de migração para Portugal. Portanto, parece ter havido aqui um entendimento da entrevistada sobre aquilo que a entrevistadora esperava ouvir da sua parte. Este movimento não passou de uma assumpção sua, pelo que se percebe que se trata de uma questão importante para si, mas que, pela falta dessas vivências, não pôde contribuir neste sentido.

O decorrer da narrativa da Victória marcou-se pela passagem recorrente de assunto em assunto, deixando vários relatos em aberto – *“Mas bom... voltando a outros assuntos (...)”*. A participante ia suspendendo as histórias, deixando-nos, também a nós, em suspenso, na expectativa que ela retomasse as narrativas ou, então, que surgisse

um fio condutor que estivesse subentendido aos vários relatos. Contudo, a narrativa da Victória destacou-se pelo entusiasmo com que abraçava um novo assunto e pela fuga de ideias que impedia a conclusão dos mesmos. Por vezes, numa única frase, a Victória realizava uma série de tangentes a assuntos diferentes – “(...) *estávamos a falar dos Cabo-verdianos (...) quando eu nasci, o meu pai não estava (...) essa filosofia chegou a Cabo Verde (...) o meu pai era praticamente o único filho da minha avó (...)*”. Embora numa primeira instância a história com que nos presenteou tenha sido considerada coesa e compreensível, após a análise da entrevista, foi possível identificar várias confusões e o seu discurso carece, efectivamente, de lógica e organização. Esta questão remeteu-nos para a possibilidade de estarmos perante um quadro de demência, cujo discurso, confuso e desconectado, pudesse ser um indicador precoce desse mesmo diagnóstico. Todavia, importa esclarecer que, ao longo da entrevista, esta instabilidade passou despercebida e o seu discurso parecia, aliás, bastante coerente.

Logo de início surge uma inquietação relativa ao seu funcionamento interno e do que pode ter levado a Victória a orientar a entrevista desta maneira. De facto, a frequente transição de assuntos pode ser justificada de vários modos e, a verdade, é que essa justificação pode nem ter sido abordada pela Victória na entrevista. Ainda assim, pensa-se que este funcionamento interno, traduzido pela sua narrativa numa desorganização e incoerência, seja resultado da sua condição pós-colonialista. Por se encontrar num lugar diferente por comparação à condição em que se encontrava antes da independência – “*Se fosse hoje? Nem pensar...!*”, surge uma dificuldade em elaborar as más experiências levando-a a estas confusões discursivas. Após datar a altura em que esteve empregada no Ministério Público, a Victória atinge no seu discurso a data de 1974 e conta que foi a partir daí que o seu estabelecimento passou a localizar-se em Lisboa. Logo depois, dá seguimento à sua narrativa, afirmando a existência de dois mundos diferentes, um mundo de dois tempos distintos – “(...) *porque o mundo ainda era outro. Não tem nada a ver com o mundo de hoje*”. O primeiro momento parece corresponder à vida antes da Independência, onde tudo parecia correr bem – “*Estudei, trabalhei, fiz bons relacionamentos (...)*” e, por sua vez, o segundo momento parece dizer respeito ao tempo pós-Independência, quando passou a ser possível identificar algumas experiências más – “*Acho que hoje há um bocado um desequilíbrio (...) o planeta anda aos zigue-zagues! (...) eu já tive umas experiências, não sei se tenham sido racismo, mas (...)*”.

Ao descrever o antes e o depois da Independência, a Victória reconhece nos portugueses um povo mais avançado – “*A minha sogra era portuguesa (...) a minha sogra já era muito avançada para o seu tempo, era muito evoluída mesmo (...)*”.

Paralelamente, a participante descreve o povo português como um povo influente – *“As pessoas que viveram em África sentiram um choque muito grande quando vinham para cá (...) Quando os portugueses iam lá e andavam bem vestidos, eles [os cabo-verdianos] tinham que fazer vestidos também, não é...”*. Por outro lado, afirma que as condições de Cabo Verde pioraram consideravelmente no período de pós-Independência e refere-se a Cabo Verde como um mundo diferente – *“(...) é muito perigoso, o mundo onde estamos a viver. Mas era muito diferente, o mundo...”*. Neste sentido, quando questionada sobre as principais mudanças entre o antes e o agora – *“O que é que mudou?”*, a Victória clarifica a sua visão – *“(...) hoje não é nada assim. Lá em Cabo Verde, hoje começam a sair às 9 da noite e regressam a casa às 5 da manhã... é outro mundo”,* acrescentando – *“(...) as miúdas hoje andam na rua de vestidinho (...) isso é muito perigoso.”* Assim, sugere que, antes da Independência, Cabo Verde era um país que conhecia melhor, um lugar que lhe era familiar. Agora, parece não saber mais que lugar é esse que ocupa no país onde nasceu. De facto, ao ser conferida liberdade a um país colonizado, o lugar que ela ocupava pode ter sofrido alterações, levando-a a desconhecer o lugar que passou a ocupar desde então, especialmente pelo facto de já estar a viver em Portugal quando se deu a Independência, em 1974 – *“(...)as pessoas depois com a Independência começavam a ficar diferentes. Não eram do nosso tempo, havia coisas diferentes. (...) Mas e qual era o problema de fazer coisas diferentes?”*.

Neste sentido, é curioso o facto da entrevistada não se dirigir, directamente, aos portugueses. À excepção da referência ao *“grande português de Portugal”,* o criador do Racionalismo Cristão, nem mesmo quando aborda as questões da diversidade de tons de pele em Cabo Verde, a Victória afirma que isso pode, também, ter sido influenciado pela presença dos portugueses em Cabo Verde. Simultaneamente, parece haver uma tentativa da sua parte para elevar o povo cabo-verdiano – *“As pessoas daqui [os portugueses] não tinham a noção do que eram as colónias (...) os militares iam para lá, para Cabo Verde, e depois mandavam ir as mulheres”* e o quotidiano que se verifica nas comunidades de lá – *“Em Cabo Verde as mulheres já fumavam, já bebiam (...)”*. Porém, em vários momentos, também parece reduzi-los na sua história, por exemplo, quando afirma que, hoje em dia, a vida em Cabo Verde é mais perigosa – *“(...) aquilo antes tinha regras...”* ou que os jovens também estão mudados. Assim, parece que a sua narrativa ora eleva o povo cabo-verdiano, se o que estiver em causa for o período pré-Independência, do qual ela fez parte, ora o diminui, se se dirigir à pós-Independência.

Se, por um lado, há uma sensibilidade associada à cor da pele – *“Olha que o preto sabe lavar os dentes!”*, por outro lado, ela parece desvalorizar esta questão – *“(...) não me importa se ele é branco, se ele é preto”*. Efectivamente, em alguns momentos, a

entrevistada faz algumas afirmações que a denunciam neste sentido – “(...) *era um preto especial, que era mais claro do que eu*”, mas, a verdade, é que, segundo os exemplos que dá, em nenhum deles se apoiou na sua diferença enquanto mulher negra – “*Um vestir bem e um vestir mal... mas eram pessoas simples, de figura eram pessoas simples.*” Tal significa que ela, simultaneamente, parece acentuar e rejeitar a condição étnica. A propósito, a meio da entrevista refere-se à cor que nos distingue uma da outra – “[nós, cabo-verdianos] *somos mais assim (aponta para o próprio braço)*”, distanciando-se de mim pela cor que nos distingue – “(...) *o branco é do seu tipo, não é... (...) Depois é do meu tipo e há de outros tipos [de cor]*”, como se de um *dégradé* de melanina se tratasse. Todavia, se num primeiro momento esta distinção parece significar a existência de um fosso entre ela e as pessoas cuja cor da pele é diferente, como no caso da entrevistada, num segundo momento, a análise desta entrevista permite compreender que, realmente, o que está por trás desta afirmação diz respeito ao facto dela desconhecer a sua própria cor. Assim, a Victória não se fixa num lugar em função da imagem que vê de si mesma e, em vez disso, define-se de outros modos, por exemplo, pelas coisas de que se foi apoderando com o passar dos anos, como poderemos verificar adiante.

De facto, houve uma série de mudanças, em que as populações se fixaram nas diferentes ilhas com muita dificuldade. Sendo a Victória natural de São Vicente, uma das ilhas mais desenvolvidas, não nos surpreende a diversidade étnica mencionada no que toca ao aspecto físico, por consequência da colonização, tanto dos ingleses, como dos portugueses – “(...) *um é castanho, o outro é escurinho (...) passavam todos por Cabo Verde (...) Cabo Verde era comandado mais por São Vicente, que era comandado pelos ingleses (...)*”. De qualquer maneira, para ela, a cor das pessoas parece não ser, de facto, algo que as define e a sua narrativa não se organiza pela cor da pele, até porque essa parece ser uma condição secundária das suas afirmações. Talvez por isso é que ela vai falando como se procurasse algo nos outros sem, verdadeiramente, se perceber o quê. Na verdade, de acordo com as suas afirmações, ela não sabe, sequer, se é cabo-verdiana ou portuguesa – “(...) *nós do Barlavento somos mais assim...*”, sem especificar o que é ser *assim*. Esta confusão também pode ser verificada quando se refere aos sogros e, conseqüentemente, às origens do seu marido – “*A minha sogra era portuguesa (...)* *O meu marido é branco, ninguém diz que ele é cabo-verdiano.*”

A Victória tinha já 17 anos quando se mudou, definitivamente, para Portugal, pelo que era, nessa altura, uma jovem adulta – “(...) *depois em '73 vim definitivamente (...)*”. De facto, no que diz respeito aos povos colonizados, quando as pessoas voltam às suas terras, importa compreender de que forma é vivido esse regresso a Cabo Verde e,

sobretudo, como é que Cabo Verde a ia encontrar a si – “(...) *foi uma das últimas coisas que eu fiz (...) visitar os velhos.*” A Victória parece ter tido o desejo de voltar a Cabo Verde com mais do que tinha quando veio com os pais para Portugal, caso contrário, não poderia fazer uso do processo migratório, pois o mesmo seria desprovido de conquistas que justificassem essa mudança, como a carreira profissional – “(...) *em ’73 vim definitivamente (...) e depois reformei-me em 2010*”, a acumulação de diplomas – “(...) *fui para as novas profissões, fiz o curso de secretariado (...)*”, a aquisição de conhecimento – “*Mas eu ia atrás deles e conseguia tudo, tudo na legalidade*” ou as relações profissionais – “*Relaciono-me com os meus directores de serviço (...)*.” Ao migrar, a Victória e os seus pais vieram em busca de uma vida melhor, como se procurassem um *upgrade* da vida familiar, em comparação à realidade que tinham em Cabo Verde e o mesmo verifica-se quando se refere à sua profissão – “*Mas também tinha uma vida boa, como eu dizia, não me posso queixar muito (...)*”.

A Victória apresenta-se a Cabo Verde na condição de alguém que tinha capacidade de ajudar os cabo-verdianos em necessidade – “*Como é que eles iam embarcar se não tinham passaporte? (...) Eles tinham que ter um documento*”. Ao ajudá-los, a Victória constrói a sua própria identidade ao atribuir identidade aos seus conterrâneos, enquanto povo colonizado, agora, por si – “*Chegava lá e levava um dinheirinho que era só para distribuir pelas pessoas... Uns duzentos, outros cem (...)*.” Demonstra-se, assim, uma inquietação relativamente à sua própria identidade, pois precisa de se apropriar da identidade do outro, dos seus documentos e passaportes, para definir a sua a sua própria.

Ao considerar o leque de possibilidades que podia encontrar em Portugal, ela parece moldar de forma peculiar o seu discurso, sendo que o reencontro com Cabo Verde foi marcado pela sua posição, não enquanto cabo-verdiana, mas enquanto colonizadora, juntamente com o marido – “(...) *é a guerra do meu marido com o governo de Cabo Verde, é saber se ainda é reconhecido [o passaporte cabo-verdiano] ou não é...*” Efectivamente, documentar os cabo-verdianos, ajudando-os com as burocracias necessárias para manter a legalidade em Portugal, afigura-se uma forma legítima de dominar o povo de Cabo Verde. Compreende-se, então, que a Victória e o marido têm uma esperança em Cabo Verde que a remete para uma posição de colonizadora do seu próprio país – “*Espero vir resolver as coisas.*” Deste modo, a responsabilidade que a Victória apresenta sobre os cabo-verdianos em Portugal, documentando-os, aparece como uma forma legítima de dominar e orientar o povo de Cabo Verde. No entanto, este papel corresponde às funções do verdadeiro colonizador. Nesta entrevista, a entrevistada parece ter condensado um discurso pré-colonial, de aceitação da condição

de colonizada e, posteriormente, de transição desse lugar para a posição de colonizadora. Além de deixar marcado este discurso pré-colonialista, ela dá conta de si enquanto mulher portuguesa – *“Eu vim, como portuguesa, estudar”*, prontamente adaptada às diferenças que iria encontrar em Portugal, pois já se considerava portuguesa – *“(...) a gente vinha cá a Portugal muitas vezes”*, recusando a condição de cabo-verdiana, emigrante em Portugal.

Ao defender que se deve guardar *“apenas o essencial”* compreende-se que, para ela, o essencial diz respeito a aspectos relativos a Portugal, desde a documentação das pessoas que querem ter ligação a Portugal – *“(...) tratava dos documentos das pessoas, sempre tive um arquivinho”*, às relações – *“eu tomei logo conta da menina (...) fazia aquilo, enfim, com tanto amor”* ou, ainda, aos destinos – *“(...) vivi em muitos lados... vivi no Sul de Portugal. O meu quarto era num andar alto (...)”*. A boneca lhe foi dada pelos irmãos, em Cabo Verde, ela trouxe-a como garantia da sua ligação fraterna e geográfica a Cabo Verde. Todavia, afirma que é melhor libertar-se dessas coisas, desses objectos, que representam um cordão entre ela, mulher portuguesa – *“Eu vim, como portuguesa”*, e Cabo Verde, a sua terra-natal.

Através do seu arquivo, percebe-se que a Victória é uma pessoa muito ligada ao passado – *“(...) como tratava dos documentos das pessoas, sempre tive um arquivinho (...) e ainda tenho!”* e à documentação das pessoas que lhe pediam ajuda. Ao mesmo tempo, zela pela legalidade desse apoio que dá aos cabo-verdianos – *“(...) vou ver as vias legais que eu te posso ajudar”*, protegendo-se moralmente, como se evitasse estar associada às ilegalidades, por vezes associadas ao perigo, que a Victória considera mais frequente em Cabo Verde no período pós-colonialista – *“(...) isso é muito perigoso, o mundo onde estamos a viver.”* Por outro lado, a Victória incumbiu-se de grandes responsabilidades, guardar consigo identidades de outras pessoas, ajudando-as a transitar entre Portugal e Cabo Verde, os países com os quais ela tem maior ligação. É possível perceber que ela vive em Portugal, mas, a partir de certa altura, deixa de se compreender como é que ela vai – se é que vai – a Cabo Verde. A posição de superioridade é relativa aos cabo-verdianos em Portugal, mas encontra-se uma excepção quando a entrevistada se refere à sua sogra e, mesmo que não fique claro que lugar é que a mãe do seu marido ocupa, nem onde morava – se em Portugal ou Cabo Verde – *“A minha sogra era portuguesa, o marido dela quando veio para Portugal (...)”*, sabe-se que era uma mulher muito ousada – *“(...) ela tirou uma fotografia assim com o vestidinho... coiso...”* Na verdade, as referências à sogra dão conta de uma oscilação entre o cá e o lá que representam uma dificuldade em estabilizar uma ligação fixa ao lugar onde a que ela, realmente, pertence.

Há uma lógica no seu pensamento que parece assentar numa tentativa de constituir o seu património, associado, por sua vez, à sua identidade. No entanto, o seu discurso sugere uma grande confusão de cariz identitário, não conseguindo organizar uma história com princípio, meio e fim e as coisas que diz fazem constantes tangentes aos limites do incompreensível. Na realidade, ela tem origem cabo-verdiana, mas a sua narrativa tanto apresenta ligação a Cabo Verde, como mostra que se pretende libertar das coisas que a fazem manter essa ligação à sua terra-natal, elevando, por sua vez, o contexto português. Depois, faz equivaler os cabo-verdianos aos portugueses – “(...) *nós já tínhamos chocolates, cigarros de todas as marcas (...) Já isso tudo existia há não sei quanto tempo, porque nós tivemos muito contacto com o estrangeiro*” e, inclusive, professa uma religião que teve origem nas reflexões de um português – “(...) *fala-se dessa doutrina que esse grande português levou (...).*”

A história da sua sogra apresenta um simbolismo importante, pela frequência com que lhe faz referência e pelo entusiasmo manifesto – “*A minha sogra conheceu o seu marido nessa altura, mas os cabo-verdianos eram diferentes...!*” Por outro lado, sobre os seus pais, mantém-se uma incógnita. Quanto ao pai, não se percebe se está lá ou cá – “*o meu pai já era emigrante (...) o meu pai não estava connosco*” e, relativamente à mãe, idem. Não se entende o lugar de nenhuma das pessoas significativamente importantes para si e os seus papéis confundem-se bastante. A questão dos filhos também nos deixa intrigados, pois a Victória fala de uma jovem, que é como se fosse sua filha – “*Ela é minha filha do coração...*”, mas não refere mais nada sobre o tema, pelo que se deduz que ela não tem filhos, apesar de não tocar sequer nesse assunto.

No final da entrevista, parece haver uma tentativa da Victória passar uma boa imagem de si, ao afirmar que ajudava as pessoas, salientando a sua capacidades para comunicar com indivíduos de diferentes nacionalidades, nomeadamente, com migrantes que pretendem instalar-se em Portugal – “*Eu sou comunicativa, falo com toda a gente (...) ajudei muita gente a conseguir a nacionalidade portuguesa (...)*”. Além disso, mostra a sua disponibilidade para estas pessoas e, até mesmo na relação com a entrevistadora, disponibilizando-se para oferecer um livro e mostrando-se disponível para prosseguir com a entrevista numa altura posterior.

O Racionalismo Cristão, a doutrina referida pela entrevistada pela qual se rege – “*Eu baseio a minha vida sempre nos princípios dessa filosofia*”, parece funcionar como uma defesa que a protege de algo que, inicialmente, não se consegue perceber o quê – “*(...) às vezes quando eu desarmo as pessoas é assim... quando vêm para atacar (...)*.” Esta doutrina espiritualista faz com que ela se agarre à salvação, não se baseando

em bens materiais e, em vez disso, aos valores morais – “(...) *eu uso assim – serenidade, serenidade, serenidade*”, reprimindo experiências que pode não querer ou não conseguir elaborar. Desta forma, a entrevistada utiliza essa doutrina para se blindar de experiências que a colocam numa posição de sofrimento. Simultaneamente, esta ligação ao espiritualismo pode constituir, ainda, uma justificação para encobrir confusões ou indiferenciações presentes na sua narrativa, isto é, perante a incapacidade para legitimar os comportamentos das pessoas à sua volta (e.g. situação na paragem de autocarro; situação no elevador), recorre aos valores que predominam no Racionalismo Cristão para justificar o mal-estar que essas situações lhe podem provocar.

Relativamente ao seu marido, parece que precisaríamos de muito tempo para falar sobre ele – “(...) *se eu fosse falar dele você tinha que ficar aqui comigo um dia inteiro*”. Aqui, um dos aspectos que sobressai é que, aparentemente, sobre ela não há muito a dizer – “*Eu não sei se eu serei a pessoa mais indicada para você ter esta conversa*”, mas, por outro lado, sobre ele poderia falar indeterminadamente. Numa primeira instância, parece não dispor de tempo para falar sobre ele, mas, depois, faz várias referências às histórias dos seus sogros. Assim, ela sugere que a história do seu marido implica, necessariamente, a história dos pais dele. Não obstante a importância que ela dá aos sogros, fica por se conhecer o seu marido, que coisas fez ao longo da vida e qual o valor que a Victória atribui a esta relação. Afinal, este homem tem uma herança que é produto da relação de uma mulher, branca e portuguesa, e de um homem cabo-verdiano, célebre e famoso – “*A minha sogra era portuguesa (...) o meu marido é filho de um músico.*” Na verdade, ela faz uma única referência directa ao seu marido, como sendo uma pessoa não materializada, sem clarificar, ao certo, o que é que isso significa. De qualquer maneira, importa realçar uma lógica de complementaridade presente na relação entre a Victória e o marido, já que ele faz coisas que ela não consegue realizar – “*«Tu é que és o achador. Procura-me lá aí esse livro» e ele lá vai e encontra!*” Se ela, por um lado, aparenta ser uma mulher culta, educada e com dinheiro, por outro, nada se sabe relativamente ao marido, a não ser que é uma pessoa diferente – “(...) *ele é uma pessoa diferente... Ele não é materializado...*” e é, justamente, sobre essa diferença que ela se dispunha a falar, *o dia inteiro*.

Coloca-se, por fim, uma perspectiva interessante relacionada com a não materialização do marido. Os objectos materiais que enumerou ao longo da narrativa parecem apresentar algo comum, visto que estão associados a pessoas que tiveram uma marca pontual na sua vida, mas que não foram permanentes, ao contrário do que acontece com a presença do seu marido, que é constante. Tal pode verificar-se no

exemplo dos passaportes – “*Eu, como sempre tratava dos documentos das pessoas, sempre tive um arquivinho*”, no exemplo da boneca, que trouxe após a separação dos irmãos – “*O meu irmão tinha-me trazido uma boneca (...) quando eu vim para cá estudar peguei na boneca e levei-a!*”, ou no exemplo do livro que quis oferecer à entrevistadora – “*(...) eu vou-lhe oferecer o livro (...) um dia que queira ler.*” Ao identificar este movimento, questionamo-nos sobre o significado que tem para ela as pessoas que surgem na sua vida e que transitam, pois, de alguma maneira, a Victória parece tender a guardar consigo os objectos que tornam permanentes essas pessoas.

2. Análise dos Grandes Temas

“(...) a natureza da mulher é como uma grande casa cheia de salas. Existe o vestíbulo, pelo qual toda a gente entra e sai, a sala de visitas, onde se recebem visitas mais formais, a sala de estar, onde os membros da família circulam como lhes apetece; mas, muito para além, existem outros quartos, cujas maçanetas das portas nunca são rodadas; ninguém sabe o caminho para eles, ninguém sabe onde conduzem e, no quarto mais íntimo, o mais sagrados dos sagrados, a alma está sentada, só, à espera de passos que nunca chegam.”

Wharton, citada por Marques, 2002

EDUARDA

1. Identidade

1.1. A Procura de um Lugar

Rodrigues, citada por Lobo (2012), sugere os conceitos de plasticidade e fluidez quando se refere às famílias cabo-verdianas e afirma que estas famílias parecem estar em constante transformação, à medida que surgem novas oportunidades de migração para outros países. Adianta, ainda, que a família cabo-verdiana está sustentada na relação mãe-filho, num contexto patriarcal numa herança herdada há muito. Ao longo da entrevista, a Eduarda vai fazendo referências que demonstram a importância que dá ao lugar que ocupa, bem como à procura desse mesmo lugar, em função da presença das suas filhas – “*Trabalhei muito (...) queria mandar vir as minhas filhas para Portugal*”. No entanto, à medida que os anos passaram, a Eduarda parece ter nutrido o sentimento de pertença em Portugal, primeiramente, com o nascimento do terceiro filho – “*O meu filho nasceu cá em Portugal*”, que representa uma ligação directa si, cabo-verdiana, e o seu filho português, natural do país de acolhimento. Também os seus pais apresentaram

um papel importante neste sentido, pois, à semelhança do reencontro com as suas filhas, a união com os seus pais acabou por rematar o processo de migração – “(...) *agora vivo com os meus pais e o meu filho mais novo e está bom assim, estou feliz. Sinto-me feliz assim (...).*” Na verdade, a Eduarda acaba por afirmar que, realmente, já pertence a Portugal – “*Aqui já é minha terra.*”

Marques (2009) afirma que o mergulho em novas formas de submissão, consequente de uma hierarquia racial internalizada, corresponde a uma tentativa de manutenção da identidade, que foi conservada por séculos, a começar na época colonial. Através da manutenção identitária, o sujeito descobre certezas para “continuar a ser” (Costa, 2017). De facto, as referências à profissão e aos respectivos padrões apresentam um papel de destaque nesta sua tentativa de definir o seu lugar, já que é na presença deles que a Eduarda parece encontrar sentido para o seu trabalho – “*Nunca faltei ao trabalho, tenho sempre bons padrões... estive vinte e tal anos numa casa (...)*” e, consequentemente, para a vida longe da sua família – “*Eu trabalhava interna (...)* *Ele ficava com as minhas filhas.*” A actividade doméstica começou desde cedo com o patrão português e a Eduarda deixa claro que o sentido do seu ofício reside na presença de um patrão na sua vida. De qualquer modo, esse lugar parece só ter ficado, realmente, definido depois da entrevistada estar, novamente, com as suas filhas – “*(...) eu e as minhas filhas, era isso que eu queria*”, ou os seus pais – “*Os meus pais já cá estão também (...)* *eles vivem comigo e está tudo bem.*”

Desta forma, o processo de migração da Eduarda ocorreu sob uma condição: a manutenção das suas funções enquanto trabalhadora doméstica, independentemente da casa e do país onde trabalhasse. Isto significa que a sua mudança para Portugal poderá ter implicado uma série de lutos, nomeadamente, relativos ao país e à vida que levava em Cabo Verde. Contudo, a Eduarda precisou de garantir que se mantivesse na sua vida a realização do mesmo ofício, evitando um luto adicional, associado a uma dimensão que confere sentido aos seus afazeres. Marandola, citado por Ramos (2017), afirma que a pessoa migrante tende a reconstruir o seu lugar de origem, em busca de proteger a sua identidade do conflito gerado pelas perdas inevitáveis proporcionadas pela transição entre lugares. Segundo o autor, a aproximação do sujeito ao lugar de origem permite-lhe evitar uma rutura do sentimento de continuidade, neste caso, associado a Cabo Verde. Ao mudar de país, a Eduarda viu assegurada uma vida idêntica à que já levava antes de vir para Portugal e, desse modo, a posição de trabalhadora doméstica para outrem permitiu-lhe definir o seu lugar, um lugar cuja identidade se manteve intimamente ligada à condição de “mulher mandada”, presente no país de origem. Tal pode ser sustentado quando a entrevistada afirma que o sentido

da sua vida está em Portugal, pois, em Cabo Verde, se lá voltasse, não iria lá fazer nada, pois os seus patrões já teriam todos morrido – “(...) *os meus patrão já morreu todo (...) tinha que arranjar outro (...) deixo-me aqui, que aqui estou muito bem.*”

Na verdade, Portugal, além de lhe ter dado uma segunda oportunidade de trabalho, acolheu-a e contribuiu para a sua permanência cá, onde julga ter encontrado o seu lugar – “(...) *temos essa estabilidade (...) Sinto-me feliz aqui e é o que eu digo, aqui já é minha casa...*” Grinberg e Grinberg, citado por Rodrigues (2016), refere que a estabilidade no seio familiar é um aspecto importante a considerar na experiência do sujeito migrante, pois corresponde a um dos principais factores que permitem que este movimento seja bem-sucedido. Ao aceitar a vida em Portugal, a entrevistada confessa ter vindo em busca de um lugar que lhe proporcionasse estas duas condições – “(...) *ganho mais e consigo fazer uma vida razoável e melhor que a de lá.*” Por fim, importa referir que a Eduarda parece ter aceiteado a oportunidade da mudança, já que, em alicerce, teria uma vida semelhante à que levava em Cabo Verde, com a vantagem de uma maior estabilidade e, ainda, o aumento salarial – “(...) *não muda nada. Só o trabalho é que é diferente porque o ordenado é melhor que o de lá.*”

1.2. As Oscilações entre o Cá e o Lá

Trinta anos após o processo de migração, a Eduarda parece sentir-se bem em Portugal, afirmando-se, convictamente, cidadã portuguesa – “*Aqui já é minha terra.*” Porém, há uma clara dificuldade em fixar-se num lugar, notando-se algumas oscilações entre o Cá e o Lá, que parecem contradizer as afirmações da sua pertença a Portugal.

Marques M. (comunicação pessoal, Dezembro de 2021) considera que o sujeito é em função do sítio onde está e, na narrativa da Eduarda, a participante refere que a vida que encontrou em Portugal não diferiu, significativamente, da vida que levava em Cabo Verde. São evidentes as semelhanças entre os dois lugares, especialmente, porque veio para cá nas mesmas condições de trabalho, isto é, praticando a mesma actividade profissional que tinha lá – “*É bom, é como estar em Cabo Verde! Não muda nada.*” Todavia, é possível identificar um confronto entre a Eduarda e as inevitáveis mudanças entre os dois lugares, que, por consequência, a fazem oscilar entre um lugar e o outro, promovendo transformações ao nível identitário. Neste caso, a sua estadia em Portugal nos primeiros tempos caracterizou-se por uma forte ligação com Cabo Verde, pelas semelhanças profissionais e pela separação da família. Esta oscilação de lugares parece sustentar-se na principal diferença entre os dois países, associada à relação com as filhas, pois, após a chegada a Portugal, a Eduarda ficou privada desse contacto,

deparando-se, apenas, com a sua ausência. Só mais tarde é que a ligação com Portugal foi fortalecida, enquanto a ligação com Cabo Verde passou a ter um papel secundário na sua vida, especialmente após o nascimento do seu filho mais novo. Estas pessoas são mencionadas com frequência ao longo da entrevista e apresentam um papel de destaque nos momentos significativos da sua vida, lado a lado com o desejo manifesto de ficar junto delas – “(...) *eu e as minhas filhas, era isso que eu queria.*”

Por outro lado, a Eduarda fundamenta o seu ponto de vista com o auxílio de algumas comparações entre o Cá e o Lá – “(...) *Só o trabalho é que é diferente porque o ordenado é melhor que o de lá*”, compreendendo-se que o salário constituiu uma das grandes diferenças entre os dois países. Pelos vistos, a remuneração que passou a receber em Portugal parece ter motivado o processo de mudança, a par com um maior leque de possibilidades que esse aumento salarial lhe proporcionou: – “*Lá também trabalho, mas ganho pouco. Cá ganho mais. É por causa disso que saí de Cabo Verde para Portugal...*” Desta maneira, a Eduarda justifica a mudança para Portugal, através de um ganho que só lhe foi possível cá. Este movimento, na verdade, parece ser comum ao sujeito migrante, em que, para justificar a mudança para um novo lugar, procura fazer uso do processo migratório, enriquecendo-o com conquistas e aquisições (e.g. aumento salarial, maior estabilidade, etc.) que fortalecem essa mudança. Na verdade, a mudança subjacente ao processo de migração pode implicar uma tendência para o sujeito se apropriar das referências culturais em que essa sociedade se expressa, por comparação às do seu país de origem (Lecomte, Jama & Legault, citados por Ramos, 2017).

Devereux, citado por Clemente (2014), defende que a *confusão* e *interpenetração*, relativas às referências temporais, são indispensáveis para o sujeito numa tentativa deste obter uma representação estruturada de si mesmo. Portanto, a dificuldade em definir um tempo e um espaço conduzem a uma dificuldade de fixação no lugar, a par com a falta de sentido de continuidade no tempo, que é vivenciado pelo sujeito no momento presente. Se, de certo modo, a Eduarda parece ter-se fixado cá, por outro, a ligação a Cabo Verde parece continuar a ser alimentada pelo movimento oposto, por exemplo, quando Eduarda refere a renúncia ao documento de Cabo Verde – “(...) *renunciei o meu documento de Cabo Verde (...)*”. Na verdade, o relato relativo à renúncia aos documentos de Cabo Verde, e o entusiasmo subjacente a esta história, acabam por manifestar a importância que a Eduarda atribui ao seu país de origem. Assim, mesmo que a entrevistada procure consolidar no discurso uma fixação em Portugal, a narrativa revela, justamente, o contrário. Embora manifeste um forte sentimento de pertença a Portugal, o seu discurso não deixa de balancear sob um limbo, em que este sentimento de pertença pende para um lado, relativo à vida em Portugal –

“(...) *sinto bem aqui também (...)*”, como para outro, relativo à saudade de Cabo Verde – “*Eu tenho saudade da minha terra original!*”

2. Evidências da experiência pré e pós-colonialista

Douville (1994), aponta para que nas sociedades mais marcadas pelo passado colonial, onde ressoam as marcas da escravatura, é frequente a presença de conflitos identitários, pois o indivíduo colonizado parece ter sido reduzido a um estatuto de objecto, enquanto o colonizador conquistou uma categoria absoluta e totalizante. Deste modo, não causará surpresa que na narrativa das pessoas migrantes emergjam discursos associados às temáticas do racismo e da escravidão. Na verdade, tais relatos não constituem meros vestígios das experiências coloniais do passado, como também manifestam os fantasmas desse passado, que não dão descanso à memória do sujeito migrante. Kilomba, citado por Costa (2017), afirma que as recordações destes sujeitos vivem enterradas na *psiquê*, de maneira que nasce uma máscara de silêncio, cujo papel coloca a relação dominador-dominado encoberta, ainda que todos a conheçam, mas ninguém a pronuncie.

Devereux, citado por Nathan (1981), afirma que o inconsciente étnico corresponde a uma instância cuja dinâmica intra-psíquica apresenta uma função de ajustamento do objecto perante uma falha na relação do Eu com o mundo exterior. Esta instância é partilhada pelos elementos de uma cultura e, além de regras e tradições, integra fantasmas e emoções que as pessoas, por vezes, aprenderam a encobrir. De acordo com Freud, estaremos a falar de um armazém onde se procuram matérias e modelos que permitem a construção de uma nova realidade (Nathan, 1981). Neste seguimento, salienta-se a importância do envelope psíquico que circunscreve a experiência e a cultura do sujeito e que é responsável por delinear os contornos da relação continente-contentor. Perante a perda desse envelope, surge a dispersão do mundo interno, o que pode conduzir à perda da identidade do indivíduo, pela perda das referências culturais. De seguida, Nathan defende que após esta renúncia identitária, há uma tendência do sujeito se reconstruir através do *inconsciente étnico*, que lhe permite, em última instância, salvaguardar a sua identidade. Complementarmente, Scharff (1992), citado por Hollway (2010), veio sustentar que uma relação comporta uma dinâmica entre duas pessoas, responsável por internalizar a relação Eu-objecto que, por sua vez, influencia a construção e manutenção da identidade do próprio. Importa considerar que a identidade do sujeito provém da sua capacidade para contemplar o passado através do momento presente e, ainda, de prever o futuro, nomeadamente, entre o dentro e o fora

(isto é, percepção dos limites do corpo) e entre a estrutura psíquica (dimensão interna) aliada à estrutura da cultura e da sociedade (dimensão externa) (Devereux, 1965).

Na verdade, Eduarda mudou-se para Portugal antes da Independência e tal pode ter proporcionado a representação da relação “dominador-dominado”, que estava patente na fase pré-colonialista. Sugere-se, ainda, a ideia de uma colonização enraizada, que figura no seu modo de ser e no seu modo de trabalhar, dando sentido ao seu quotidiano, pois nele se encontra assimilada uma figura superior (e.g. patrão) correspondente ao homem colonial. Há vários momentos em que a Eduarda se apoia na figura dos seus patrões e, por vezes, numa tentativa de dar sentido à sua vida e às suas decisões (e.g. ter vindo para Portugal), o que não deixa de ser curioso, pois estas figuras parecem estar associadas aos vestígios das suas vivências de pré e pós-colonialismo. Efectivamente, esta conduta constitui uma forte evidência do colonialismo onde a Eduarda se reconstrói “a partir de” e, simultaneamente, “prossequindo com”. Na verdade, a lógica presente na relação dominador-dominado, ou, neste caso, dominador-dominada, proposta por um passado colonial, surge, ainda nos dias de hoje, com contornos, aparentemente, encobertos, mas que ecoam na vida destas mulheres através de silêncios ruidosos (Carvalho, 2017).

Como mencionado anteriormente, mais do que a terem ajudado a trazer as suas filhas para Portugal, estes patrões colocaram-na numa posição que lhe confere sentido, ajudando-a a definir o seu lugar. Esse lugar de sentido, por sua vez, parece trazer consigo uma significação associada à identidade de “mulher mandada” (Clemente, 2014) que, não só oferece sentido ao seu trabalho, como dá relevância às suas funções enquanto doméstica que trabalha para outrem. Desta forma, a presença constante de um patrão na sua vida, que oriente o seu trabalho e assuma um papel autoritário perante as suas funções, pode colocá-la num pódio relativo às actividades domésticas e, por conseguinte, representa uma forte referência aos vestígios coloniais.

3. A Representação do Masculino

Ao considerar a sua narrativa, merece destaque a referência às figuras masculinas, particularmente, aos patrões, ao seu pai, ao filho e, não menos relevante, a omissão das figuras parentais dos seus filhos.

De acordo com Dias, citado por Ferreira (2016), a identidade migratória cabo-verdiana retrata a figura parental associada à migração para fora do seio familiar, em busca de promover melhores condições para a sua família, reconhecendo-se o paterno,

maioritariamente, pela sua ausência e distanciamento. Por conseguinte, compreendendo que a representação da figura paterna nesta comunidade difere da representação comum ocidental, verifica-se o contraste que as circunstâncias culturais podem provocar na comunidade migrante, especialmente ao nível da identidade e dos processos de identificação. Como podemos constatar na sua narrativa, estes homens representam uma incógnita que a Eduarda procurou solucionar através da atribuição desse papel a outros homens, como é o caso dos patrões, ou dos seus pais. Realmente, os seus filhos surgem como se não tivessem pai, mas esta omissão parece tê-los colocado presentes na narrativa, já que é na relação de forças ocultas que se procura a recompensa da indagação (Freud, 1912).

Ferreira (2016) defende que a noção da figura masculina na cultura cabo-verdiana, a par com a representação do paterno, remetem para uma figura que deve ser respeitada, tanto no interior do agregado familiar, como nas relações externas. No mesmo sentido, Massart, citado por Ferreira (2016), afirma que, para o povo cabo-verdiano, o ideal masculino assenta numa tentativa de conquistar mulheres, provido da capacidade de garantir a respeitabilidade dos que o rodeiam. Além disso, é representado como um predador prestigiado que está, simultaneamente, em constante movimento e progresso, na procura de estabilidade e realização. Não obstante a representação do masculino, Ramos, citado por Ferreira (2016), descreve a figura materna na cultura cabo-verdiana com o rótulo de “mãe-solteira” e afirma que esta figura se foi desenvolvendo despojada de qualquer significado discriminatório subjacente. Paralelamente, Dias, citado por Ferreira (2016), considera o feminino como “o presente, o constante, o potenciador da relação”, enquanto o masculino, como mencionado nos parágrafos anteriores, associado à posição do “pai-ausente”, segue uma representação há muito enraizada nas famílias de Cabo Verde, em que as mesmas carecem da presença da figura paterna ou, então, esta figura dispõe de um papel que se limita, em muitos casos, a um apoio financeiro e transitório. A soma destas duas realidades, da mãe-solteira e da figura paternal que parte do seio familiar, tem promovido um aumento de lares matrifocais, i.e, de casas cujo papel central na família seja assumido pela figura materna. Esta representação parece causar uma tensão em ambas as figuras, masculina e feminina, que, por sua vez, faz ecoar uma ambiguidade no papel da mulher na sociedade onde se insere. Nesta entrevista, por exemplo, a Eduarda começa por mencionar as duas filhas e o papel influente do patrão no sentido deste reencontro. Depois, já em Portugal, refere o nascimento do filho e a vinda dos seus pais – “*O meu pai veio primeiro e depois é que veio a minha mãe (...)*”, mas em nenhum destes casos refere a presença do marido ou dos pais dos seus filhos.

Na narrativa da Eduarda pode verificar-se que os pais dos seus filhos não são mencionados. Em contrapartida, os patrões apresentam um papel influente na sua vinda para Portugal, bem como no reencontro entre a entrevistada e as filhas. Estes dois momentos, enfatizados pela Eduarda, foram promovidos pelos patrões para quem a participante trabalhou quando vivia em Cabo Verde, como se eles tivessem sido responsáveis por orientar ou, por outras palavras, mandar, nos principais acontecimentos da sua vida. De qualquer modo, é de salientar a postura conivente da Eduarda perante a acção destes patrões, onde parece assumir uma postura de obediência no momento em que estes sugerem mudanças significativas na sua vida. Em concordância com os seus relatos, recordam-se as considerações de Filho, citado por Ferreira (2016), que afirma que a família cabo-verdiana é do tipo patriarcal, como resultado duma herança cultural que tem vindo a transportar consigo o homem autoritário na relação com a mulher. O autor vai mais longe e acrescenta que a figura masculina, por vezes, remonta ao tempo da escravatura e coloca o homem como dono da sua mulher, mesmo que, em alguns casos, esse homem não seja, necessariamente, o seu marido.

No momento em que emigra, as suas filhas mais velhas ficaram em Cabo Verde, tendo o patrão ficado responsável por tratar da logística necessária para as enviar para Portugal. Posteriormente, após o nascimento do seu filho, já em Portugal, a Eduarda também não pôde assumir total responsabilidade pelos cuidados do mesmo, uma vez que estava empregada a tempo inteiro, em casa de outrem. De facto, a participante atribui aos patrões um papel importante, como representassem a presença da figura paterna, por substituição à sua ausência, ocupando, assim, o lugar que seria destinado ao pai dos seus filhos. Deste modo, a Eduarda permitiu que o patrão desempenhasse um papel de relevo, ao ser responsável por mandar as suas filhas para Portugal e, sobretudo, por ter garantido os seus cuidados enquanto as condições da Eduarda cá não eram, ainda, favoráveis à migração das mesmas para Portugal – *“Ele ficava com as minhas filhas e eu ia para Portugal e ele depois ia tratar das coisas.”*

BEATRIZ

1. Identidade

1.1. A Procura de um Lugar

De acordo com a perspectiva de Devereux (1965), a individualidade de cada sujeito implica, necessariamente, a sua identidade. Por sua vez, individualidade e identidade,

ambas originam a existência do indivíduo. A identidade, por um lado, é compreendida como fruto de um processo de diferenciação relativo à relação sujeito-objecto, que pressupõe elementos indiferenciados comuns a vários indivíduos, responsáveis por construir uma estrutura psíquica única. Contudo, a identidade do sujeito estabelece-se como um produto inacabado, sujeito a uma construção progressiva constante, aliada a imprevisibilidades que fazem com que o sentido da assimilação interna seja criado através de duas vias: o tempo e o espaço.

Antes de mais, importa compreender que os diferentes temas emergentes se interligam entre si, relacionando informações acerca do seu funcionamento que procuram responder a questões do tipo: quem é ela, como é que ela é, como se apresenta, onde e com quem, ficando sempre um lugar atravessado por posições muito distintas. Na verdade, ao longo da narrativa, a Beatriz faz diversas enumerações ao longo do seu discurso que marcam a sua chegada e, por isso, saída, de vários lugares, em diferentes momentos – nasceu em Cabo Verde, viveu em Portugal, mudou-se para a Holanda, estudou na Bélgica, viajou por vários países e, finalmente, regressou a Portugal. Paralelamente, a Beatriz refere algumas ocupações e actividades que realizou nos diferentes lugares, dando conta de uma dificuldade significativa em ocupar, verdadeiramente, um lugar em cada um dos sítios por onde passou. Contudo, a sua estadia na Holanda, mesmo assim, parece ter sido a mais duradoura e a que descreve como mais enriquecedora ao longo da sua narrativa. Como referido anteriormente por Grinberg e Grinberg (1996), estas conquistas parecem estar associadas a uma tentativa por parte do indivíduo de encontrar estabilidade, uma vez que sem essa condição de estabilidade, as aquisições que obteve não lhe teriam sido possíveis. Portanto, no seguimento da sua não-fixação aos lugares, essa dificuldade parece estar presente na sua relação com Cabo Verde, pois a mesma decidiu não regressar ao seu país de origem, mantendo-se em Portugal. Seguidamente, o mesmo verificou-se em Portugal, pela mágoa que ainda descreve quando se dirige à sua experiência neste país em idade mais jovem. E, na Holanda, o mote persiste, quando percebemos que para tomar posse do seu lugar, a Beatriz teve que se esforçar para se integrar na comunidade holandesa, por exemplo, apossando-se da língua local.

Nesta altura, recordamos Fanon (2017), quando este refere que falar uma língua é empregar uma sintaxe, possuir a morfologia dessa língua específica e, sobretudo, assumir e assimilar uma cultura, pois todo o idioma corresponde a uma maneira de pensar. À semelhança de Fanon, a Beatriz afirma que “*estar num país significa acima de tudo dominar a língua, seja onde for.*” No que diz respeito à sua experiência na Holanda, a participante, depois de ter semeado um sentimento de pertença ao país,

decidiu dirigir-se aos cabo-verdianos, com quem foi trabalhar. Assim, ela mostra que, de facto, a Holanda foi o lugar onde conseguiu encontrar realização e valor, não face aos holandeses, mas face à comunidade cabo-verdiana na Holanda. Efectivamente, confrontamo-nos com um discurso que desqualifica o Outro, tal como o país desse Outro e, especialmente, o Outro-cabo-verdiano. A Beatriz coloca-se numa posição onde procura a distinção, sem que alguma vez chegue a conseguir diferenciar-se através da conquista desse lugar de destaque. Embora de acordo com o seu discurso ela seja uma mulher completa, com inúmeras aquisições, a sua vida parece basear-se numa constante busca por conquistar um lugar de pertença que nunca chega a ser, realmente, alcançado – o lugar enquanto mulher diferente do restante povo cabo-verdiano. A mulher negra, por se sentir inferior, aspira admitir-se no mundo branco (Fanon, 2017). Se, de alguma maneira, a participante investe neste distanciamento, procurando não ser confundida com as comunidades de Cabo Verde, acaba por não conseguir definir quem é quem, quem é que mora onde, nem, tampouco, onde é que ela própria se encontra no meio destas oscilações espaciais e temporais. Um momento exemplificativo desta dificuldade em definir o seu lugar está representado na sua tentativa de se diferenciar dos grupos minoritários, movimento iniciado pelo seu marido – “*se vais trabalhar com minorias étnicas eu não quero.*” No entanto, este aspecto denuncia-a, exactamente, nesse sentido, pois, tal como referido anteriormente, a Beatriz não precisaria de se diferenciar de um grupo se dele não fizesse parte.

Para Freud, os traumas psíquicos são resíduos de experiências emocionais que foram vividas no passado, nem sempre associadas a um só acontecimento, do qual resulta o sintoma. Na maior parte dos casos, esses sintomas surgem como consequência de situações repetidas ou análogas. Complementarmente, atendendo a Maïdi (2008), é fundamental destacar que o “problema do corpo”, em simultâneo, “o corpo do problema”, enfatizado na fase da adolescência, está, certamente, enraizado na reminiscência de “traumas infantis”. Assim, considerando o corpo como uma dimensão fundamental no período da adolescência, aquilo que esse corpo incorpora pode ser compreendido pelo sujeito pela via do manifesto. No caso da Beatriz, o corpo, bem como as características que nele podem ser observadas, parecem ter assumido um papel de destaque, não só pela sua etnia, mas pelo aspecto físico da participante no dia da entrevista. A Beatriz é uma mulher esteticamente cuidada e bem-arranjada. Além disso, fez várias referências ao longo da entrevista à diferença étnica que nos afastava uma da outra, como se isso constituísse, para si, um aspecto de distinção, entre o branco e o negro ou, talvez, entre o (antigo) colonizador e o (anteriormente) colonizado. Recorda-se que a Beatriz veio para Portugal aos quinze anos, idade

compreendida no período da adolescência, período esse que, por sua vez, constitui uma fase importante para a formação da identidade, incluindo a elaboração da identidade corporal do indivíduo. Neste sentido, o “conflito estético”, proposto por Meltzer e Williams, citados por Marques e Gavanha (2009), refere-se ao conflito do desenvolvimento que apresenta um papel importante responsável por organizar a experiência de transformação da adolescência, integrando a relação do sujeito com o desconhecido, em que esse desconhecido pode tomar diversas formas, desde a relação do Eu com o Outro, à relação do Eu com o próprio corpo, que ora o atrai, ora o amedronta. Na verdade, é a própria Beatriz que sugere uma inquietação entre si mesma e o seu corpo, pois ao referir as adversidades na vida dos jovens, fica subentendida uma ligação entre a sua etnia e a conotação negativa subjacente – “*o futuro está negro*”.

Complementarmente, Bouche, Skandrani e Moro (2007) defendem que o adolescente, filho de pais migrantes, procura encontrar o seu próprio lugar e, para tal, por vezes, pode questionar a cultura dos pais, os códigos e valores transmitidos pelos mesmos, dado que a cultura do adolescente não se rege pelas mesmas ideologias transmitidas pelas figuras parentais. Esta noção pode, efectivamente, sustentar o distanciamento manifesto entre a participante e os seus pais, até porque a Beatriz refere, logo no início da sua narrativa, ter-se separado deles quando ficou em Portugal e não voltou a mencioná-los na restante entrevista, como se os mesmos fossem responsáveis pela sua ligação a Cabo Verde.

Este movimento de tentativa de definir o seu lugar é claro em toda a narrativa e coloca-se a hipótese do mesmo estar presente de forma constante na sua vida, estando intimamente associado a um passado que a assombra, que diz respeito aos papéis do colonizador e do colonizado, atribuídos *a priori*. Tendo a Beatriz vivenciado um processo de migração de Cabo Verde para Portugal e, mais tarde, para a Holanda, dois países outrora colonizadores, está presente a noção de uma necessidade de definir o seu lugar em função de uma tentativa de encontrar um lugar onde não fique associada ao país colonizado, como foi Cabo Verde. Por isso mesmo, a Beatriz aproximou-se do povo holandês, em primeiro lugar, procurando identificar-se com eles, passando por um processo de identificação, como acontece, por exemplo, com a professora de holandês. Só depois voltou a aproximar-se do povo cabo-verdiano, na Holanda, procurando distinguir-se deles. O mesmo acontece no seu regresso a Portugal, em que a participante, não só se aproxima do povo português, como procura erguer-se perante ele, criticando situações “inadmissíveis” de um povo colonizador (e.g. o metro a pingar água; as pessoas a pedir o pão na rua; etc.).

Na verdade, não está presente um nível de representação estável o suficiente para que se compreenda, verdadeiramente, o lugar que a Beatriz ocupa, nem o lugar que ocupou anteriormente, ou, ainda, as coisas que obteve enquanto procurava definir esse lugar. No entanto, a relação que estabelece com os povos colonizadores, tanto na Holanda, como em Portugal, dão conta dessa tentativa de distanciamento da posição de colonizada. Considerando o seu passado ancestral, é de recordar que o antigo escravo exige que lhe contestem a sua humanidade, isto é, deseja uma luta, uma briga (e.g. críticas a Portugal). No fim, parece ser esse o lugar que ela ocupa – o lugar da reivindicação (Cavalli, 2012).

1.2. Oscilações entre o Cá e o Lá

Cavalli, citado por Carvalho (2017), defende que as experiências do passado, quando não digeridas pelo indivíduo, não encontram espaço para uma representação mental adequada no seu mundo interno. Essas representações são essenciais para o funcionamento psíquico desejado e dependem, em grande parte, da função contentora que o ambiente envolvente representa para o indivíduo. Posteriormente, as experiências podem emergir no presente, em muitos casos, ainda mais intensas, se o indivíduo tiver vivenciado um processo de migração, em que se moveu do seu país de origem para um outro, muitas vezes, outrora colonizados pelo homem branco. Estando este, por sua vez, associado ao desenvolvimento do estigma do homem negro, o movimento entre o cá e o lá parece promover defesas que se desenvolvem no seio do inconsciente étnico (Nathan, 1981), comum às comunidades residentes nos países de origem.

Neste sentido, Doidge (2007), afirma que os indivíduos são, por vezes, assombrados por fantasmas do passado que estão associados a relações significativas e a lutos que influenciam, inconscientemente, a vivência do presente. Isto significa que estas defesas, marcadas por fantasmas, apresentam um funcionamento específico que pode diferir entre os dois lugares. Assim, a chegada a um novo país pode revelar um contraste acentuado entre as defesas desenvolvidas anteriormente, no seu meio cultural, e as defesas desenvolvidas após o processo de migração, para o país de acolhimento, bem como uma dificuldade acrescida de adaptação ao novo meio correspondente. Tal pode verificar-se no discurso da Beatriz – “(...) *não tem sido fácil... não tem sido fácil porque... ah... eu já tinha vivido cá em Portugal... na minha adolescência... e parte da minha juventude... mas ahm... choca-me bastante ver que ainda... socialmente falando... Portugal não está tão desenvolvido como eu imaginava...*”. Estas defesas são, frequentemente, reenviadas para um passado associado ao domínio colonialista, um

fantasma desse passado, transversal a várias gerações. Seguidamente, Carvalho (2017) salienta a importância de conceber o espaço necessário que o trauma histórico exige, bem como as várias expressões que podem ter ficado submersas num passado caracterizado pela relação dominador-dominado, que continua a calar as inúmeras perdas, e lutos, pelas quais passaram estas gerações.

De acordo com a narrativa da Beatriz, por um lado, Portugal é, hoje, um país repleto de defeitos, diminuído, do seu ponto de vista. Por outro lado, a entrevistada aconselha os seus amigos a viverem cá – “(...) *é um bom país para se viver*”. Esta dissonância vem sustentar a ideia da entrevistada ter ficado presa a um passado doloroso do qual não conseguiu sair. Considerando que a participante conta já com duas experiências de migração para Portugal, parece que a sua mágoa com Portugal reside no passado, consequência de uma experiência que não lhe permitiu que as defesas desenvolvidas, anteriores à primeira migração, desempenhem as funções adequadas ao novo meio cultural em que a Beatriz se encontra no momento presente. Na verdade, parece que as passagens que a Beatriz faz entre os lugares representam uma tentativa fracassada de compreensão das várias realidades em que se encontra, mas não são, verdadeiramente, um movimento que lhe permita definir o seu lugar. Tal observa-se, por exemplo, quando a entrevistada menciona, numa única frase, Portugal, Holanda e Cabo Verde – “(...) *depois Portugal é um país que (...) Na Holanda eu não sei (...) Em Cabo Verde... Em Cabo Verde...*”. Este momento exemplifica uma transversalidade comum aos diferentes lugares, como se a Beatriz não os diferenciasses entre si, demonstrando a dificuldade em compreender onde é que se situa e que lugar é este que ela ocupa em cada uma das diferentes culturas que conheceu, visto que, em vários momentos, fica por perceber se ela fala enquanto portuguesa, holandesa ou cabo-verdiana. Desta maneira, a sua identificação com cada país deixa muito a desejar, principalmente, por mostrar que só é cabo-verdiana na Holanda, depois de adquirir o domínio do holandês. Mais se acrescenta que a relação com Portugal parece assumir duas faces: uma, em que a entrevistada assume a mágoa com Portugal – “(...) *isso a mim dói-me*”, aproximando-se da Holanda e distanciando-se de Cabo Verde; e outra, em que Portugal é, para ela, um lugar de pertença, fazendo, por isso, o movimento inverso, em que se aproxima do seu país de origem, através do regresso ao país que outrora o colonizou. Podemos, ainda, fundamentar esta ideia através do facto da Beatriz insistir em não se afirmar como cabo-verdiana mas, de facto, é a essa comunidade que ela se rende – “(...) *passado dois anos eu já dominava bem a língua holandesa e comecei a frequentar alguns sítios, como a Associação Cabo-verdiana (...)*”.

O decorrer da sua narrativa fica marcado por constantes comparações entre os dois lugares – *“Isso na Holanda não acontece”*, onde surgem algumas clivagens em que a Beatriz parece não ser capaz de identificar num mesmo objecto o lado bom e o mau em simultâneo – *“Cá não é nada assim...”* e ela parece tropeçar em contradições, por exemplo, ao reconhecer que, afinal, existem vantagens neste país – *“Portugal é um país bom para viver, a comida é boa, o povo acolhedor, ya...”*, bem como uma ligação entre si e o objecto/país – *“(...) eu gosto de Portugal... é o país que eu conheci primeiro, depois de sair de Cabo Verde.”* Estas comparações parecem servir o propósito da Beatriz expressar o seu sentimento de pertença relativo a cada um destes lugares. Primeiro, afirma que é de lá, ou seja, que pertence à Holanda, depois de ter traçado um caminho nesse sentido – *“Mas eu tinha que falar holandês, eu precisava de falar holandês e eu sentia-me bem a falar holandês”*, sem que precise de escolher entre um país e o outro, visto que Portugal, surge na sua equação como a constante actual, pois é o país onde agora se encontra – *“Estou cá e estou lá... estou lá e estou cá, é assim.”*

Todavia, a sua história mostra que isso não decorre, directamente, da fixação aos lugares, ou seja, de um sentimento de pertença à Holanda, mas, em vez disso, da ausência desse sentimento de pertença a Portugal. Carvalho (2017) identificou que tal pode acontecer como consequência de um lá idealizado, que contrasta com um cá frustrante e, visto que a sua primeira experiência de migração, de Cabo Verde para Portugal, culminou com a partida para a Holanda, o lá (Portugal) idealizado pode não ter sido satisfeito aquando da experiência em Portugal. Ao mesmo tempo, coloca-se a hipótese de existir uma barreira que impeça que este sentimento de pertença se estabeleça, uma vez que a Beatriz, na possibilidade de não ser aceite em Portugal, parece ser ela a recusar essa rejeição, pelo que é ela mesma que adopta esse papel, rejeitando Portugal, nomeadamente, quando se refere às injustiças e adversidades que os jovens encontram nos dias de hoje – *“(...) isto ainda existe em Portugal (...) eu tenho ódio a essa ideia!”* como se estivesse a falar da sua própria experiência enquanto jovem em Portugal, num passado já distante. Assim, parece descrever a situação em Portugal como uma humilhação em que não encontra um lugar e, aliás, deixa cair sobre Portugal o mesmo olhar com que o deixou quando foi para a Holanda – *“(...) eu também sei o que é estudar, estudar com dificuldades (...) e graças a Deus, pronto, depois fui para um país [a Holanda] onde fui bem acolhida (...).”* Por fim, ainda relativamente ao seu lugar de pertença, que fica por definir entre os vários sítios por onde passou, entre o cá e o lá, importa referir que a Beatriz sente que pertence aos “seus”, isto é, aos cabo-verdianos, e, conseqüentemente, aos lugares onde eles se encontram, por exemplo, em convívios sociais, como foi o caso do contexto em que se realizou a entrevista.

As oscilações entre o cá e o lá, bem como a dificuldade em se fixar num lugar, também parecem surgir numa linha temporal. Ou seja, ao enumerar os aspectos que a desagradam, actualmente, em Portugal, a Beatriz adopta um discurso que se relaciona com um Portugal do passado e que não mais representa o momento presente do país a que se refere. Assim, a Beatriz parece ter ficado agarrada a um passado, em que Portugal representa um lugar que ficou, tal com ela, preso nesse passado. Antigamente, algumas das descrições dirigidas ao presente, podiam, de facto, marcar o seu quotidiano em Portugal, mas tais descrições já não correspondem à realidade actual. Mais uma vez, importa considerar que a Beatriz vivenciou o processo de mudança associado à migração numa fase vulnerável da sua vida, quando era uma adolescente de quinze anos, por isso, paralelamente, recordamos Cunha e Marques (2009), relativamente à adolescência:

“Para que se possa realizar uma construção é necessário um espaço e um tempo, é assim na natureza, quando queremos plantar, precisamos de sementes e de um tempo de cultivo. A adolescência é, por excelência, o espaço mas, também, o tempo durante o qual o Eu se constrói na relação com o(s) Outro(s), um campo onde se cultivam as relações entre o igual, o diferente e o complementar. Embora o espaço externo de relação e de partilha, entre o Eu e o Outro, seja importante, torna-se essencial, se não fundamental, que o adolescente constitua um espaço interno (...) um lugar de expectativa, de criação e (re)criação, na e da intersubjectividade, essencial na relação Eu-Outro.”

Cunha D. e Marques M., 2009

Assim, compreende-se que o cultivo da semente da Beatriz poderá ter carecido tanto do tempo, como do espaço necessário para o adequado crescimento do Eu na relação com o Outro, principalmente porque a tarefa central de desenvolvimento na adolescência consiste na consolidação da identidade (Erikson, 1959). Na verdade, isto pode observar-se nas intervenções em que a Beatriz parece ter sido catapultada de um lugar para um outro distinto, em que as características que refere acerca de Portugal são dirigidas ao passado que ela viveu cá, antes de se ter mudado para lá, na Holanda.

Adicionalmente, a participante acaba por contar que não se despediu, realmente, da Holanda e que, ao mesmo tempo, parece não aceitar a condição de residente definitiva em Portugal – *“(...) estou cá e estou lá... estou lá e estou cá... É assim...”*, denotando um lugar atravessado por posições muito distintas entre os diferentes lugares, em que a mesma não se desligou, afinal, de nenhum dos países, pertencendo a todos e não pertencendo a nenhum. Esta questão pode ser verificada através da sua participação no projecto do *catamaran*, onde pretende levar para África as pessoas que,

tal como ela, se encontram na Europa, o que coloca a Beatriz numa posição de identificação com estas pessoas que podem regressar aos seus países num barco que as liga entre o lá e o cá. Por fim, na mesma linha de pensamento, fechamos este ponto com a relação entre a Beatriz e Cabo Verde, uma vez que, para ela, Cabo Verde parece não existir mas, noutros momentos da entrevista, compreende-se que é Cabo Verde que adopta um papel fundamental na sua vida, não tivesse sido este o lugar que lhe deu casa nos primeiros anos de vida. Neste sentido, apela-se à importância de considerar o contexto histórico-social, a par com o país de origem da pessoa migrante como um lugar fundamental para as experiências do futuro, pois, tal como referido anteriormente, é lá, no país colonizado, esse lugar primordial da vida do indivíduo, que se vivem as experiências que servirão de base para as experiências do futuro (Carvalho, 2017).

1.3. Identidade organizada através da Tomada de Posse

Numa fase inicial da entrevista, não se compreende a referência aos obstáculos enumerados pela Beatriz, por exemplo, quando esta se refere à aprendizagem do holandês – “(...) *comecei a aprender em casa o holandês. Não que eu falasse! Porque eu tinha medo de dar erros, então eu só escutava (...).*” Mas, de seguida, entende-se que esses obstáculos trazem consigo um significado subjacente – a capacidade que a entrevistada apresenta para os ultrapassar – “(...) *eu sou uma pessoa muito perspicaz (...) e o que é que eu fiz? Comprei um dicionário português-holandês (...).*” De facto, estes obstáculos parecem promover, em primeiro lugar, um enaltecimento das suas experiências, como se pode perceber, por exemplo, na relação com o marido, que surge como uma pessoa que lhe criava obstáculos – “*Ele dizia-me que eu não precisava de aprender holandês.*” Paralelamente, o que também se verifica, é que as adversidades pelas quais passou lhe permitiram uma ascensão social – “(...) *eu tinha que falar holandês, eu precisava de falar holandês e eu sentia-me bem a falar holandês*”, aspectos pertinentes para a sua (re)construção identitária, como veremos de seguida.

A experiência vivida na Holanda caracteriza-se por dois momentos distintos: um primeiro, em que a Beatriz procurou adaptar-se a um novo país e a uma nova cultura, aprendendo holandês e aproximando-se das pessoas locais; e um segundo, em que a entrevistada se reconheceu como holandesa e, a partir daí, pôde distanciar-se dos cabo-verdianos na Holanda, diferenciando-se deles e colocando-se numa posição superior, que lhe foi possível através do domínio da língua, validado pelos holandeses (e.g. a professora) – “*Eu fico admirada como é que tu consegues dar as respostas tão perfeitas, completar as frases e tudo...*”. No primeiro momento, a Beatriz parece encontrar-se

numa posição em que pretende adquirir capacidades linguísticas, para que, num segundo momento, seja uma pessoa de destaque na comunidade para onde se dirigiu, a comunidade cabo-verdiana residente na Holanda – “(...) *passado dois anos eu já dominava relativamente bem a língua holandesa, tanto escrita, como falada, e pronto, comecei a frequentar alguns sítios, como a Associação Cabo-verdiana.*” Aqui é um dos momentos em que se fica na dúvida sobre o que é que está, verdadeiramente, a acontecer, pois não se compreende a aprendizagem do holandês, a não ser que a mesma tenha servido um propósito – o da Beatriz se elevar perante os seus conterrâneos. Tal pode ser confirmado pelo facto da entrevistada ter omitido o seu conhecimento e domínio do crioulo. Não referindo este dialecto em nenhum momento da entrevista, a Beatriz acaba por mostrar a relevância que isso pode ter na sua vida. Assim, ela desqualifica o crioulo, pois é a língua mais falada no seu país de origem e ela não a menciona em nenhum momento, como se as pessoas de Cabo Verde fossem inferiores a si, porque ela domina línguas que eles não são capazes de falar – “(...) *eu sempre fui muito boa em francês e em inglês e mesmo na língua portuguesa.*”

De acordo com Lecomte, Jama e Legault, citados por Ramos (2017), o sujeito, quando passa por um processo de mudança social, tende a apropriar-se, por necessidade, dos modelos culturais em que essa sociedade se expressa. Da mesma forma, constatou-se que a Beatriz se apossou de coisas, de modo a que, depois, aquilo de que tomou posse lhe pudesse valer de outra maneira. Tal pode verificar-se com a aprendizagem do holandês, em que a entrevistada adquiriu a língua para, posteriormente, a usar com um propósito particular – valorizando-se perante a comunidade cabo-verdiana. Assim, parece estar presente uma tendência de se apoderar da experiência que teve na Holanda, para ter mais valor junto da comunidade de Cabo Verde. Igualmente, a sua formação académica e a proficiência na língua também apresentam um papel útil neste sentido, em que a recorrência constante ao ensino e às aprendizagens parecem constituir um meio para ela se elevar e ser alguém, com mais e melhor do que o seu povo, já que Cabo Verde está associado a um passado que a Beatriz parece querer evitar. Em simultâneo, este movimento parece associar-se a uma tentativa de encontrar um lugar onde se possa fixar e, ainda, definir-se nesse lugar, como se ao adquirir a faceta do país onde se instalou – portuguesa ou holandesa – encontrasse um elo de pertença entre si e esse lugar.

1.4. A Representação entre o Eu e o Outro

No momento em que um indivíduo fala de si mesmo, ou seja, do Eu, transporta subjacente uma necessidade de abordar o Outro. Segundo nos dizem Cunha e Marques (2009), o modelo psicanalítico remete o Eu e o Outro para as noções de sujeito e de objecto, respectivamente, sendo estes indissociáveis, o que significa que não é possível referir o Eu sem que se aborde, também, o Outro. Na altura em que o Eu do indivíduo fica suficientemente constituído, emerge a possibilidade da relação Eu-Outro, estando o segundo associado a um objecto de identificação. No mesmo estudo, as autoras estabelecem a importância da adolescência enquanto período de desenvolvimento que comporta processos de transformação e criação. Simultaneamente, consideramos Freud, quando o mesmo descreve a identificação como um processo onde o objecto é transferido para os limites do ego, outrora experienciados como externos, originando uma modificação da própria identidade do sujeito (Coelho, 2001).

Para esta análise, importa-nos considerar estes postulados, uma vez que, segundo a narrativa da Beatriz, a participante vivenciou o processo de migração, de Cabo Verde para Portugal, numa fase em que a relação Eu/Outro pode ser vivida com grande turbulência e é, normalmente, caracterizada pelas exigências da comunicação entre o interno e o externo e entre o conhecido e o que está, ainda, por conhecer (Cunha e Marques, 2009). Aos quinze anos, a Beatriz chegou a Portugal e, segundo consta na sua narrativa, a partir desse momento, a sua história passou a ser descrita como se os grandes acontecimentos da sua vida tivessem ocorrido de forma solitária e autónoma, graças a si mesma – *“(...) tinha 15 anos e acabei por ficar (...) fui logo trabalhar (...) inscrevi-me no Crisfal porque eu queria aprender línguas (...)”*. Nesta linha de pensamento, realça-se que em nenhum momento da narrativa da Beatriz foi possível identificar no seu discurso referências a figuras significativamente importantes na sua vida. Embora se dirija ao falecido marido e a outras figuras que constam nos seus relatos, a Beatriz coloca estas pessoas como meras personagens secundárias da sua história. Aliás, a entrevistada parece elevar o papel activo que ela teve na sua própria vida, por comparação à influência que as pessoas à sua volta podem ter tido nos acontecimentos importantes da sua vida ao longo dos anos. Fliche, citado por Fanon (2017), refere que o Eu afirma, opondo-se. É curioso pensar esta noção no caso da Beatriz, pois a sua relação, por exemplo, com os seus pais é esclarecedora desta questão, visto que eles trouxeram-na para Portugal, mas foi ela que definiu o seu caminho autonomamente – *“(...) vim com os meus pais (...) acabei por ficar e terminei o curso (...)”*. O mesmo se verifica noutros momentos em que a Beatriz apresenta esta necessidade de destacar a sua autonomia, nomeadamente, quando refere ao papel da

sua empregada na Holanda, quando decidiu aprender holandês – *“Então lá fomos a uma escola e eu me matriculei a mim mesma.”*

2. Evidências da Experiência Pré e Pós-colonialista

Costa (2018) defende que o negro, enquanto raça inferior colonizada, assume a responsabilidade e o desafio de ser civilizado, isto é, de se aproximar do seu colonizador. Este movimento, por sua vez, vem vincar uma tentativa de ascensão através do “embranquecimento cultural”, introduzido por Fanon, citado por Costa (2018). Este fenómeno pode ser verificado na narrativa da Beatriz, por exemplo, quando a participante se dirige à entrevistadora, desculpando-se pelas acusações que faz a Portugal, denotando a diferença visível entre ambas.

A participante faz tangentes aos vestígios de um passado colonizado, nomeadamente, quando, para ela, parece que não dominar a língua do país em que se encontra constitui uma barreira que a impede de pertencer a esse lugar – *“(…) estar num país significa acima de tudo dominar a língua.”* Por isso, a participante mostra que rejeitou a posição de submissão em que o marido a tentava colocar relativamente a ele – *“Ele dizia-me que eu não precisava de aprender holandês”,* impedindo-a de levar uma vida em que estivesse plenamente integrada na cultura do povo holandês. De forma adicional, acrescenta-se, ainda, que, no que diz respeito ao seu casamento, através do conteúdo que transmite, parece que a Beatriz vivia sob o comando do seu marido, quase como se de uma sequestrada se tratasse. Ao mesmo tempo, importa referir a necessidade visível da Beatriz se diferenciar das minorias étnicas, o que faz dela, precisamente, parte constituinte dessa minoria. De facto, ela não só se identifica com as minorias migrantes afro-descendentes, em Portugal e na Holanda, como se considera discriminada pela cor da sua pele – *“(…) tenho encontrado também (...) um certo espírito camuflado de discriminação, porque muitas pessoas vêem (...) a inteligência das pessoas através da cor da pele... e eu noto isso.”* De certa maneira, a Beatriz deixa nos portugueses a responsabilidade da sua pertença às minorias – *“(…) cá nota-se bastante isso [o julgamento da inteligência das pessoas através da cor da pele]”* e tal não será por acaso, sendo o povo português um povo colonizador, que terá deixado marcas de um povo colonizado na história do país que ela acaba por descredibilizar.

Esta relação entre o “Eu colonizado” e o “Outro-colonizador” acompanha a sua narrativa, influenciando o seu lugar, na medida em que a move no sentido de se distanciar do povo que vive, ainda, sob os moldes da colonização. Ao debruçar-se sobre

Portugal com uma perspectiva crítica, que subentende o povo português como um povo mais avançado, a Beatriz vem, precisamente, sustentar esta premissa – *“Portugal já melhorou um bocado, é verdade, graças ao 25 de Abril, é um facto, é um facto inegável, já melhorou bastante. Mas a caminhada ainda é muito longa.”* Aqui, verifica-se que há, de facto, uma sensibilidade da Beatriz para reconhecer Portugal como estando acima do país colonizado e, por isso, acaba elevando-se sobre ele através da crítica, mostrando-se chocada com o desenvolvimento que, para ela, seria de esperar de um país colonizador. Para ela, Portugal parece ter a obrigação de dar o exemplo e de não ter *“lixo no chão por dois, três dias”*. Depois, ao comparar as duas realidades, a Beatriz acaba por referir o estigma do qual tenta fugir – *“Mas eu ‘tou na Europa ou ‘tou na África?”*

Paralelamente, o retorno a Portugal justifica-se através da experiência na Holanda, das conquistas que adquiriu e do legado que lá deixou – *“Eu venho da Holanda satisfeita porque eu deixei para trás um bom nome”*, como se tivesse sido bem-sucedida na tarefa de contrariar o passado associado ao seu povo. Assim, tenta afastar-se da sombra que lhe sussurra, constantemente, ao ouvido a existência de uma herança inevitável associada à relação colonizador-colonizado. Na verdade, o negro escravo do seu passado vive, ainda hoje, assombrado pela experiência colonialista que o colocou numa relação dominador-dominado (Costa, 2017). Essa posição, por sua vez, acompanha o pensamento e o desenvolvimento do negro inserido numa sociedade migrante, que tem em linha de conta, inconscientemente, o seu contexto histórico-social, acabando por definir os seus comportamentos, bem como as suas necessidades nesse meio (Op. cit.).

VICTÓRIA

1. Identidade

1.1. A Procura de um Lugar

Freud, citado por Hollway (2010), refere que a “Identificação” diz respeito à primeira expressão de uma ligação emocional do indivíduo com outra pessoa. Seguidamente, a autora defende que esta identificação é central para o processo de formação de identidade do sujeito, pois a identidade é fruto de uma tentativa de organização dessas identificações. Complementarmente, Costa (2017) referiu que, ao comportar-se como o Outro, o indivíduo finge ser como o Outro pretende que ele seja, havendo um afastamento entre o próprio e aquilo que ele mesmo é (ou era) e a sua própria identidade, sem que seja possível a manutenção da identidade cultural de origem, nem,

tampouco, uma total assumpção da cultura do novo meio em que se encontra. Deste modo, a identidade do sujeito descaracteriza-se, passando a reger por um funcionamento híbrido, de fusões de várias culturas e experiências, que implicam a perda da origem e colocam uma barreira perante a possibilidade do sujeito pertencer, na totalidade, a um novo universo cultural. Neste caso, a identidade da entrevistada encontra-se suspensa, sem que a mesma tenha a oportunidade de se posicionar por completo num lugar. Ao agir como as comunidades locais, isto é, como os holandeses, a Beatriz procura simular o comportamento do outro, identificando-se com ele. Por outras palavras, ao fazer como o Outro, a Beatriz procura corresponder ao que o Outro espera de si. Consequentemente, acaba por se distanciar de si mesma e de quem é, perdendo a sua identidade cultural originária, enquanto cabo-verdiana, e, por outro lado, mostrando-se incapaz de adquirir totalmente a nova cultura.

No início da entrevista, a Victória começa por afirmar que, embora Cabo Verde tenha muitos emigrantes, ela, pessoalmente, não se inclui nesse grupo, marcando, desde logo, uma incógnita na sua primeira intervenção relativa ao lugar que ocupa. Adicionalmente, a entrevistada dá conta da existência de dois mundos diferentes – um antes e outro após a Independência, onde Cabo Verde era, antigamente, um país que ela conhecia e que ainda representava para ela um lugar de pertença – “(...) *na minha terra, naquele tempo era diferente.*” A divisão entre passado e presente parece distanciá-la do seu país de origem, um país que ela conhecia melhor, que lhe era familiar e que, agora, parece desconhecer que lugar é esse que ocupa no país onde nasceu. Por comparação à condição em que se encontrava antes da Independência, agora, a Victória situa-se num lugar distinto e o seu discurso dá conta de mudanças significativas na sua vida, que mostram que ela desconhece o lugar que passou a ocupar desde então. De facto, a Victória busca encontrar o seu lugar, através do lugar do Outro, como se pode verificar, desde logo, pela relação com o seu marido – “(...) *ninguém diz que ele é cabo-verdiano (...)*” ou com os sogros – “(...) *houve uma branca (...)* *ela apaixonar-se por um negro... mas ele era um preto especial... ele era mais claro do que eu (...)*”, como se afirmasse que, por ser “*um negro mais claro*”, se tratava de um “*preto especial*”. Deste modo, a Victória não só define o lugar do Outro, como, de seguida, se define a si mesma em função dele – “(...) *mais claro do que eu*”, acrescentando – “(...) *nós do Barlavento somos mais assim*”, apontando para a tonalidade do seu braço.

1.2. Oscilações entre o Cá e o Lá

A Victória não se fixa num lugar em função da imagem e da cor que vê ao espelho e, em vez disso, define-se de outros modos, por exemplo, pelas coisas de que se foi apoderando nos diferentes lugares com o passar dos anos. A partir de dado momento, deixa de ser possível compreender como é feito este movimento entre os dois países e a oscilação entre Portugal e Cabo Verde remete para uma dificuldade em estabelecer uma ligação aos lugares, que se verifica uma forte ligação ao passado, manifestada pelo seu arquivo e pelas (poucas) coisas que ainda guarda da sua infância (e.g. objectos oferecidos pelos seus irmãos). Em simultâneo, surge uma lógica de complementaridade que marca a relação entre a Victória e o seu marido, como se ele próprio representasse um meio que lhe facilita o trabalho de se distanciar de Cabo Verde – *“ninguém diz que ele é cabo-verdiano”*. Do mesmo modo, a entrevistada incumbiu-se da responsabilidade de arquivar a identidade de outros migrantes, responsabilizando-se pelo trânsito dessas pessoas entre os dois países, mas, mais do que isso, esta actividade permite-lhe estabelecer uma ligação com Cabo Verde, ancorada em Portugal. Deste prisma, a sua profissão representa uma estratégia para se definir em Cá, onde conseguiu desenvolver um cordão entre o Cá e o Lá.

Esta noção pode ser sustentada pela relação dos seus sogros. De facto, a Victória admira a sogra e apresenta um entusiasmo visível quando conta a história desta mulher, que teve a ousadia de casar com um homem do mesmo país da Victória e, juntos, tiveram um filho que *“ninguém diz ser cabo-verdiano”*. A Victória, por sua vez, parece debruçar-se sobre a relação com o seu marido, como se a mesma representasse um elo de ligação entre si e Cabo Verde mas, ao mesmo tempo, as manifestas diferenças entre ele e o seu país, ajudam-na a distanciar-se da sua terra-natal. Na verdade, o lugar da Victória parece definir-se em função do seu marido. Por sua vez, o lugar do seu marido fica estabelecido em função dos seus pais. O sogro da Victória casou com uma mulher que se destaca pois, além de branca, era portuguesa, cidadã de um país colonizador. Assim, como a sogra era portuguesa e o sogro um homem branco, estas ligações parecem representar uma aproximação da Victória ao povo colonizador.

Segundo a Victória, o povo cabo-verdiano, quando recebia em Cabo Verde famílias de portugueses, ou seja, provenientes do país colonizador, arranjavam-se de maneira diferente, em busca de uma aproximação, numa tentativa de diminuir a diferença que os separava – *“Quando os portugueses iam lá e andavam bem vestidos, eles [os cabo-verdianos] tinham que fazer vestidos também, não é...”* Na realidade, os cabo-verdianos, em particular, oriundos da ilha de São Vicente, usufruem de uma condição especial por comparação a outros povos colonizados, pois Cabo Verde era uma colónia exemplar, na medida em que adoptou um estatuto próximo do estatuto relativo ao

cidadão português, afastando-se dos outros povos colonizados, cujas condições lhes eram menos favoráveis. Assim, ao fazer equivalências entre Portugal e Cabo Verde, a participante parece considerar inferiores as coisas cabo-verdianas (Miranda & Tavares, 2016).

1.3. Identidade Organizada através da Tomada de Posse

Após a mudança para Portugal tornou-se relevante que o processo migratório fosse justificado, ou seja, era importante para a participante adquirir provas manifestas que validassem a vida em Portugal, uma vida melhor e mais enriquecida a olhos vistos. Assim, Portugal precisava de lhe oferecer mais do que tinha antes de sair de Cabo Verde, como se de um *upgrade* da sua vida se tratasse, caso contrário, não poderia fazer uso do processo migratório, pois o mesmo seria desprovido de conquistas que justificassem a sua mudança. Podem identificar-se alguns exemplos desta necessidade de realização na sua narrativa, nomeadamente, quando se refere à sua carreira profissional – “(...) em '73 vim definitivamente (...) e depois reformei-me em 2010”, um período da sua vida muito enriquecedor neste sentido, ou quando se refere à acumulação de experiência – “(...) fui para as novas profissões, fiz o curso de secretariado (...)”, ou poder – “Mas eu ia atrás deles e conseguia tudo, tudo na legalidade” e, ainda, pela referência às relações profissionais – “Ainda hoje relaciono-me com os meus directores de serviço (...)”. Isto é, tomar valor através da(s) “coisa(s)” portuguesa(s) fez com que a Victória adoptasse uma condição associada à vida em Portugal. Essa faceta, de facto, possui um valor bem mais valioso do que as posses materiais que poderia ter acumulado, já que a identidade portuguesa permite que a Victória se aposse, acima de tudo, da identidade colonial que outrora teve o comando do seu país. Não deixa de ser curioso que a entrevistada refere os bens dos quais se pretende desapossar: o relógio e a boneca. Estes dois objectos foram-lhe oferecidos pelos seus irmãos e a figura fraterna, neste caso, através destes dois objectos, parece representar, para ela, uma ligação a Cabo Verde que a Victória pretende recusar, até porque nenhum desses objectos tem qualquer ligação a Portugal.

De acordo com Costa (2017), a identidade migrante, a par com a estabilidade e segurança no país para onde ocorreu a mudança, caem numa dependência de documentação, como se os documentos fossem um sustento à instalação no novo país e a possibilidade da ausência dessa documentação pode vir a fragilizar o sujeito migrante sob vários pontos de vista. Tendo em conta que a existência de um documento confirma a existência do Eu, o sujeito procura encontrar-se com a ajuda de uma entidade

institucional (Costa, 2017). Numa tentativa de consolidar os moldes da sua relação com Cabo Verde, a Victória apossou-se de coisas como se de mobília se tratasse (e.g. passaportes, arquivo, etc.). Esta documentação das pessoas cabo-verdianas, permite-lhe apropriar-se da identidade do Outro, dos seus documentos e passaportes, para, em função disso, definir a sua própria identidade.

2. Evidências da Experiência Pré e Pós-colonialista

As evidências da experiência pré e pós-colonialista que surgem ao longo da sua narrativa, fundamentam a não-fixação entre dois lugares diferentes – Cabo Verde e Portugal, como, também, a tomada de posse de bens e conquistas após a instalação em Portugal. Na verdade, as experiências do antes e depois da Independência podem ter dificultado a sua fixação num lugar e podem ter promovido esta tentativa de se apoderar de um novo lugar e, portanto, de uma nova identidade. De acordo com Devereux, citado por Carvalho (2017), o sentimento de identidade nasce da capacidade do sujeito se situar entre o passado e o futuro, isto é, de conseguir contemplar as experiências passadas a partir do momento presente e de estabelecer previsões para o futuro, nomeadamente, em relação aos limites do corpo, à estrutura psíquica e à estrutura da cultura. Na mesma linha de pensamento, recordamos que a Victória identifica dois mundos diferentes – um antes e outro após a Independência, cujas circunstâncias, actualmente, são diferentes – “(...) *o mundo ainda era outro (...) hoje há um bocado um desequilíbrio (...) o planeta anda aos zigue-zagues!*”.

À parte disso, há uma sensibilidade da participante relativamente ao que está associado à etnia – “*Olha que o preto sabe lavar os dentes!*”, embora a Victória pareça desvalorizar esta condição – “(...) *não me importa se ele é branco, se ele é preto*”, até porque, segundo os exemplos que utilizou, o que se destaca é uma tentativa de ocupar uma posição reivindicativa, onde se impõe perante o Outro, independentemente das diferenças visíveis que os possam distinguir. No mesmo sentido, a Victória parece não encontrar o seu lugar, especialmente porque as tentativas de se dirigir à etnia são fracassadas e esse fracasso é, desde logo, reconhecido pela participante – “*Pessoalmente, eu nunca sofri esse problema [racismo].*” Da mesma maneira, a Victória também comparou a sua cor à da entrevistadora, descrevendo-a como branca e a si mesma como tendo a cor mais próxima que há do branco – “*O branco é do seu tipo, não é... Depois é do meu tipo e há de outros tipos...*”, como se isso a aproximasse de mim e, por conseguinte, a distanciasse do seu povo. Numa perspectiva adicional, a sua narrativa, ora eleva o povo cabo-verdiano, se se refere à altura em que a entrevistada

lá vivia, ora o diminui, quando dá exemplos de Cabo Verde depois de já estar a viver em Portugal. Aqui, ao elevar a cultura do seu país de origem, a par com as tradições do quotidiano que reinavam quando a Victória era jovem, no tempo antes da Independência, parece haver uma tentativa de valorizar o seu passado e, simultaneamente, o passado do seu povo, validando-o e erguendo-o aos pés do povo colonizador. Na mesma lógica, é de realçar que a Victória ergueu, não só o povo africano, quando a sogra a questionou – *“As pessoas em África vegetam?”*, como, particularmente, a figura feminina – *“As mulheres fumam, qual vegetam!”*.

Por fim, importa referir que a entrevistada pratica uma religião que fomenta, precisamente, uma vida com base no serviço ao Outro, como se a relação com as pessoas fosse sustentada pela servidão, o que remonta ao passado das relações dominador-dominado. Além disso, é de salientar que a entrevistada não se dirige, directamente, aos portugueses na sua narrativa, parecendo surgir uma dificuldade em encarar o povo português. No entanto, ao descrever o antes e o depois da Independência, numa linha entre o tempo e o espaço, acaba por reconhecer Portugal como um povo mais avançado e influente.

3. A Libertação através da Religião

Não abundam na literatura referências relativas ao papel da religião como fonte de libertação para o indivíduo, mas, de acordo com o estudo de Costa (2017), sabe-se que a religião pode, por vezes, constituir um refúgio para o isolamento e um lugar de pertença e integração na comunidade, que pode libertar os indivíduos da morte e da opressão interna em que se encontram. No caso da Victória, a religião parece ser-lhe fundamental – *“Eu baseio a minha vida sempre nos princípios dessa filosofia (...)”*, servindo-lhe de suporte às experiências do quotidiano – *“Há uma coisa que as pessoas se esquecem, é que temos um mundo invisível à nossa volta, para o bem e para o mal”*. O investimento que a Victória faz no Racionalismo Cristão parece representar uma defesa com um fim último: o de atenuar a agressividade e o sofrimento que as más-experiências lhe podem provocar. Assim, dá uso à espiritualidade, como se esta doutrina fosse um meio de protecção, num mundo onde as pessoas *“ficam ligadas à ficha para arranjar problemas...”* e, simultaneamente, uma defesa contra a impossibilidade de se fazer ouvir – *“(...) quando vêem para atacar, eu uso assim – serenidade, serenidade, serenidade.”* De acordo com Marques (2000), não é fácil falar do feminino, antes de mais, porque ele tem sido sucessivamente silenciado. Além disso, a legitimação de forças de poder ocorre da constituição de diferenças, categorizações

e hierarquizações (Marques, 2000) e diga-se de passagem, a Victória, além de migrante, é dum outro sexo (mulher), duma outra etnia (negra) e dum outro país (Cabo Verde).

O Racionalismo Cristão, de forma adicional, parece assumir uma função organizadora, encobrendo confusões presentes na sua narrativa, tal como acontece quando a mesma não consegue justificar os comportamentos das pessoas à sua volta – *“O racismo é um acto de injustiça e a injustiça (...) tem um custo”*, pelo que, perante a incapacidade para legitimar os comportamentos dos outros, ela faz uso da espiritualidade, onde se refugia das experiências que, de outro modo, a poderiam colocar numa posição de mal-estar – *“(...) este mundo está desequilibrado (...) temos que ter serenidade, saber dizer as coisas.”* Assim, a prática religiosa com base no Racionalismo Cristão parece não só impedir que esse mal-estar emergja na sua vida, como ainda lhe oferece um lugar de pertença que a ajuda a reconstruir a sua identidade através da identificação com uma comunidade em que várias pessoas partilham os mesmos valores espirituais.

6. DISCUSSÃO

"O nosso povo africano sabe muito bem que a serpente pode mudar de pele, mas será sempre uma serpente."

Amílcar Cabral

Face ao material obtido através da análise das entrevistas e dos grandes temas emergentes, elaboraram-se algumas questões que serão discutidas neste ponto, à luz da perspectiva etnopsicanalítica, que nos permite compreender a realidade subjectiva das três participantes, oriundas de Cabo Verde. Nesta discussão, procurar-se-á relacionar os conteúdos das diferentes narrativas entre si, salientando o que há, tanto de comum, como de distintivo, no material emergente. Importa recordar que as três mulheres, actualmente, vivem em Portugal, têm idades compreendidas entre os 59 e os 72 anos e, nos três casos, foram vivenciados os períodos de pré e pós-Independência.

Primeiramente, importa considerar a máxima freudiana referente aos símbolos e ao respectivo campo do simbolizado. Marques M. (comunicação pessoal, 15 de Outubro de 2021), nesse sentido, afirma que, no discurso do sujeito, os símbolos emergentes podem ser múltiplos, mas os vários assuntos, embora possam ser mencionados de

diferentes maneiras, convergem em temas centrais, comuns às várias narrativas. Por isso, os símbolos podem ser infinitos, mas é finito o campo simbólico onde se inserem. Complementarmente, Roheim G. (1950) procurou introduzir a ideia de que o simbolismo potencialmente universal existe transculturalmente, apesar de poder ter um significado adicional que é determinado pelo contexto em que o sujeito se encontra.

Este estudo deu ênfase aos processos de formação e transformação identitária, a par com uma necessidade de (re)construção da identidade, consequente das experiências de migração das participantes envolvidas. De facto, foi possível identificar algumas semelhanças e diferenças consequentes da experiência de migração das três mulheres. No caso da Eduarda, destacaram-se questões relacionadas com a Identidade, nomeadamente, *A Procura de um Lugar e As Oscilações entre o Cá e o Lá*, a par com *Evidências da Experiência Pré e Pós-Colonialista* e a *Representação do Masculino*. No caso da Beatriz, ressurgiu, mais uma vez, a questão identitária relativa à *Procura de um Lugar* e às *Oscilações entre o Cá e o Lá*, mas, adicionalmente, emergiu, ainda, o tema da *Identidade organizada através da Tomada de Posse* e da *Representação entre o Eu e o Outro*. Além disso, realça-se, à semelhança do que foi verificado na entrevista da Eduarda, a presença de *Evidências da Experiência Pré e Pós-Colonialista* na entrevista da Beatriz. Por fim, a narrativa da Victória também dá conta da questão identitária associada à *Procura de Um Lugar*, às *Oscilações entre o Cá e o Lá*, à *Identidade organizada através da Tomada de Posse* e, também na sua narrativa se identificaram questões relacionadas com as *Evidências da experiência Pré e Pós-Colonialista*. Na entrevista da Eduarda salienta-se, ainda a temática da *Libertação através da Religião*.

De acordo com Marques (2019), a reconstrução da identidade do sujeito nem sempre é conseguida, especialmente, quando há uma lógica dominador-dominado predominante. Nos casos analisados, não se considerou necessário recuperar elementos da ancestralidade das participantes para compreender a relação que têm estabelecida com o passado colonial, uma vez que as próprias vivenciaram o período anterior e posterior à Independência do seu país. Por conseguinte, colocou-se a possibilidade das participantes serem e estarem Cá com as marcas das suas origens, que remontam ao Lá, por vezes, marcas associadas a fantasmas penosos, difíceis de elaborar (Op. Cit.). De forma adicional, Mata (2014) aponta para que a dificuldade em integrar uma nova cultura, numa linha espaço-temporal, contínua e dinâmica, possa gerar um conflito interno entre a identidade pessoal, étnica e social do indivíduo. O processo de mudança a que estas mulheres foram sujeitas parece ter implicado alterações ao nível da dinâmica interna, pela necessidade de adaptação a uma nova

realidade, numa outra sociedade que comporta inúmeros aspectos culturais que se afastam do contexto histórico e social de Cabo Verde. Neste seguimento, importa considerar que a relação entre o ser e o estar permite que o sujeito se defina, em função do lugar que ocupa (Marques, comunicação pessoal, Dezembro de 2021).

De facto, as contradições presentes nas suas narrativas dão conta de aspectos interessantes que podem ser reveladores do funcionamento interno, nomeadamente, as tentativas de estabelecer um sentimento de pertença aos lugares para onde se mudaram (e.g. Portugal e Holanda). Além disso, esta tentativa parece ter sido dificultada pelo confronto entre estas mulheres, após o processo de mudança, e o estigma associado ao seu país de origem, como se de uma barreira entre duas realidades se tratasse. Isto é, a existência de uma história, verídica e recente, que, inevitavelmente, liga Portugal às antigas colónias, como é o caso de Cabo Verde, parece dificultar a integração da pessoa migrante (a mulher cabo-verdiana) nesse país (Portugal), fazendo emergir os “ecos” do passado, transformando-os em “gritos” do presente.

Não obstante a árdua tarefa de integração numa sociedade diferente, as participantes ainda têm de se defender desse passado, que parece andar com elas de mãos-dadas. Neste sentido, estas mulheres revelaram algumas estratégias interessantes do ponto de vista das exigências a nível psicossocial. Relativamente à Eduarda, parece que a manutenção do seu trabalho após a chegada a Portugal foi um aspecto facilitador para a sua integração, pelas semelhanças que encontrou entre os dois lugares. A Victória, por outro lado, apresenta uma forte ligação aos valores propostos pelo Racionalismo Cristão, identificando-se com esta comunidade religiosa, o que parece ter servido como meio facilitador da sua integração num novo país e, simultaneamente, um mecanismo de defesa para lidar com situações inesperadas num contexto diferente daquele a que estava habituada. Enquanto a Beatriz procurou aproximar-se da comunidade cabo-verdiana quando foi para a Holanda e, mais recentemente, o mesmo sucedeu em Portugal, ao marcar presença em eventos cabo-verdianos. De acordo com Nathan (1994), os contrastes entre a cultura de origem e a cultura ocidental estão na base do “adoecimento” do sujeito e, nesse sentido, Nathan vem propor a criação de bairros onde as pessoas possam conviver com os seus conterrâneos. Do mesmo modo, através da identificação, desenvolve-se um sentimento de pertença a um grupo, que tem impacto na construção identitária. Posto isto, a identificação ao trabalho (Eduarda), ou à comunidade cabo-verdiana (Beatriz), ou à religião (Victória), auxilia o processo de (re)construção da identidade (Dias., 2006).

De facto, as três mulheres apresentam vários traços comuns. Porém, tal parece ser mais evidente nos casos da Beatriz e da Victória. Por exemplo, enquanto a Eduarda experienciou o processo de migração já com 29 anos, a Beatriz e a Victória vieram ambas para Portugal com 15 e 17 anos, respectivamente, e, considerando a importância do período da adolescência na formação da identidade do sujeito, é de considerar que a transição de um país para outro, implicando os desafios de uma nova cultura, pode ter constituído uma experiência impactante nos seus processos de formação identitária. Segundo Winnicott, na adolescência os jovens afastam-se de uma posição de dependência para se dirigirem no sentido da construção da identidade adulta, em que a formação da identidade não é produto único de uma tendência herdada, mas, ainda, da interacção complexa entre o sujeito e um ambiente favorável ao seu desenvolvimento (Ferreira, 2016).

Adicionalmente, sendo a adolescência o momento em que, no tempo e no espaço, o Eu se constrói na relação com o Outro (Cunha & Marques, 2009), o processo de migração para Portugal pode ter sido responsável pela interrupção do desenvolvimento da identidade cabo-verdiana. Adicionalmente, nestes dois casos, as participantes tendem a demonstrar uma faceta que, mais adiante nas suas narrativas, pode ser questionada, pois tanto a Beatriz como a Victória procuram manifestar uma grande bagagem cultural, procurando enriquecer as suas narrativas com base na intelectualização. Todavia, há momentos em que se identificam algumas controvérsias relativamente a esse discurso culto e intelectual (e.g. *“os chineses aprendem chinês”* ou *“na 2ª Guerra Mundial fecharam o Canal Suez”*). Atendendo às afirmações de Filho (2005), a alienação cultural é uma criação da sociedade burguesa e, na verdade, é este patamar que as participantes parecem querer alcançar, através dum discurso, aparentemente rico, que as aproxima dessa riqueza intelectual.

Acrescenta-se, ainda, que nos casos analisados também se verificou uma necessidade de tomada de posse de uma condição do lugar para onde as participantes migraram, que parece explicar a capacidade para se adaptarem aos sítios onde vivem e um meio para se destacarem, com mais e melhor, comparativamente à comunidade cabo-verdiana. Neste sentido, não se trata tanto de uma identidade já definida – *eu sou assim* – mas, em vez disso, de uma construção e transformação que o processo de mudança lhes proporcionou – *porque eu me apossei de algo, então tornei-me assim*. Na verdade, quando descrevem a integração em Portugal, as narrativas seguem-se destas tomadas de posse, em que o Eu toma valor através da faceta portuguesa, como se adoptassem uma nova condição, desenvolvendo uma ligação que lhes permite pertencer a este novo lugar, associado a uma nova cultura. Embora no caso da Eduarda,

a participante esteja ligada a um padrão, um dono que lhe confere a vida que leva em Portugal e lhe oferece novas possibilidades, há, mesmo assim, uma ligação ao novo lugar e uma tentativa de se apropriar da nacionalidade do país para onde migrou – *“Esta também já é a minha terra.”* Nos casos da Beatriz e da Victória, por outro lado, a tomada de posse é mais evidente, pois através da aprendizagem da língua holandesa, ou do arquivo de documentação cabo-verdiana, respectivamente, as participantes tornam clara esta tentativa de ligação entre si, residentes em Portugal, e o país onde nasceram.

Por vezes, o feminino inscreve-se numa ambivalência entre forte e fraco (Ferreira, 2016), e, neste trabalho, sugere-se que as narrativas destas mulheres se enquadram numa ambivalência entre superior e inferior, em relação ao próprio povo cabo-verdiano, mas, sobretudo, em relação ao povo colonizador. No caso da Beatriz, sucede uma tentativa de aproximação da entrevistada ao povo holandês, por meio de uma tentativa de afastamento do povo português, colocando-se, então, numa posição acima do povo que outrora colonizou o seu país de origem – *“(…) cá [em Portugal] não é nada assim e isso chocou-me (...) Na Holanda não se vê isso.”* Para sustentar esta ideia, recordam-se algumas noções freudianas, nomeadamente, referentes às contradições de um certo tipo – pela substituição pelo seu contrário exacto. Na verdade, Freud (1913) afirma que estas contradições não constituem uma dificuldade à interpretação psicanalítica, por representarem um só e mesmo elemento nos modos de expressão usados pelo inconsciente, acrescentando que a substituição pelo oposto desejado retorna o sujeito a uma identidade primeva. Ou seja, na vida mental existem forças motivadoras contrárias que proporcionam a substituição de algo pelo seu oposto (e.g. vida/morte, superior/inferior, etc.) e, neste caso, a Beatriz parece adoptar uma postura de superioridade que a denuncia e remete para a posição contrária, que corresponde à posição em que ela realmente se encontra, num lugar inferior, que, pelos vistos, parece ser comum ao povo outrora colonizado.

Na mesma linha de pensamento, as participantes parecem afastar-se da realidade de Cabo Verde através de algumas tentativas de se distinguirem do seu povo. Todavia, acabam por reafirmar as diferenças que as perseguem e que não lhes permitem, verdadeiramente, pertencer a uma nova cultura. Na mesma lógica, as duas participantes recorreram às evidências étnicas partindo da relação com a entrevistadora. A Beatriz, por exemplo, ao acusar Portugal, apontando o dedo a algumas circunstâncias que a desagradam na sociedade portuguesa, pede desculpa pelas suas palavras, já que essas acusações parecem ser dirigidas ao país da entrevistadora e, simultaneamente, ao lugar onde ela (ainda) não pertence. À semelhança da Beatriz, a Victória refere-se à questão étnica, baseando-se na relação entrevistador-entrevistado, nomeadamente, quando

refere que a entrevistadora é branca e ela tem a cor “*que vem a seguir*” ao branco. Estas situações, na verdade, são exemplificativas do surgimento de um terceiro espaço, relativo à intersubjectividade. Aqui, a verdade das participantes, em conjunto com a verdade da entrevistadora, permitiram uma análise aproximada das realidades vividas pelo sujeito, tal como se pretendia numa fase inicial desta investigação.

Habitualmente, a figura materna tem um papel activo na criação dos filhos e no sustento familiar, ocupando uma posição central na família, contrariamente à figura paterna, cada vez mais associada ao ausente e transitório, pelo que o poder materno é fortalecido pela proximidade da mãe aos seus filhos e pelo afastamento do pai ao seio familiar (Dias, 2006). Ambas, Beatriz e Victória, não apresentam um discurso convergente com a realidade do seu país, nomeadamente, no que diz respeito às tradicionais questões familiares. Por outras palavras, a ideia de uma vida construída em torno da família, como se verifica, por exemplo, na narrativa da Eduarda, parece não apresentar grande peso nas entrevistas da Beatriz e da Victória. Aliás, estas duas participantes referem o distanciamento entre elas e os seus irmãos, que residem no estrangeiro, e não têm filhos, pelo que, segundo as suas narrativas, a maternidade não esteve sequer nos seus planos. Dantas et al. (2010) referem que a “aculturação psicológica” constitui uma tentativa do sujeito alcançar um nível de diferenciação e distanciamento emocional relativamente à sua família, ajudando-o a escolher e a tomar decisões no novo contexto em que se encontra, afastando-se das referências familiares associadas ao seu país de origem. Por outro lado, Ramos (2017) apresenta uma perspectiva da família, enquanto base fundamental para a transmissão cultural, contribuindo para o desenvolvimento e formação da identidade do sujeito. De facto, a ausência do contexto familiar e da construção de família na vida das participantes pode adoptar um duplo sentido nestes casos: o modelo familiar, pela sua inexistência na vida destas mulheres, pode ter dificultado os processos de (re)construção identitária; ao mesmo tempo, considerando a importância da família no dia-a-dia do povo cabo-verdiano, estas mulheres parecem distanciar-se da ideia da “mulher-mãe”, frequente na realidade de Cabo Verde. Posto isto, pela divergência clara entre os seus relatos e o contexto histórico e social de Cabo Verde, a Beatriz e a Victória demonstram, mais uma vez, uma tendência para o afastamento cultural relativamente ao seu país de origem.

Embora se tenham compreendido experiências muito distintas após a chegada a Portugal, as três participantes fazem referência às questões identitárias e, paralelamente, as suas narrativas dão conta de evidências relativas à experiência vivida antes e depois da época colonial. Atendendo ao caso da Eduarda, pode verificar-se que a entrevistada veio para Portugal já uma mulher adulta, tendo permanecido até ao

momento presente. A sua experiência neste novo lugar caracteriza-se pela lógica colonialista, pois, ainda que não tenha mencionado nenhum projecto ou ambição que envolvesse Cabo Verde, a Eduarda acaba por estabelecer uma ligação directa com o seu país, ao submeter o seu quotidiano aos hábitos e normas que reinavam antes da Independência no seu país, em que se dedica a trabalhar para outrem, mais concretamente, um patrão, ou dono, a quem devia obedecer.

Em contrapartida, a Beatriz, após ter vindo a Portugal pela primeira vez, decidiu separar-se dos seus pais e, depois destes terem regressado a Cabo Verde, ela voltou a migrar, desta vez para a Holanda. Importa considerar que os dois processos de migração implicam, mais do que um afastamento ao seu país de origem, um afastamento, também, relativamente ao país que outrora colonizou Cabo Verde. Por fim, a narrativa da Victória, relata uma história em que a entrevistada veio para Portugal e cá ficou até ao momento presente, descrevendo alguns episódios interessantes do ponto de vista da sua experiência num novo lugar. Neste seguimento, é relevante considerar que a Beatriz e a Victória parecem ligar-se a Cabo Verde através de tentativas de se desligarem do país. Com isto quer-se dizer que a tentativa de se distinguirem do sujeito migrante cabo-verdiano acaba por levá-las, precisamente, ao encontro com a comunidade cabo-verdiana. Por exemplo, ao assumirem uma posição em que são responsáveis por ajudar os seus conterrâneos, ora ensinando-lhes uma língua diferente (Beatriz), ora permitindo a circulação de cabo-verdianos entre Portugal e Cabo Verde (Victória), as participantes acabam por estabelecer uma ligação inevitável com a sua terra-natal.

Enquanto a Beatriz quase mencionou a relação com os seus pais, não se chegando a perceber o significado atribuído pela participante às figuras parentais, a Victória conseguiu elaborar a questão do pai ausente, tendo como linha de referência a sua experiência com o seu pai. A Eduarda, por sua vez, descreve uma relação muito próxima com as figuras parentais, distinguindo-se, mais uma vez, das narrativas da Beatriz e da Victória. Ao manifestar o desejo de ter os seus pais em Portugal a Eduarda define-se, também, de acordo com a proximidade entre si e os pais, que, actualmente, vivem consigo. Simultaneamente, a Eduarda parece ter apresentado nesta narrativa um duplo sentido à sua história, já que, além dos seus pais terem vindo para Portugal graças ao seu esforço, ela precisou de abdicar da ligação documental (passaporte) que ainda tinha com o seu país de origem. Efectivamente, esta ideia não corrobora com a estrutura familiar tradicional cabo-verdiana, em que o pai tende a corresponder a uma figura ausente do seio familiar. Assim, apenas a Victória se aproximou da descrição comum das famílias cabo-verdianas, que assenta numa visão da estrutura familiar em que é a

figura materna que, frequentemente, substitui a figura paterna, adoptando uma dupla funcionalidade nas famílias onde pai se encontra, habitualmente, ausente (Dias, 2006). Mais se acrescenta que a Eduarda foi a única das três participantes que fez referência às relações significativamente importantes na sua vida (e.g. filhos, pais, patrões, etc.) e realça-se que a Beatriz e a Victória, por outro lado, referem-se, quase exclusivamente, os seus maridos, mas não demonstram a afectividade subentendida a essas relações, ao contrário da Eduarda, que demonstrou a importância da presença dos pais e dos filhos na sua vida em Portugal.

Lévi-Strauss (2012) defende que há uma atitude que tende a reaparecer quando um indivíduo é colocado numa situação inesperada, que diz respeito a repudiar formas culturais, morais, religiosas, sociais ou estéticas que se encontrem mais afastadas daquelas com que ele se identifica na sociedade em que se insere. Aliás, na realidade actual, é possível constatar que há, ainda, muitas semelhanças comunicacionais entre o passado e o presente dos acontecimentos coloniais e, também, dos povos envolvidos – colonizados e colonizadores (Carvalho, 2017). Como tal, afirmar uma sociedade conjunta, que não faz distinções entre os diferentes povos e as diferentes culturas, estaremos perante uma rejeição da realidade, que compromete a capacidade de adaptação do sujeito migrante ao contexto histórico-social actual. Da mesma forma, prevê-se que seja duradoura a transformação da mentalidade colonial na sociedade ocidental, porém, para alcançar essa mudança, em que se pretende desvanecer as barreiras que persistem entre as diferentes culturas, é necessário compreender e dar uso ao conhecimento proveniente da comunicação das diferenças que emergem das narrativas dos sujeitos migrantes (Costa, 2017). Neste sentido, mais uma vez se destaca a importância do olhar etnopsicanalítico enquanto promotor da compreensão do sujeito, considerando todas as partes que o compõem. A Etnopsicanálise vem abrir a porta relativa a (re)pensar o Outro, partindo da sua cultura e do seu contexto, das suas dimensões psíquicas e do encontro entre o sujeito e o Outro.

A chegada a um novo país, por vezes, pode revelar uma diferença notável entre as defesas que o sujeito havia desenvolvido no seu país de origem, por comparação às exigências com que é confrontado quando reconhece uma realidade diferente, num novo meio cultural. Por vezes, essas defesas são desenvolvidas a partir de fantasmas que nasceram num primeiro lugar e que foram, posteriormente, transportados com o sujeito para um segundo lugar, pelo que as estratégias desenvolvidas para elaborar a realidade exterior antes do processo de migração diferem com o meio cultural que o sujeito vai encontrar após a mudança para um novo país, o que pode constituir uma dificuldade acrescida de adaptação para o sujeito migrante. Portanto, como todos os

membros de uma determinada cultura possuem conflitos inconscientes em comum, importa compreender de que forma é que cada cultura permite que determinadas fantasias e pulsões permaneçam ao nível consciente. Assim, é possível reflectir como o trauma histórico apela à utilização de defesas específicas, numa tentativa do sujeito esconder de si mesmo a realidade em que se encontrava (Nathan, 1981).

A intersubjectividade, enquanto produto da subjectividade dos intervenientes na relação Eu-Outro e do facto de ambos estarem sob forças inconscientes e conflituosas, permite que o sujeito se torne, isto é, que se desenvolva e transforme (Hollway, 2015). A par com a literatura proposta por Hollway, Marques (2020) aponta para a dimensão subjectiva como um paradigma que tem em atenção o sujeito e as suas lógicas pessoais e inter-pessoais, enquanto a dimensão intersubjectiva, por sua vez, corresponde a um novo paradigma, que integra o indivíduo, o espaço inerente e a construção mútua, bem como as interacções recíprocas entre sujeito e objecto, de maneira a que o produto digno de análise é sempre resultado da relação estabelecida entre ambos. Hollway, citada por Roberto et al. (2021), explica que o processo de aproximação do investigador à experiência real vivida pelo sujeito, compreendido através de aspectos relacionais e intersubjectivos, precisa de reconhecer e privilegiar, em simultâneo, a experiência subjectiva dos domínios do consciente e inconsciente relativos à experiência do investigador. Por isso, além da experiência do entrevistador ao longo da entrevista, foi relevante considerar, nesta investigação, a dinâmica criada no grupo de análise, pois a mesma forneceu um modelo interpretativo do material que a narrativa evocou e, conseqüentemente, tornou-se possível compreender a subjectividade das participantes.

Por fim, a metodologia utilizada, a par com a abordagem etnopsicanalítica e considerando, simultaneamente, a importância da dimensão intersubjectiva, constituíram pressupostos essenciais para o desenvolvimento desta investigação. Na verdade, ao utilizar um método que assenta nos fundamentos psicanalíticos, aliado a uma perspectiva que considera o homem como produto da sua construção psico-social e, ainda, na relação com o Outro, privilegiando o espaço intersubjectivo, reúnem-se as condições necessárias para uma investigação que ambicione conhecer a verdade da experiência subjectiva vivida pelo sujeito.

6. CONCLUSÃO

Ao cruzar as informações produzidas pelos participantes com dados teóricos já existentes, foi possível uma contribuição mútua, quer para a compreensão da subjectividade das participantes, como para a literatura relativa às temáticas aqui

abordadas. Considerando o objectivo deste estudo, após a análise das entrevistas e das respectivas narrativas, foi possível concluir a congruência dos dados obtidos. De facto, o denominador comum nas três entrevistas corresponde ao facto destas mulheres terem nascido durante o domínio colonial português e terem saído desse contexto, distinguindo-se dos migrantes que já nasceram independentes, ou seja, livres do domínio colonial. Como tal, a existência de temas comuns, transversais às três entrevistas, podem ser justificados pelo cruzamento da condição de migrante que as participantes partilham entre si. Com base nas suas narrativas, foi emergindo a noção de como foram sendo co-construídas as suas identidades, que surgem, por sua vez, num processo contínuo, não-fixo, de transformação identitária da dimensão psico-social.

Além disso, não esquecendo que o objectivo deste estudo ambicionou, desde logo, aceder à dimensão psíquica e subjectiva subjacente aos processos migratórios de três mulheres cabo-verdianas, conclui-se, também, a adequada utilização do método FANI. A relação intersubjectiva que nasce dos dois mundos subjectivos presentes na entrevista é fundamental no sentido da compreensão da verdade do sujeito. Por isso, conclui-se a importância de considerar a experiência subjectiva do entrevistado e, não menos importante, a experiência subjectiva do entrevistador, que, por meio da identificação, se aproxima da sua experiência. Sabendo, ainda, que é o estatuto do objecto que determina a metodologia a utilizar e partindo da premissa de que a entrevista não-estruturada incita o sujeito a construir a sua narrativa em função da sua experiência subjectiva, é prudente a escolha do método das Entrevistas Narrativas em Associação Livre, pois o mesmo constitui a porta de entrada para alcançar a realidade vivida pelo sujeito. De outra forma, não seria possível aceder à subjectividade das participantes nem enunciar as principais conclusões aqui apresentadas.

Há, realmente, uma convergência no que diz respeito aos principais temas abordados pelas participantes, entre eles, A Procura de um Lugar e as Oscilações entre o Cá e o Lá, relativos aos processos de construção da identidade, ao mesmo tempo que em todas as narrativas se destacam relatos associados às Evidências da Experiência Pré e Pós-colonialista. Este último ponto, por sua vez, remete para a manutenção de um posicionamento das participantes em função dos ecos da experiência colonial, em que, aquando do processo de migração, parece haver uma tendência para a perda das referências culturais e identitárias. Na verdade, a representação que o sujeito faz do Outro tem influência na sua dinâmica interna, de onde emerge uma formação simbólica relativamente ao Outro, ao português, o colonizador, que permanece, ainda, nos dias de hoje. Com o seu contributo, as participantes deste estudo vêm sustentar o impacto da relação dominador-dominado na sua experiência migratória, até porque parecem

viver, ainda, de acordo com um legado colonial que esteve, no passado, associado ao seu país de origem.

Esta dissertação veio em busca de contribuir para clarificar ideias já desenvolvidas em estudos anteriores relativos à migração e, mais especificamente, à formação e reconstrução da identidade migrante. Paralelamente, este trabalho procura oferecer sustento teórico e empírico, fundamentando outros trabalhos realizados na mesma linha de pensamento, onde urge uma mudança de paradigma, que deite sobre o sujeito um olhar que o contemple como um todo e que o liberte de um passado que teima em persegui-lo, o passado colonial. Desta maneira, através do olhar etnopsicanalítico com que se procurou encarar o desenvolvimento deste trabalho, foi possível compreender as participantes considerando as várias faces que a experiência vivida pode tomar. Por fim, importa salvaguardar a pertinência da metodologia das Entrevistas Narrativas em Associação Livre, que foi ao encontro dos pressupostos desta investigação. No momento de análise das entrevistas, considerou-se que as narrativas sujeitas à análise, partiram das participantes e foram relatadas de acordo com uma lógica inconsciente, livre e espontânea. Perante a necessidade de aceder à experiência subjectiva do sujeito, confirmou-se que a metodologia utilizada foi a mais indicada para responder adequadamente ao objectivo deste trabalho.

Para estudos futuros, podem sugerir-se várias propostas de investigação, que impliquem a abordagem etnopsicanalítica, aliada à metodologia aqui utilizada. Esses estudos podem-se desenvolver numa linha complementar a este trabalho, onde considerem a outra face da moeda do contexto histórico-social da pessoa migrante, nomeadamente, atendendo à experiência subjectiva do sujeito dominador (ou que transporte consigo uma herança da sociedade dominadora), em vez do sujeito dominado. Poderá, ainda, ser importante que se desenvolvam estudos que realcem a influência da migração na relação conjugal, na parentalidade ou, ainda, o impacto dessas experiências no período infantil e da adolescência.

REFERÊNCIAS

Almeida, G. (2019). *Estórias de dentro de casa*. Leya.

Barreto, R. A. (2020). Liberdade e associação livre em um mundo coisificado: humanização como a arte do encontro psicanalítico. *Estudos de Psicanálise*, 4.

- Bouche-Florin, L., Skandrani, S., & Moro, M. (2007). La construction identitaire chez l'adolescent de parents migrants. Analyse croisée du processus identitaire. *Santé mentale au Québec*, 32(1).
- Carvalho, B. G. C. D. P. (2018). *Ser um outro casal, num outro lugar: Dois casais de negros, migrantes em Portugal, e as suas possibilidades e impossibilidades partilhadas no recoser da ancestralidade* (Doctoral dissertation).
- Coelho Jr, N. E. (2001). A noção de objeto na psicanálise freudiana. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 40.
- Costa, C. M. S. (2018). *A vivência migrante de duas mulheres nascidas em São Tomé: O entranhamento de um passado colonial* (Doctoral dissertation).
- Costa, P. D. S. S. (2018). A formação da identidade cabo-verdiana na obra de Germano Almeida.
- Devereux, G. (1981). A etnopsiquiatria. *Análise Psicológica*.
- Devereux, G., & Inticher Binkowski, G. (2018). Da angústia ao método nas ciências do comportamento. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, 6-7.
- Dias, J. B. (2006). Projetos migratórios e relações familiares em Cabo Verde. *REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 26-27.
- Doidge, N. (2007). *The brain that changes itself: Stories of personal triumph from the frontiers of brain science*. Penguin.
- Domingues, E., Honda, H., & Reis, J. G. D. (2019). A etnopsicanálise de Devereux no filme Jimmy P.: uma introdução à clínica transcultural. *Psicologia em Estudo*.
- Douville, O. (1994). Fractures et montages des constructions identitaires. *Bulletin de psychologie*.
- Faimberg, H. (2005). *The telescoping of generations: Listening to the narcissistic links between generations*. Routledge.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas* (R. Silveira, Trad.). Salvador, BA: EDUFBA. (Trabalho original publicado em 1952).
- Ferreira, A. F. O. (2016). *O Lugar Que Ocupo—A Ausência do Paterno em Dois Jovens Cabo-Verdianos* (Doctoral dissertation, Instituto Superior de Psicologia Aplicada (Portugal)).

Gemignani, T. F. (2008). Três irmãs, três vasos, três Escrínios: Woody Allen e as (im) possibilidades da sublimação a partir da interpretação do discurso do filme Interiores.

Glossário sobre Migração. (2009). Retrieved from

<https://www.acm.gov.pt/documents/10181/65144/Gloss%C3%A1rio.pdf/b66532b2-8eb6-497d-b24d-6a92dadfee7b>

Gonzalez-Rey, F. (2002). Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios. São Paulo: Thompson.

Gutman, G. (2008). Freud, Lear & Bloom: algumas notas sobre leitura e psicanálise. *Alea: Estudos Neolatinos*.

Hollway, W., & Jefferson, T. (2000). *Doing qualitative research differently: Free association, narrative and the interview method*. Sage.

Hollway, Wendy and Jefferson, Tony (2008). The free association narrative interview method. In: Given, Lisa M. ed. *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods*. Sevenoaks, California: Sage.

Hollway, W., & Froggett, L. (2013). Researching in-between subjective experience and reality. *Historical Social Research/Historische Sozialforschung*.

Hollway, W. (2015). *Knowing mothers: Researching maternal identity change*. Springer.

Hollway, W. (2016). Emotional experience plus reflection: countertransference and reflexivity in research. *The Psychotherapist*.

Laplantine, F. (1978). *Etnopsiquiatria*. Lisboa: Vega.

Lara, L. M., Mongeló, A., Batista, J., da Silva, J. M. N., da Silva Henzel, S., & dos Santos, V. J. (2020). Racismo, traumático e desmentido: aproximações entre Freud, Ferenczi e Grada Kilomba. *Diaphora*, 9(3), 14-20.

Lecomte, Y., Jama, S. & Legault, G. (2006). Présentation: L'ethnopsychiatrie. Santé mentale au Québec.

Liedke Filho, E. D. (2005). A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*.

Maïdi, H. (2008). *Les souffrances de l'adolescence: trauma et figurations du traumatique*. Presses Univ. Franche-Comté, 103.

- Marques, M. E. (1999). *A Psicologia Clínica e o Rorschach: Modelos de observação e teorias das transformações em Psicologia Clínica* (2.^a ed.). Lisboa: Climepsi.
- Marques, D. M. E. (2015). Partindo de duas narrativas de participantes ciganos: Atrás de um grande homem está sempre uma grande mulher, 7.
- Moro, M. R. (2015). Psicoterapia transcultural da migração. *Psicologia USP*, 188.
- Nathan, T. (1981). Considerações etnopsiquiátricas sobre o tratamento analítico das psicoses. *Análise Psicológica*, 557-592.
- Ortega, A. M. ENCONTROS (E DESENCONTROS) ENTRE PSICANÁLISE E ETNOLOGIA.
- Reis, E. S. (2019). Transmissão transgeracional–subjetivação do trauma coletivo. *Primórdios, Rio de Janeiro*, 6(6), 45-66.
- Ramos, I. D. O. (2018). *Identidade e transmissão psíquica: da primeira geração (migrante) para a descendência (não-migrante)* (Doctoral dissertation).
- Roberto, S., Rosado, F. F., Santos, O. C., Pote, L. M., & Neves, T. S. (2021). Investigação qualitativa psicanaliticamente informada: Contributos teórico-metodológicos. *New Trends in Qualitative Research*.
- Roças, I. F. S. (2018). *Espelho meu, espelho meu, qual de nós sou eu?* (Doctoral dissertation).
- Roheim, G. (1950). Psychoanalysis and anthropology; culture, personality and the unconscious.
- Rosa, C. F. S. C. (2007). *Saúde mental em contexto migratório: Um estudo na região de Lisboa* (Doctoral dissertation).
- Rosado, F. F., Neves, T. S., & Marques, M. E. (2015). Inquietante Scientia: Pensar o campo epistemológico da psicanálise. *Rev. psicanal*, 21-50.
- Saglio-Yatzimirsky, M. C. (2015). Do relatório ao relato, da alienação ao sujeito: a experiência de uma prática clínica com refugiados em uma instituição de saúde. *Psicologia USP*.
- Silva, M. B. D. D. (2016). O sofrimento psíquico do sujeito em condição de estrangeiro.
- Silva, M. C. P. D. (2020). Só... Solidão...: Fronteiras entre a curva e a reta. *Jornal de Psicanálise*, 53(99), 137-160.

Nathan, T. (1981). Considerações etnopsiquiátricas sobre o tratamento analítico das psicoses. *Análise Psicológica*, 557-592.

Yin, R. (2001). Estudo de caso: Planeamento e métodos. Porto Alegre: Bookman.

ANEXOS

ANEXO A – Consentimento Informado



Carta de Consentimento Informado

A presente investigação será realizada pela aluna do 5º ano, Catarina Eliza da Costa Baptista Kalmar de Matos, no âmbito da sua dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica do ISPA - Instituto Universitário, sob a orientação da Professora Doutora Maria Emília da Silva Marques.

O objectivo do estudo é conhecer a história de migração dos participantes para perceber o modo como foi subjetivamente vivenciada. Para tal, serão realizadas três entrevistas com participantes nascidas em Cabo Verde e que tenham escolhido Portugal como o seu país actual de residência.

É, ainda, de referir que a presente investigação não envolve qualquer tipo de risco físico ou psicológico aos participantes e que os dados recolhidos são confidenciais, dado que qualquer elemento que identifique os participantes será preservado e mantido em anonimato.

De salientar, por último, que participação neste estudo é voluntária, não havendo nenhum tipo de recompensa monetária, sendo possível que o participante desista a qualquer momento durante o processo da entrevista, assim como colocar eventuais dúvidas relativamente à mesma.

Após a leitura deste consentimento e de ter conhecimento de todos os aspectos fundamentais à sua participação, o participante aceita participar neste estudo.

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: ___/___/___

ANEXO B – Transcrição da Entrevista com a Eduarda

E – Entrevistadora

Ed – Eduarda

E: “Gostaria de me contar a sua história de migração para Portugal?”

Ed: “Como é que eu cheguei... Como é que eu vim parar aqui...? Em Cabo Verde trabalhava um senhor que era português e eu já era grande e tinha duas filhas, que eu estava a criar sozinha, eu era empregada dele e então apareceu aí um senhor que é inglês, um amigo dele que é inglês e ele pediu-lhe se podia mandar uma empregada para ele e então ele chegou ao pé de mim e disse “Eduarda, tu queres ir para Portugal?” e eu disse “Vou como? Eu tenho duas filhas, como é que eu vou?”. Ele ficava com as minhas filhas e eu ia para Portugal e ele depois ia tratar das coisas, comprou passagens e eu vim. Cheguei aí, trabalhei aí quatro anos com o tal inglês e depois ele foi para Inglaterra e ele disse se eu também queria ir embora e eu disse que não porque eu tinha duas filhas e queria mandar vir as minhas filhas...”

E: “Hm-hm...”

Ed: “Então arranjei uma casa, porque eu trabalhava interna, e depois de arranjar a minha casa fui buscar as minhas filhas, mas pronto, não tive problema nenhum... Já há vinte e tal anos que eu mandei buscar elas...”

E: “As suas filhas já cá estão há mais de vinte anos...”

Ed: “Sim, há vinte e tal anos... e depois casei-me de novo, tive aí mais um filho, tem vinte e seis anos e é assim que a vida vai andando. Eu estou a gostar de estar aqui, a minha vida estabilizada está aqui, é aqui... Nunca faltei ao trabalho, tenho sempre bons patrões... estive vinte e tal anos numa casa de família, depois os outros foram-se embora e eu fiquei aí nessa casa e saí de lá há pouco tempo, porque com a pandemia ficaram desempregados e não podiam e não sei quê... Eles já não tinham como pagar e eu arranjei outro trabalho e saí de lá e até hoje... Arranjei outro trabalho... O meu trabalho é doméstica, faço tudo. Desde cozinha até... faz tudo, tudo um pouco. Passo a ferro, limpo a casa, cozinhar, limpo tudo e é assim a minha vida... governanta de uma casa...”

E: “Como é que é ser governanta de uma casa?”

Ed: “É o que eu sou! Ser governanta de uma casa é quando chegas lá, não encontras os patrões e eu é que tenho de fazer tudo, tenho de dar a volta. É o comer, é a casa, é tudo... E eu estou a gostar... Gosto, gosto, sim... Eu não tenho razão de queixa... Eu vim de lá porque eu tinha duas filhas, tinha que estabilizar a vida delas e dei... vim para aqui e pronto conseguiu... dei-lhes a escola, fizeram tudo e hoje é casadas e não têm fome e tem os filhos em paz. Eles já são casadas, o meu filho mais novo é que não... Elas já têm a vida delas. Têm trabalho, estudaram... Eu estou feliz! O meu filho mais novo também acabou a escola e está a trabalhar no aeroporto, mas está em casa...”

E: “Ele ainda vive consigo?”

Ed: “Está na minha casa ainda, ele ainda vive comigo, sim. É muito bom ter um filho em casa, por perto. Este meu filho nasceu cá em Portugal, nasceu em dois mil e... vinte e seis.”

E: “Dois mil e vinte e seis?”

Ed: “Espera! Não... vinte e... não! Ele tem vinte e seis... Ele nasceu no noventa e seis.”

(risos)

Ed: “Faço uma confusão às vezes com os anos... Isto é a minha cabeça... (risos) e eu já tenho aqui trinta e tal anos.”

E: “A Eduarda já está em Portugal há trinta anos?”

Ed: “Sim, trinta anos...”

E: “E como é que é estar aqui em Portugal?”

Ed: “É bom. É como estar em Cabo Verde!

E: Sente que estar em Portugal ou em Cabo Verde é a mesma coisa?

Ed: “Sim, não muda nada! Só o trabalho é que é diferente porque o ordenado é melhor que o de lá... lá também trabalho mas ganha pouco, cá ganha mais, é por causa disso que saí de Cabo Verde para Portugal. Quando cheguei aqui disse “Ah!”. Depois habituaram-me a essa estabilidade... ganho mais e consigo fazer uma vida razoável e melhor que a de lá.”

E: “Disse que a habituaram a essa estabilidade...”

Ed: “Sim, sim, sim... Não foi difícil habituar à estabilidade de cá (risos) Isso lá é diferente...”

E: “O que é que muda?”

Ed: “Foi o meu patrão de lá, que era português e que me mandou para cá e foi muito fácil... O meu patrão de lá era português e era primo de outro de lá, de Cabo Verde, por isso foi fácil. Eu fui fácil, com minhas filhas também foi fácil, não tive problemas... Cheguei aqui já com os documentos e passei e por isso eu não tive problemas... Nos primeiros tempos é que... adaptação... não foi fácil. Nos primeiros tempos, é normal...”

E: “Nos primeiros tempos foi difícil adaptar-se?”

Ed: “Sim, mas depois... pronto, está tudo bem. Estabilizar e tal... eu e as minhas filhas, era isso que eu queria. Já depois de um ano... E agora também com o meu filho temos essa estabilidade... Agora já vai fazer trinta e um... Aqui já é minha terra. A adaptação foi difícil, mas já está.”

E: “Disse que sente que esta já é a sua terra...”

Ed: “Sim, sim, sim, aqui já é minha terra. Eu renunciei o meu documento de Cabo Verde, agora quis trazer os meus pais também para aqui e tive que dar a eles documentos e tive que registar cá...”

E: “Teve que dar os documentos aos seus pais?”

Ed: “Sim, por isso é que renunciei lá, para dar a eles o documento também da Europa, da União Europeia!”

E: “Hm-hm...”

Ed: “Está muito bom. Os meus pais já cá estão também, o meu pai há vinte anos, a minha mãe há dezoito. O meu pai veio primeiro e depois é que veio a minha mãe e depois eu é que mandei eles vir e então está tudo aí estabilizado, eles vivem comigo e está tudo bem.”

E: “Que idade têm os seus pais?”

Ed: “O meu pai tem noventa e um e a minha mãe oitenta e nove.”

E: “Hm-hm...”

Ed: “São duas pessoas que está tudo bem. É assim... Eu agora vivo com os meus pais e o meu filho mais novo e está bom assim, estou feliz. Sinto-me feliz aqui e é o que eu digo, aqui já é minha casa...”

(silêncio)

Ed: “Eu tenho saudade da minha terra original! Mas é assim, eu tenho saudade de lá e entretanto eu sinto bem aqui também. Vou lá de férias!”

E: “Pois, pois!”

Ed: “Vou lá de férias, dois em dois anos, três em três anos vamos lá de férias... Prefiro estar cá e ir lá de férias de vez em quando. Tenho cá estabilidade, comprei minha casa e pronto, no fundo, já é a minha vida... Vou para lá para quê? Se for para lá, os meus patrão já morreu todo...”

(risos)

E: “Já não tem patrões em Cabo Verde...?”

Ed: “Não, não tenho já... e tinha que arranjar outro! Não... deixo-me aqui, que aqui estou muito bem. Aqui tem o meu trabalho, os meus patrões muito bons... aqui estou bem assim.”

E: “Hm-hm...”

Ed: “A gente já falou tudo, está bom assim?”

E: “Claro. Há mais alguma coisa que queira acrescentar?”

Ed: “Acho que já não tem mais nada... (silêncio) É Cabo Verde... é aqui... é os filhos... é os pais... é... a vida de lá é boa, a vida daqui é boa... eu gosto dos dois! Vou lá passar férias e depois volto para a minha terra...”

E: “Volta para a sua terra?”

Ed: “Sim, porque aqui já é minha terra... Cabo Verde também é! Mas aqui também já é...”

E: “Tem duas terras.”

Ed: “Pois tenho! (risos) Tenho duas terras, pois tenho... é assim.”

E: “Eduarda, muito obrigada pela sua partilha.”

Ed: “De nada... Eu que agradeço!”

ANEXO C – Transcrição da Entrevista com a Beatriz

E – Entrevistadora

B – Beatriz

E: “Gostaria de me contar a sua história de migração para Portugal?”

B: “Ahm... Eu sou de Cabo Verde e, primeiramente, vim com os meus pais para Portugal, para tratar de um problema na vista que eu tinha, que era estigmatismo. Entretanto eu já tinha 15 anos e acabei por ficar e terminei o curso comercial, que nessa altura era o Ataneu Comercial de Lisboa, nos Restauradores. E depois fui logo trabalhar para a Câmara de Loures, como escriturária, mas depois deram-me uma *chance* de continuar a estudar. Fui para o Liceu Pedro Nunes, estudei no liceu e continuei a trabalhar. Depois inscrevi-me no Crisfal, porque eu queria aprender línguas, porque eu sempre fui muito boa em francês e em inglês e mesmo na língua portuguesa.”

E: “Hm-hm...”

B: “Então fui e depois passado uns anos decidi ir passar umas férias a Holanda e pronto... Eu já conhecia o meu marido, esse que depois veio a ser o meu marido, que ele era holandês, e fui para Holanda. Fui para a Holanda e pronto... depois de um ano e pouco, casámos...”

E: “Casaram-se depois de ter ido para a Holanda...”

B: “Sim, sim, depois de vivermos um ano e meio juntos. Acabámos por casar... Foi um bom casamento dentro do possível, não é... Ele era viúvo e, infelizmente, anos depois veio a falecer, com cancro, mas foi bom, foi boa experiência... Primeiramente, porque comecei a aprender em casa, com eles, o holandês. Não que eu falasse! Porque eu tinha medo de dar erros, então eu só escutava, mas eu sei que a audição também é uma boa forma de aprendizagem e eu não só oiço, mas eu escuto... há uma grande diferença entre ouvir e escutar... nisso, eu sou uma pessoa muito perspicaz e eu comecei a pensar assim «*não, eu não quero falar em casa uma língua que não seja holandesa*». Eu comunicava bem com eles, mas eu disse «*eu vou aprender holandês*». Aí ele disse que não era necessário... e o que é que eu fiz? Comprei um dicionário português-holandês e andava no bolso sempre com um caderninho e uma caneta. Eu ouvia as pessoas dizerem as coisas e lembro-me da primeira palavra que eu aprendi, que era «*treinvertraging*» [o atraso de um comboio]. Pensei «*mas o que é que isto significa?*» e peguei logo na caneta e escrevi, mas foi a transcrição fonética, tal como eu ouvi... Depois cheguei a casa e perguntei «*mas o que é que significa tal palavra?*» e diz ele assim «*deixa ver o que é que tu escreveste*» e eu disse-lhe que se ele fosse ler não ia perceber porque eu escrevi tal como eu ouvi e diz ele assim «*ah, tu és demasiado curiosa...!*».

(risos)

B: “Ele dizia-me que eu não precisava de aprender holandês, mas eu pensava que se estava na Holanda tinha era que falar em holandês. E então falei com uma senhora que ia fazer trabalhos domésticos lá em casa, limpeza, passar a ferro, etc. e eu disse: *“oh, Maria, eu vou-te dizer uma coisa – eu quero aprender a falar o holandês”*. Ela também falava inglês... ou melhor, arranhava o inglês! E ela disse-me: *“ah, mas porque é que tu não pedes ao teu marido?”* e eu disse-lhe que ele não queria e diz-me ela assim: *“Ah, então eu não vou mostrar uma escola porque caso contrário eu vou perder as horas de trabalho aqui na vossa casa...”* e eu disse-lhe: *“Não, isso fica entre nós!”*

(risos)

B: “Ela trabalhava doze horas connosco por semana. Tanto insisti, insisti, até que um dia diz ela assim: *“Ok, eu vou-te levar, mas tu não digas nada que fui eu.”* Então lá fomos a uma escola e eu me matriculei a mim mesma. Matriculei-me... já fui para lá com livros e tudo... e pronto, cheguei a casa à noite, ‘tava com medo dele não gostar e diz-me ele assim: *“O que é que tu foste fazer nas minhas costas, eu já te disse que tu não precisas de falar holandês.”* Mas eu tinha que falar holandês, eu precisava de falar holandês e eu sentia-me bem a falar holandês. E pronto, eu fui. Foram seis meses de curso intensivo, eram oito horas de aulas por dia, quatro vezes por semana. A princípio ele não queria, mas entretanto ele depois ia-me levar e ia-me buscar à escola...”

(risos)

E: “Hm-hm...”

B: “Passados seis meses recebi logo um primeiro diploma, um certificado e tinha que ir pra Bélgica por causa da pronúncia, porque pronto, tinha tudo, tudo, muito bem: a escrita, a fala, a gramática, não sei quantos, mas a gente já achava um caminho difícil o caminho da pronúncia. E era normal, era só oito ou nove meses desde que eu tava na Holanda... Eles disseram: *“ela é uma excelente aluna, não deu nenhum erro”* e não dei nenhum mesmo! Mas a pronúncia, a professora disse assim – *“Tu ainda vais ser professora, como eu...”* e eu perguntei-lhe – *“Professora?! De quê?”, “De holandês!”*, disse ela. E eu disse: *“De holandês?”* **(risos)** Ela disse: *“Eu fico admirada como é que tu consegues dar as respostas tão perfeitas, completar as frases e tudo... o teu marido ajuda-te?”*. *“O meu marido? Não! Eu ponho um dicionário à frente e eu como sei bem a minha língua de origem, que é a língua portuguesa, então eu faço... é tudo uma questão de fazer a tradução”*. A gramática é diferente, mas isso eu já tinha percebido... e assim foi, passados os seis meses fui para uma outra escola, numa outra cidade, onde já eram cinco dias por semana e já eram cinco horas por dia. Ya...”

E: “Eram menos horas, mas mais dias por semana...”

B: “Sim, sim... mais dias por semana. Era mesmo, mesmo intensivo. Era só, só, só... aprendizagem da língua, dividida em grupos, para quem tinha só a escola primária, para quem tinha o curso médio e assim por diante, por causa da matéria, que era totalmente diferente... porque há pessoas que não compreendem a gramática da própria língua e para essas pessoas é muito mais difícil, principalmente uma língua que é anglo-saxónica e com muitas várias formas de gramática... E pronto, achei fácil! Logo à primeira eu disse que era fácil e até disse logo a essa outra professora: – *“Eu achei muito fácil”*, e ela respondeu: – *“Mas como é que tu achas a língua fácil se toda a gente vem cá e diz que é difícil...”* e eu disse: *“eu não sei, eu acho fácil e pronto”*. Às vezes, para se certificar que eu é que tinha feito o trabalho de casa, ela dava-me logo os exercícios no quadro e eu ia numa boa e fazia logo aquilo ta, ta, ta e ficava feito. Ela ficava a olhar para mim e dizia-me: – *“Bem que a outra professora me tinha dito... mas como é que é possível tu consegues...”*”

E: “Teve facilidade em aprender holandês...”

B: “Sim! E também porque eu gosto, eu fazia com muito amor e gostava... Pronto, e foi assim e passado dois anos eu já dominava relativamente bem a língua holandesa, tanto escrita, como falada, e pronto, comecei a frequentar alguns sítios, como a Associação Cabo Verdiana, por exemplo...”

E: “Na Holanda?”

B: “Sim, sim... há quarenta anos atrás, quarenta e dois anos, sensivelmente... E pronto... admiravam a minha capacidade. Eu participava nas reuniões, etc. e depois perguntaram-se se eu queria dar aulas de alfabetização, porque eles tinham muita gente lá que não dominava a língua holandesa e eu começava por aí... Cheguei a casa, disse ao meu marido e ele: *“não, não, não... se vais trabalhar com minorias étnicas eu não quero, tens outras qualidades”* e eu não gostei, achei aquilo discriminatório... não gostei, não gostei... Lá com tanta insistência, muita insistência, acabei por ir. Ao princípio não ganhava e passado três meses disseram-me que foram assistir ao meu trabalho, àquilo que eu fazia, eu é que preparava o material todo, porque nem material eles tinham, e acabei por começar a trabalhar. Pagavam-me nessa altura, já não me lembro se era semanalmente ou o que era. O meu marido dizia que aquele dinheiro não dava para nada, eram mil e quatrocentos florins, na altura. Ele dizia que isso era para dar comida a um gato, mas aqui em Portugal isso já era um balúrdio de salário (**estala os dedos**). Mas eu não considerava aquilo como um salário porque não tinha necessidade financeira...”

E: “Não tinha necessidade financeira?”

B: “Ele era empresário, tinha grande empresa e foi assim... Depois, porque a Câmara Municipal começou a organizar cursos para estrangeiros e cursos de integração e pronto, fui chamada, chamaram-me ahm... ensinava, sim, mas não era diplomada. Isto era nos anos '80 a '89... Em noventa e um, passado dois anos, três anos, sensivelmente, exigiram que nós tínhamos que... porque era qualquer um que ensinava. Tinha advogados, tinha professores... Havia cursos que eram dados por professores de espanhol, de Marrocos, marroquinos, da China, ensinavam chinês... e cada um dava aos alunos que eram oriundos desses países, não é...Eu dava a portugueses, brasileiros, cabo-verdianos e por aí adiante... Porque eram pessoas que eu ainda tinha que fazer a tradução. Ao princípio podia-se trabalhar com o holandês em tradução, mas depois disseram que não, que tinha que ser só holandeses ou então já tínhamos que ser diplomados. E então fui fazer outro curso, esse curso era bem pesado e era numa cidade que fica ahm... na fronteira com a Espa... ai *sorry*, com a Bélgica. É Eindhoven.”

E: “Eindhoven, sim, sim.”

B: “E lá no Instituto Superior lá fiz a didática e em Rotterdam, na escola superior fiz a pedagogia e língua holandesa também, mesmo ao lado, noutra escola superior. Era para ser feito em três ou quatro anos e eu fiz em dezoito meses, mais ou menos! Era muito intensivo. Eu ia toda quinta-feira à tarde e só voltava ao domingo. Tínhamos aulas de manhã até às dez horas da noite!”

E: “De quinta a domingo...”

B: “Sim, sim... era super intensivo... Pronto, o que nos valia, eu falo no meu caso, é que tínhamos que fazer filmagens das aulas que nós dávamos, que era para ver como é que nós trabalhávamos, para depois a professora depois dizer quais eram as devidas correcções e eram as matérias que tínhamos que estudar, para saber o que é que é ensinar... há um ditado que diz e é verdade «*se ensinas e o outro não aprendeu, então não ensinaste nada*». Se vou ensinar alguém, mas depois a pessoa me diz que não aprendeu, então eu não cheguei a ensinar. Então essa era uma das frases que nós logo no primeiro dia começámos a trabalhar nisso. Quando ensinas, alguém tem que sair a dizer “*eu aprendi!*”, porque se não aprender, então não ensinaste nada. E eu fiz isso com tanto amor e carinho... custou-me e custou-me mesmo, porque eu infelizmente tive um problema na garganta... ahm... e pronto, vim para casa, não de reforma, mas por ter ficado doente na altura e diga-se... custa-me a dizer... eu era muito apreciada pela direcção e por todos os directores e pelos meus colegas e pelos meus alunos. Eu era... foi uma tristeza eu dizer que eu tive que deixar da maneira como eu deixei o ensino...”

até aos dias de hoje quando eu me lembro... eu tenho muitas recordações, postais, livrinhos que fizeram para mim, com fotos... gostei do trabalho que eu fiz.”

E: “Hm-hm...”

B: “Para além disso, depois quando veio a falecer o meu marido, mudei de cidade, vim a conhecer na altura porque comecei a trabalhar na altura com muitos cabo-verdianos, a título voluntário... Continuei a dar aulas, até ao fim, mas depois fui mesmo na cidade de Roterdão. Então... ali comecei a conhecer várias instituições, fundações, não é... lá chamam-se *stichtingen* [stirring] e ahm... eu ajudava em vários *stichtingen*... muitos mesmo. Fiz rádio durante muitos anos, como locutora e produtora de rádio...”

E: “Em Roterdão...”

B: “Sim, na Rádio de Cabo Verde, até tenho ainda o cartão. Ajudava também numa fundação para ajudar crianças com problema da droga e senhoras que andavam a prostituir na rua... também ajudava muito nessa área... ahm, fazia muitas apresentações de livros, até tenho filmagens, etc...”

E: “Apresentações de livros?”

B: “Sim. Portanto, até estava a falar com um senhor, que ele é sociólogo na França, ele chama-se Luís Silva. Ele fez um livro, fui eu que fiz a apresentação, iam uns ministros de Cabo Verde e pronto, eu fazia muitos trabalhos, para além de ser professora tinha muitas ocupações, digamos assim. Mas a minha profissão mesmo, o meu ganha-pão era mesmo ser professora. Mas é muito difícil realmente a integração na Holanda...”

E: “Como é que foi essa integração?”

B: “Para mim não foi difícil porque, como eu já lhe disse, eu estava casada com um holandês, que mostrou-me tudo o que era necessário conhecer, os caminhos e ser independente a fazer as coisas. Mas há muitas pessoas que tinham, e têm ainda, muita dificuldade, principalmente quando não têm um certo nível de escolaridade, porque não é fácil desenvolver nos caminhos na Holanda, saber como é que tens que fazer para alugar uma casa, os requisitos necessários para abrir água e luz... nesse tempo, enviava-se também dinheiro para os filhos, quem tem filhos – eu não tenho, por cheques e essas coisas para os correios. Receber um telefonema em casa, como pagar, como dizer as coisas, ir às compras... comprar imobiliário e fazer troca porque não está correcto, enfim... desenvolver dessas coisas todas, é aquele desenvolver no dia-a-dia. Essas coisas eu acabei por aprender mesmo com o meu marido. E pronto, o resto o próprio ensino diz que a didática realmente aprendemos lá na escola superior.”

E: “Hm-hm...”

B: “O meu marido ao princípio não queria, mas ahm... viu a minha insistência e eu mostrei-lhe a necessidade que eu tinha de aprender. Eu disse-lhe: *“eu não venho para aqui para ser dona de casa. Não vim para fazer trabalhos domésticos, senão volto para Portugal.”* Pronto, eu também tinha cá o meu trabalho. Trabalhava na Câmara Municipal de Loures, com um estatuto oficial... Caso contrário, eu regresso... Não venho para cá para fazer limpezas, não é... não *‘tou* a diminuir o trabalho doméstico de modo nenhum, mas pronto, eu achava que tenho e tinha outras qualidades que deviam também servir a outras pessoas, servir outras necessidades...”

E: “Sim, sim...”

B: “Portanto, a minha integração na Holanda foi realmente muito fácil, muito rápido. Mas eu noto que muitas pessoas têm tido muitas dificuldades, principalmente os pais. Quando nós falamos com os pais de certos alunos, ahm... tem que haver sempre um tradutor. Há pais que têm que pegar numa criança com seis, sete, oito anos, que já nasceu lá, levar ao médico, para transmitir à criança o que é que ele ou ela quer dizer para o médico... Esse ainda é o cenário na Holanda. Já foi muito, muito, muito mais, porque, pronto, já apareceram várias instituições de ajuda, muitas instituições que ajudam, mas mesmo assim, principalmente os homens, os homens são muito... ah... eu diria muito complexados, talvez mais acanhados, não é... E não querem mostrar que não dominam e às vezes até têm uma certa doença e não vão ao médico, por vergonha... Não dominam a língua...”

E: “Refere-se aos cabo-verdianos na Holanda...”

B: “Sim... E cabo-verdianos quer dizer... a maior parte dos estrangeiros que vão para lá, que têm uma escolaridade básica muito fraca. Às vezes nem têm uma escolaridade básica finda, não é... E outros são totalmente iletrados!”

E: “Iletrados?”

B: “Sim, iletrados. A palavra analfabeto eu não uso, porquê? Eu desenvolvi um trabalho sobre o analfabetismo e o analfabetismo deste tempo não é um analfabetismo de trinta, quarenta, cinquenta ou sessenta anos atrás. Nós temos o analfabeto cultural, nós temos o analfabeto de letras, que não sabe ler e escrever, nós temos o analfabeto social... então o analfabetismo está dividido em várias coisas e é isso é que muita gente não entende... Então, quando fala do analfabeto, fala da pessoa que não sabe ler e escrever e isso não é verdade... não é porque não é... não é verdade... O analfabetismo abrange... é um círculo muito vasto para se falar de quem é que é analfabeto. Porque

há pessoas que não sabendo ler nem escrever têm um conhecimento cultural muito desenvolvido! O *background* dessa pessoa conta muito e o meio ambiente em que vivem... O iletrado não sabe ler nem escrever. As pessoas quando pensam no analfabetismo pensam logo que ele não sabe ler nem escrever, mas não. Pode até não saber ler nem escrever, mas pode ter outros conhecimentos...”

E: “Sim, claro que sim...”

B: “Ahm, mas sim... a minha integração na Holanda foi relativamente fácil...”

E: “E como tem sido esse processo de integração agora em Portugal?”

B: “A minha experiência em Portugal... ah... não tem sido fácil... não tem sido fácil porque... ah... eu já tinha vivido cá em Portugal... na minha adolescência... e parte da minha juventude... mas ahm... choca-me bastante ver que ainda... socialmente falando... Portugal não está tão desenvolvido como eu imaginava... o primeiro choque que eu tive foi... infelizmente quando eu cheguei cá fiquei doente, fui para uma clínica privada e ah... aquilo foi um choque para mim... ver aquilo nos corredores, em camas que se vêem sem pintura quase, ou a descascar a pintura, com mantas que parecem mantas de... militares ou que é em cima delas... o atendimento, para mim, de um a dez, eu dou... menos um. Ahm... Serviços de saúde eu acho que aqui está mesmo muito mal... Eu vou sempre ao serviço de saúde Tejo, paga-se mesmo muito, que na Holanda isso não acontece, porque nós lá temos um serviço de saúde ex-ce-len-te! É obrigatório pagar um seguro mensalmente. Toda a gente que lá vive. É obrigatório. Mas temos um serviço de saúde de qualidade, excelente. Viver lá não é bom, é excelente! É ótimo! E cá não é nada assim e então... isso chocou-me ver... chocou-me. Choca-me também ver as ruas, as casas velhas a caírem... eu acho que aqui a palavra manutenção de serviços não existe. Eu vejo na rua, no metro! Eu ando na rua e ando sempre a falar sozinha... a dizer “*como é possível, olha estas casas a caírem de podre, olha o metro a pingar água...*”. Na Holanda não se vê isso... têm todas as províncias, e eu conheço todas!, não se vê isso. O metro a pingar água dias e dias e dias. O mau-cheiro, as ruas, as pessoas a pedirem o pão... Não sei... socialmente, isso tem-me chocado bastante e... pronto, tenho encontrado também nalgumas pessoas muita arrogância e um certo espírito camuflado de discriminação, porque muitas pessoas vêem, ainda, ainda!, algumas vêem a inteligência das pessoas através da cor da pele... e eu noto isso, só que, pronto, eu venho com uma outra mentalidade, eu tento passar por cima... mas cá nota-se bastante isso.”

E: “Hm-hm...”

B: “Também eu acho que... ‘tá a ser aqui em Portugal muito desencorajador para quem estuda... para os estudantes, para quem estuda um curso superior, um curso universitário e os salários que são-lhes atribuídos, eu digo-vos... sinceramente. As rendas de casa, eu... pronto, eu comprei a minha casa e graças a Deus está toda paga... mas eu penso: *“eu sempre pensei no meu próximo.”* Eu venho da Holanda satisfeita porque eu deixei para trás um bom nome. Eu sempre fiz, ajudei para a integração e para o bem social, mas eu noto aqui que quem está bem, ahm... mal se pensa naquele que não está muito bem situado...”

E: “E como é isso de pensar no próximo?”

B: “Não. E eu tenho falado aqui com pessoas da minha família, estudantes que estão sendo desencorajados. Estão a terminar o mestrado e, imagina, a quererem ir para a Escócia, para a Holanda... *“Ah, mesmo que eu for trabalhar para um restaurante, mas eu já vi que tenho outro salário, outra comodidade, casa...”* e isso a mim dói-me. Dói-me bastante, porque eu também sei o que é estudar, estudar com dificuldades. Eu não venho de uma família rica, não... e graças a Deus, pronto, depois fui para um país onde fui bem acolhida e com um bom salário e tenho uma boa pensão, graças a Deus, dado ao meu esforço. Mas aqui os jovens estão-se a esforçar, mas o futuro está negro... Eu não compreendo isso, Portugal está dentro da União Europeia e eu pergunto *“qual é a resposta que vocês têm para dar lá a Bruxelas ou lá...”*, ya... Outra coisa que me choca cá também é que eu falo muito, com muita gente, pessoas com uma certa idade, como eu, que têm dois e três empregos... por que é que não cedem um desses empregos aos jovens que estão a estudar? Mas eles não, querem enriquecer, cada vez mais ricos, e os jovens... depois Portugal é um país que faz greve todos os dias. Na Holanda eu não sei o que é que significa isso porque ninguém faz greve. E isso o que é que demonstra? Demonstra que o povo está lá mais satisfeito. Em Cabo Verde... Em Cabo Verde...”

B: “A greve é uma forma de insatisfação... e é correcto. É correcto. Eu acho bem que estejam insatisfeitos, porque o que se paga cá não dá para pagar uma renda de casa. As pessoas têm que estar a juntar com desconhecidos para terem uma vida digna... Não pode ser! Ah, Portugal já andava há uns quarenta e... depois do vinte e cinco de abril... há uns quarenta e...”

E: “Quarenta e oito.”

B: “Quarenta e oito, imagina... e ainda é o que é? Não... Só estradas bonitas e pontes e isso assim a mim, não... não sei... Desculpa, eu sou, se calhar, muito aberta, mas... desculpa.”

E: “Não, não, obrigada pela sua honestidade.”

B: “Eu vejo e tenho que falar com amigos meus holandeses, porque eu estou num projecto agora com holandeses... um projecto agora para fazer um *cátámaran* para África, onde as pessoas podem ir viajando de forma gratuita, onde ajudamos Bruxelas e Holanda... e... eu tenho falado muito com eles e digo *“olha que Portugal é um bom país para viver, a comida é boa, o povo... ya, é acolhedor...”*, mas pronto, ahm... o governo está a falhar muito com os jovens. Os jovens! Esses é que são o futuro de amanhã, que fazem um país para o dia de amanhã, não somos nós. Nós já fizemos aquilo que... já demos o que tínhamos a dar... e isso é desencorajador. Eu vejo muitos a dizer *“eu vou emigrar, eu vou emigrar”* e eu digo-lhes *“mas tu ‘tás a fazer mestrado...”* e eles dizem-me *“ah, mas o que se paga não dá para mim para viver”*. E é verdade! As rendas de casa é... de bradar aos céus! É exorbitante! Como é que uma pessoa pode ganhar setecentos e oitocentos euros e um T2, conforme eles chamam cá, de oitocentos e cinquenta... uma coisinha mais... vai roubar? Vai prostituir? Vai vender droga? Vai ter que morar com alguém mesmo que tu não gostes, forçosamente? Não... Pensemos nisso, porque sinceramente... Se isso é a União Europeia, deixa muito a desejar.”

E: “Sente-se magoada com esta realidade...”

B: “Muito! Dói-me. Dói-me muito. Eu trabalhei com jovens e eu encaminhava para cursos profissionais e eles todos satisfeitos! *“Ah, eu vou terminar agora... isto não sei quê... professora, eu já vou encontrar um emprego em tal área e em tal área”*, satisfeitos da vida... mas aqui não. Aqui é o contrário... Um curso médio na Holanda ganha muito mais do que um mestrado aqui, não pode ser... Não compreendo... Esta é a minha forma de ver... Talvez porque estou cá há pouco tempo...”

E: “Há quanto tempo é que está cá?”

B: “Há uns meses, eu vim há uns meses... E eu ando a observar a sociedade... É o que eu tenho feito. Eu já percorri vários países do mundo, com o meu marido, graças a ele. Graças a Deus, viajei muito com ele e... todos os países eu vou mais como observadora do que como turista ou viajante...”

E: “É observadora...”

B: “Sim, mais uma vez... se calhar é um defeito grave, não sei... mas... também quando era para aprender o holandês eu ficava mais observadora dos outros... é sempre, é sempre... eu aprecio as coisas bem-feitas e eu aprecio as coisas feitas na hora e pronto, é aquela coisa, tudo em cima da hora... termos que entregar tudo em cima da hora e não há desculpas! Só se houver uma doença grave ou morte, de resto, não há desculpas

para nada. Ahm... e pronto, se fazes um bom trabalho, tens que receber um bom salário. Não é porque este é filho do Dr. ou porque este é filho do João da esquina e aquele é não sei quantos... Isto eu não suporto. É preciso falar com o compadre Manuel que é para ajudar a Maria a entrar no emprego e não sei quê... e isto ainda, desculpa que eu lhe diga, mas isto ainda existe em Portugal... Desculpa que eu lhe digo mas existe. E eu não suporto esta ideia. Eu não suporto esta ideia. Não vou atrás desta ideia. Não coaduno! com essa ideia! Eu não comungo com essa ideia, eu tenho ódio! a essa ideia... Ya... Porque... porque é que... temos que dar prioridade aos jovens, nós nunca poderemos incentivar as pessoas que estão a estudar a serem bons profissionais para o dia de amanhã, sabendo que estão a investir tantas horas do seu dia-a-dia... Eu investi tantas horas, eu sei o que é estudar... para depois eles irem ganhar mil e duzentos, ou mil e cem ou mil e quatrocentos ou mil e quinhentos... Eu não... Por amor de Deus... Não! Não pode, não pode... Ou então ponham as rendas de casa a trezentos euros, por exemplo... Assim eu já entendo que a pessoa vá ganhar mil e quatrocentos ou mil e quinhentos... A ganhar oitocentos euros e a renda de casa novecentos... Não... não consigo, não encaixa na minha cabeça... Não tenho filhos e não sei se foi opção ou se foi... pronto, o destino da vida e por também estar demasiadamente ocupada... e olha... estou satisfeita assim. Não me sinto infeliz por isso..."

E: "Não se sente infeliz por não ter filhos..."

B: "Não! Absolutamente."

E: "Hm-hm..."

B: "A felicidade não está nem no casamento, nem em ter filhos, nem em ter muito dinheiro... a felicidade está em sentirmo-nos bem interiormente e termos uma vida digna, que realmente corresponda às nossas necessidades, dentro daquilo que é normal, sem afectar o próximo. Para mim, isso é que é felicidade... É o meu modo de pensar... Por isso, Portugal eu gosto, eu gosto de Portugal... é o país que eu conheci primeiro, depois de sair de Cabo Verde... Os meus pais vieram para cá, todos os meus irmãos... o meu pai já faleceu, a minha mãe ainda bem, graças a Deus, é viva. Vive cá também, há cinquenta anos, e pronto... ya... fui para a Holanda e depois mandei buscar também duas irmãs e um irmão, que ainda lá estão... Graças a Deus todos têm um bom trabalho, estão bem... bem enquadrados dentro da sociedade, dominam bem o holandês, têm bons empregos para cada um deles... porque eu sempre fiz por isso, sempre fiz por lhes dizer que estar num país significa acima de tudo dominar a língua. Seja onde for. Vão para a China? Então vão aprender chinês. Vais para a Arábia? Aprende árabe! Vais para a América? Aprende bem o inglês. Seja onde for, porque a

língua, realmente, é a chave que abre todas as portas, o resto é conversa. Senão, nós temos que andar sempre com um atrelado tradutor atrás de ti porque a pessoa nunca vai dizer precisamente aquilo que tu necessitas que a outra pessoa oiça e por isso é que eu queria aprender o holandês como deve ser...”

E: “Hm-hm...”

(silêncio)

E: “Há mais alguma coisa que queira partilhar, Beatriz?”

B: “Hm... não... o que é que eu quero é ver Portugal a caminhar para um caminho melhor em relação a... à juventude... e aos velhos! Aos velhos... Há certas zonas, que eu não vou mencionar, porque eu já visitei várias zonas desde que eu estou cá, por curiosidade, espírito só de ver, de observar... e vejo que... as pessoas idosas... eu não chamo velhos... são as pessoas idosas... muitas estão muito esquecidas, muito abandonas... algumas recebem alguma ajuda, mas muito insuficiente ainda... podia-se fazer muito mais... também em relação a trabalhos voluntários, eu até entendo que não se queira fazer trabalho voluntário... uma pessoa que ganha tão mal, que mal tenha dinheiro para comprar uma refeição, não vai sair todo o dia para ir fazer trabalho voluntário... não vai, não... não tem dinheiro para pagar o transporte... não tem dinheiro para comer. Ainda tem vontade de sair para ir ajudar o outro? Não tem vontade, não... Nós para transmitirmos o bem à outra pessoa, primeiro, temos que estar bem. Senão, por mais que queiramos, não é possível. Não é uma questão de querer. A impossibilidade é imposta, às vezes, pelo estado, por quem governa, por aqueles que governam. O trabalho voluntário existe muito, muito, na Holanda e noutros países, na Suécia, que eu conheço relativamente bem, na Dinamarca... porque têm outro nível de vida... Os jovens, eu continuo a bater na mesma tecla... os jovens para mim... os jovens, os jovens precisam de ser ajudados de outra maneira... dêem espaço a eles para serem pessoas realmente bem formadas e para desempenharem um bom papel no dia de amanhã. Estão a estudar com tanto sacrifício, com tanta vontade, querem fazer o seu melhor, mas têm teias por todos os lados. O salário que não presta, um trabalho que não é garantido... via e daqui a seis meses tem que sair para ir para um *call center*... o que é isto? Para o *call center*? Para um *call center* não precisas de estudo nenhum quase... não sei... para trás do balcão da caixa do continente ou do pingo doce?... sorry, don't tell me... não... ai desculpa, estou a falar inglês...”

(risos)

B: “Mas não, não pode. E o que eu vejo... Três coisas funcionam muito mal em Portugal, por experiência própria... A justiça, eu tenho experiência própria, o ensino e a saúde. Estão a caminhar a passos muito lento para aquilo que eu conheço dos países da Europa do norte... muito lento ainda...”

E: “A justiça, o ensino e a saúde...”

B: “Sim, essas três áreas têm muito impacto na minha experiência. Estão a caminhar muito lento, infelizmente, sim... ainda vamos muito, muito, muito devagarinho... Eu não sei, eu continuo a dizer que... porque... esses sítios ainda, os serviços de justiça, de ensino e... estão muito peçados de pessoas que já deviam estar em casa, que já deviam estar reformados... mas não deixam, não deixam para não dar oportunidade aos mais novos... não sei, é uma iniquidade...”

E: “Os mais novos são injustiçados?”

B: “E de que maneira... não é pouco. Eu não tenho filhos, eu até podia dizer *“hm, de que me interessa isso?”*... se tivesse, uuuui... Deus sabe o que faz.”

(risos)

B: “Não sei, ou andava por aí à toa, porque eu metia coisas na cabeça e era capaz de desorientar... não sei **(risos)** Mas não sei, eu acho muito injusto esse acto, muito, muito injusto esse acto. Não verem o sacrifício da juventude e só criticam negativamente a juventude. Isso não leva a lado nenhum... Em vez de criticar negativamente, dá-lhe a mão, ensina-lhe o caminho... só críticas negativas não ajuda ninguém...”

(toca o telemóvel da Beatriz)

B: “Ah, é o meu telemóvel... não quero atender... **(silêncio)** Críticas negativas não ajuda ninguém. Nunca, nunca levou a lado nenhum... mas aqui é muito blablá... critica-se muito, mas mostrar aquilo que se deve fazer é muito menos... é só criticar negativamente... destrutivamente! Para destruir, não... Para quê? Qual é o resultado que se tem? A verdade pode-se dizer de várias maneiras. A verdade não tem que só apontar o dedo a alguém, só dizer *“tu és assim, tu és assado, tu és...”* não. Isso não é educar. O princípio da educação é mostrar o caminho do bem e do melhor e como fazer. Por isso nós tínhamos um lema na escola, que eu tenho lá em minha casa, que é «O que é que tem que se fazer primeiro? É tentar? É fazer? É pensar?» (diz o lema em holandês para si mesma) O que é que tem que se fazer primeiro antes de tomar uma decisão? Tens que tentar primeiro? Tens que pensar primeiro? Tens que fazer primeiro? É muito... é... ya... discute-se bastante sobre isso, mas... Portugal já melhorou um

bocado, é verdade, graças ao 25 de Abril, é um facto, é um facto inegável, já melhorou bastante. Mas a caminhada ainda é muuuito longa... Acredita naquilo que eu te 'tou a dizer."

E: "Hm-hm..."

B: "Eu vejo até as próprias ruas, os jardins... caramba, pa. Que descuido, é latas, é porcarias por todo o lado, é lixo no chão por dois, três dias, às vezes... eu fico a olhar e digo *"hmm... mas eu 'tou na Europa ou 'tou na África, han?"*. Há zonas que é de bradar aos céus... eu digo *"cheeeee, como é possível, como é possível..."*. Serviços de manutenção cá? De prédios e não sei quê? Isso não existe, isso não existe... É fazer um prédio e pronto, quando cair, caiu. Pintar portas e arranjar? Não... Faz-se para a eternidade. Eu ando a ver tudo e mais alguma coisa. Todas as moscas que voam, eu falo com elas!"

(risos)

B: "Talvez eu 'tou a ser muito exagerada. Até a pessoa com quem eu vivo me diz muitas vezes *"ai, tu 'tás a ser muito extremista"* e eu não sei se estou a ser muito extremista ou muito realista... Eu não estou a dizer que eles assim ou assado, eu estou a dizer que eles... vê só, podia ser melhor? Podia, podia... e pode, e pode... e depois é só a questão de dizer *"a culpa é de quem?"*. *A culpa é do outro, a culpa é dos condóminos, a culpa é do..."* ah, pois... mas as leis têm que funcionar... é muito fácil atirar as culpas aos outros... são os homens que fazem as leis para valerem duzentos anos ou trezentos anos..."

(O compadre da Beatriz aproxima-se e depois afasta-se)

B: "Pronto, eu não sei se era isto, não sei se achou interessante ou se quer saber mais sobre o ensino... o ensino na Holanda... de facto, no ensino os pais também têm muita dificuldade em entender o ensino na Holanda. O ensino na Holanda é dividido em várias áreas. Há os cursos... enquanto a criança está na escola básica, está tudo muito bem, mas saindo da escola básica, o estudo e as médias já têm várias direcções para decidir. É preciso explicarem bem, bem, bem e são os pais... que não entendem muito, e eu compreendo bem, porque não dominam a língua holandesa e... pronto... no país deles era diferente, era muito diferente a forma de ensino e quando chegaram lá as crianças, muitas delas, estão desmotivadas também por causa disso... Ya... não é que seja o paraíso, não... Mas comparando com Portugal... é muito... de longe, muito melhor... Melhor, sem dúvida nenhuma, em tudo. Muito, muito melhor, em tudo. No diálogo, na

forma de conversar com as pessoas, o respeito no trabalho, ahm... ah... como é que se chama quando eles entre colegas...”

E: “A interacção?”

B: “Exacto, a interacção... Exactamente. Muito. A responsabilidade, o espírito de responsabilidade, o cumprimento dos horários, ya... o cumprimento em tudo, aliás, não é só dos horários... ya... e eu sinto-me feliz por ter vivido num país como a Holanda, muito mesmo... e é claro, estou cá e estou lá... estou lá e estou cá... É assim...”

E: “Bem, Beatriz... segundo o ditado holandês, a Beatriz ensinou-me porque eu já aprendi qualquer coisa hoje. Obrigada.”

B: “Foi a primeira frase que eu aprendi no curso superior. A primeira frase logo quando entras... Os professores perguntavam o que é que é ensinar e, então, todos tinham uma forma de explicar o que é ensinar e ele escreveu: «*Ensinar é deixar que o outro aprenda. Se ele não aprendeu, então não ensinaste nada*».”

E: “Muito obrigada, Beatriz.”

ANEXO D – Transcrição da Entrevista com a Victória

E – Entrevistadora

V – Victória

E: “Gostaria de me contar a sua história de migração para Portugal?”

V: “Eu não sei se é propriamente emigração... porque naquele tempo ainda éramos uma colónia portuguesa, não é? De migração, migração eu não sei se será bem assim, mas... Bom, eu vim para cá como estudante, já com dezassete anos, vinha de férias, porque o meu pai era migrante e a gente vinha cá a Portugal muitas vezes e a minha mãe e os meus sobrinhos... depois em '73 vim definitivamente, fui para as novas profissões, fiz o curso de secretariado em relações públicas, através do Serviço Nacional de Emprego, que era mais simples do que é hoje... Fui para o arquivo e... as colegas iam todas ver o que havia lá e eu fui lá também. Diziam-me «*não, aqui não há nada para trabalhar...*» Passado uma semana, fui lá de novo e diz-me ela assim «*há quanto tempo é que a senhora não vem cá?*» e eu pensei «*bem, vou eu vou dizer uma mentira, mas tem que ser...*» e disse: «*há três meses que eu não venho cá...*». **(risos)** E então eu fiquei com um papel, fui ao arquivo e, pronto, consegui o trabalho... Tive que participar os meus familiares lá que eu ia para lá e tinha um tio, que era tio do meu marido, que era director da Bertrand, na rua de Malpique. Ele tinha muitos conhecimentos, não sei se ele me deu algum empurrão ou não... Ele só me apresentou ao director e eu fiquei lá no arquivo... e depois reformei-me em 2010... e não tenho assim experiências más, más, más eu não tenho, não... Eu sempre lidei com pessoas com um nível de educação mais apropriada...”

E: “Educação mais apropriada?”

V: “Relativamente à educação das pessoas. Até ainda hoje relaciono-me com os meus directores, porque eu trabalhei... O lugar onde eu trabalhei foi no Ministério Público, trabalhei no centro de Identificação Civil Criminal. Daí, dividiram o civil e o criminal e eu é que fui sempre do criminal e depois passei para os serviços judiciais. Tivemos desde '74 até perto de dois mil na Gomes Freire. Depois dali, em 2002... 2004... passámos para o Ministério Público e depois dali reformei-me em 2010. Mas como experiência, como marcos, não se pode dizer que eu tive assim... porque o mundo ainda era outro. Não tem nada a ver com o mundo de hoje... Assim, se formos falar do racismo... pessoalmente, eu nunca sofri esse problema, nem lá nos trabalhos, nem nada... o nível de educação de cada pessoa mostra o que é estar... Eu não sei se eu serei a pessoa mais indicada para você ter esta conversa, porque eu não tive essa experiência más cá como migrante. Eu vim, como portuguesa, estudar. Estudei, trabalhei, fiz bons relacionamentos, que ainda mantenho... Relaciono-me com os meus directores de serviço, que agora até ‘tão na Praça do Comércio... Mas é assim, eu nunca tive assim...”

porque eu depois tinha a minha família que foi para a Holanda, depois ia de férias para Cabo Verde e depois vinha...”

E: “Que família é que tinha na Holanda?”

V: “Os meus irmãos todos ficaram na Holanda. Eu fui a única que fiquei aqui em Portugal... e pronto... é assim... Mas hoje o mundo é outro... Acho que hoje há um bocado um desequilíbrio... o planeta anda aos zigue-zagues! Para mim, é o que eu digo sempre às pessoas. O planeta anda aos zigue-zagues e o que temos de fazer no meio disto tudo é salvar a nossa alma. Não há nada a fazer... eu já tive umas experiências, não sei se tenham sido racismo, mas... temos que salvar a nossa alma, através das nossas atitudes, das nossas acções, dos nossos sentimentos!...”

E: “Disse que já teve umas experiências... que não sabe se foram racismo... Como foram essas experiências?”

V: “Quer dizer... eu ‘tava numa paragem, eu ‘tava cheia com compras e como a paragem estava cheia de gente, eu fiquei à frente, mas só para não estar a andar com os sacos para trás e para a frente e veio um senhor e diz assim: «*a senhora pensa que é a rainha de onde?*» **(risos)** ...porque eu fiquei à frente... os meus motivos não eram os dele, não é... portanto, ele pensava que eu o ia passar à frente... e eu disse-lhe: «*eu não sou rainha de lado nenhum, eu estou aqui porque quero este autocarro e escuso de andar com os sacos para a frente e para trás*». No fundo, o autocarro não apareceu, tivemos que ir todos a pé... **(risos)** E olha, ele veio todo o caminho ao meu lado a conversar...! É assim... as pessoas às vezes... eu pertenço a uma família, que não sei se isso interessa para si, mas é o racionalismo cristão, que se quiser ver veja www.racionalismocristao.org e é uma filosofia que não... desde criança, que a base veio do Brasil e que é... mas eu vou-lhe oferecer o livro desse grande português de Portugal, um dia que queira ler... que ele foi muito jovem para o Brasil. Ele estudou tudo e frequentou tudo o que era *matumbice*, tudo o que era aquela porcaria do baixo comitismo e ele depois codificou essa filosofia para deixar, para as pessoas lerem e esclarecerem e saberem como têm que se servir deste mundo. E foi no Brasil, em 1910, que ele fez isso. Ele foi para o Brasil em 1800 e tal, muito jovem, não é... Ele era um homem de família, ele era aqui de Chaves, nós até fomos lá, fui ver onde é que ele nasceu, onde é que ele cresceu... **(risos)** Ele era Luís de Matos Lavrador Chaves não sei quantos... e ele, pronto, trabalhou, ahm... teve que fazer pela vida... eu digo assim para o meu marido: «*A vida não é assim, porque tu para seres aceite numa sociedade tens que ser culto e com dinheiro*».”

E: “Hm-hm...”

V: “Eu dizia «*Tu assim dás combate, porque se tens cultura e não tens dinheiro, não consegues dar combate...*», eu estou sempre a dizer isso nele, porque ele é uma pessoa diferente... Ele não é materializado...”

E: “O seu marido?”

V: “O meu marido, sim.”

E: “Disse que ele é uma pessoa diferente?”

V: “Sim, sim, ele é muito diferente... Mas ele, então, se eu fosse falar dele você tinha de ficar aqui comigo um dia inteiro... **(risos)** Mas essa doutrina do racionalismo cristão veio depois de 1910, que... os cabo-verdianos foram sempre emigrantes, foram sempre emigrantes! Eu ainda nem era nascida e o meu pai já era emigrante. Ele nasceu em 1910 e morreu com... em... com 90. Nós praticamente nascemos todos e ele não estava em casa, quando eu nasci ele não estava em casa! **(risos)** Porque havia aquela história das datas e por isso, por exemplo, eu sou de 7 de Janeiro de 1950, mas como o meu pai não estava connosco... quer dizer, eles antigamente juntavam-se por amor e a minha mãe juntou-se com aquele homem e teve os nove filhos toda a vida... eu tenho uma amiga também, que é a minha filha do coração, que é de 5 de Janeiro, já viu como o mundo é engraçado... Ela é minha filha do coração... nasceu em Angola, o pai era indiano, a mãe era cabo-verdiana, eu nem sabia! Mas claro, depois eu fiquei a saber e ele veio também como retornado, eram os retornados na altura...”

E: “Sim, sim, sim...”

V: “E ele foi trabalhar para o arquivo. Ele era casado, tinha três filhos e a minha filha, ela chama-me mãe com uma coisa que me faz até sentir...! Eu adoro meninas! A gente faz aqui muita conversa, mas depois você tira o que quiser... Ahm... ele foi trabalhar connosco, eu não sabia a história bem dele, hoje já sei mais umas coisas, não é... porque depois a mulher deixou-o e aos filhos... Mas ele estava longe e ela deixou o marido e os filhos, mas estava perto. Mas hoje, eu como sou... eu meto muita história no meio dessa conversa... um velho amigo, descendente de cabo-verdiano, nascido em Angola, trabalhou toda a vida na Guiné. Médico, o Dr. Siro. Ele morreu há quatro meses com 99 anos. Ele dizia-me assim: «Vitória, tu devias ser uma psicanalista...» **(risos)** Ele falava muito... e ele, ahm... nunca falei isso com a minha filha de coração, porque ele devia beber e devia-lhe bater muito... e ela então saiu... as pessoas não têm capacidade às vezes de aguentar os problemas, não é... E então o que é que acontecia: nós trabalhávamos de quinze em quinze dias no arquivo, na Gomes Freire. No dia em que nós íamos, ele levava a criançada toda. Se fosse hoje? Nem pensar...! Ele como

estava sozinho e tinha os três filhos, quando estava sozinho ele levava os filhos atrás porque tinha que trabalhar. Mas os nossos directores ali, eles eram... tivemos sempre bons directores. O Dr. Lourenço e Martins, que era Procurador-geral da República. Ele é que era um bom senhor. Então cada um tomava conta de uma criança e eu tomei logo conta da menina, não é...”

(risos)

V: “Mas eu fazia aquilo, enfim, com tanto amor, com tanto... eu quando estou numa missão não quero saber de nada. Estou na minha missão e pronto... o meu irmão tinha-me trazido uma boneca do Japão quando eu tinha sete anos e eu tinha trazido de Cabo Verde a minha boneca e eu quando vim para cá estudar peguei na minha boneca e levei-a! Mas também, para que é que eu queria uma boneca? A gente fica cá com tudo o que não interessa... a gente não deve se apegar... apegar-se qb! Não vamos deixar a nossa vida na miséria para dar aos outros, ne... Então, pronto, eu fiz aquele trabalho, nunca mais vi a moça...”

E: “Nunca mais viu essa rapariga de quem tomava conta no arquivo?”

V: “Pois! Mas depois o pai dela morreu há quatro anos e ela veio para o funeral e eu não fui porque era um dia de inverno e era lá para Cascais, no meio lá de bem longe... e disse assim para a minha colega: «*Quem for para o funeral, peça o telefone dela, que eu quero-lhe telefonar*». Desde aí, temos uma relação... eu sou mãe dela, ela diz que eu não faço ideia como eu fui importante na vida dela...!

E: “Hm-hm...”

V: “Eu não sei o que é que eu fiz! **(risos)** Mas bom... voltando a outros assuntos, estávamos a falar dos Cabo-verdianos que são emigrantes... eu, quando nasci, o meu pai não estava nem sei se quando foi dos meus irmãos ele estava... e o meu pai, ele nasceu em 1910, e essa filosofia [racionalismo cristão] em 1911 chegou a Cabo Verde... e o meu pai era praticamente o único filho da minha avó. Ele era o mais novo, só que os irmãos já eram adultos... Os outros emigraram para a Argentina e para o Brasil e ele depois embarcou e foi encontrar os irmãos...! Um na Argentina e outros no Brasil. Eu tenho sete primos no Brasil que eu nem conheço, não é... Ele devia ter uns... aquilo devia ser em 1955... ou qualquer coisa assim e ele dizia-me assim «*Há lá uma que é a tua carinha!*», era uma Júlia. Os cabo-verdianos foram sempre emigrantes, sempre, sempre, eles próprios pelo mundo inteiro... Mas eu de Portugal não tenho assim muitas experiências más para contar... Claro que há sempre aquelas coisas, a falta de educação, falta de espiritualidade... naquele livro do racionalismo cristão fala-se dessa

doutrina que esse grande português levou para o Brasil, e codificou e tudo o que ele diz, ele tirou o suco da espiritualidade... Eu baseio a minha vida sempre nos princípios dessa filosofia, às vezes quando eu desarmo as pessoas é assim... quando vêm para atacar, eu uso assim – serenidade, serenidade, serenidade. Eu até tive uma experiência... racismo, não sei. Há qualquer coisa, às vezes... (silêncio) Eu vinha do Colombo, eu estava cansada, porque eu às vezes ia ajudar a madrinha do meu marido, que já estava assim... ela também era cabo-verdiana... Ela viu o meu marido nascer, porque o meu marido é filho de um músico...”

E: “Hm-hm...”

V: “Do músico, compositor e escritor... E então essa doutora dava-se com a minha sogra, naquele tempo, ainda em Cabo Verde e então ela viu o meu marido nascer e ficou a madrinha do meu marido. Ela até estudou, veio para Portugal e estudou em Coimbra em 1961. Estudou e depois nas vidas dela, o marido que é português, ali perto do Porto, que a gente apanha o metro e vai até lá... E depois ela foi dar à luz quando cá veio, porque o marido foi para a tropa, para a Guiné, e a mãe dessa vez estava a passar o tempo aqui enquanto o marido estava na tropa. Ela foi minha professora de inglês quando eu tinha quinze anos.”

E: “Pois, pois!”

V: “Pronto E depois olha, a gente voltou, também vim para cá ela agora já está com idade, já está com 87... Mas então eu vou contar essa experiência no elevador. Eu vinha lá da casa dela e vinha cansada, eu entrei no elevador, entrou uma moça e havia um senhor que já lá estava... A gente não pode julgar as pessoas pelas aparências! Um vestir bem e um vestir mal... mas eram pessoas simples, de figura eram pessoas simples. E depois ela era assim: *«ai, a senhora não devia entrar»*. E eu disse assim: *«mas se somos três pessoas, por que é que eu não haveria de entrar?»*. Há uma coisa que as pessoas se esquecem, é que temos um mundo invisível à nossa volta, para o bem e o mal, e às vezes as pessoas parece que ficam ligadas à ficha para arranjar problemas... A outra moça era brasileira e ela até ficou assim a olhar para ela... o racismo é muito... é um acto de injustiça e a injustiça no Brasil tem um custo. Mas por que é que eu não podia entrar? Ela depois lá acalmou, saiu do elevador e pronto, às vezes, há coisas que é mesmo para chatear a gente, não é... são pequenas coisas, por isso é que eu digo que este mundo está desequilibrado, temos que ter serenidade, saber dizer as coisas... mas os cabo-verdianos é como os portugueses – espalham tudo, bom e mau, espalham tudo.”

(risos)

V: “O meu marido, por exemplo, ele está sempre a escrever... Mexe, tira, põe... E eu digo-lhe: «*Tu é que és o achador. Procura-me lá aí esse livro*» e ele lá vai e encontra! **(risos)** Mas eu de Portugal não tenho más experiências... naquele livro do racionalismo cristão fala-se dessa doutrina que esse grande português levou e codificou no Brasil... Eu baseio a minha vida sempre nos princípios dessa filosofia. Ele foi para Cabo Verde no ano em que a minha mãe nasceu, em 1911... A minha mãe era de 1911 e o meu pai de 1910. Eu depois fui nascer em 1950, não é... mas éramos 9 filhos. Eram oito rapazes e eu fui a menina.”

E: “A Vitória foi a única filha?”

V: “Única e última! Foi uma festa no dia em que eu nasci, os meus irmãos é que me contaram.”

E: “Como é que era a sua relação com os seus irmãos?”

V: “Eu sou muito feliz com os meus irmãos, só tenho dois agora... mas eu era... fui sempre a princesa deles. Eu cheguei a ter vinte relógios! **(risos)** Um ia para as compras, depois ia o outro... Tenho até um relógio que ainda hoje guardo... **(risos)** Depois a gente começa a ficar mais velha e tenho sobrinhas, então comecei a distribuir p’ra elas... mandei os relógios e essas coisas todas porque para que é que a gente vai acumular essas coisas? Não vale a pena acumular nada. Acumular apenas o essencial, ne?... Vivi em muitos lugares, se fosse sempre acumular tudo...”

E: “Onde é que viveu?”

V: “Então eu nasci em Cabo Verde, não é... depois vim p’ra Portugal, para Lisboa, vivi em muitos lados... vivi no Sul de Portugal. O meu quarto era num andar alto... Depois fui para as novas profissões e era só com moças de cá com quem eu vivia... Havia lá uma que já era experiente, já trabalhava. Nessa altura já estavam a começar a falar dos computadores, acho que era 70 e... 70 e... tal! Acho que essa moça já trabalhava na tecnologia quando os computadores tinham aquelas fitinhas... o resto era tudo estudante e éramos todas do mesmo curso. Eu era das novas profissões. Há dias até encontrei uma delas...!”

E: “E como é que foi esse encontro?”

V: “Nós estávamos a sair dum prédio ali ao pé das amoreiras e eles iam a sair e nós a entrar... E disse-lhe: «*Margarete...!*» **(risos)** E ela estava com o mesmo namorado! De muitos anos... eu fazia todas as brincadeiras com elas. Ele e os namorados das outras não gostavam que elas fossem lá num café na Augusto Aguiar, então eu é que fiquei de

dar o recado. Esconderam-se e quando eles chegaram lá eu disse «Não, não, elas foram para O Imperial» (risos). A Margarete era de Albufeira, mas tinha os pais emigrantes na Austrália, a Marília e a Amélia eram do Norte, lá onde trocam o “p” pelo “v”, sabe, eles têm aquela...”

E: “A pronúncia?”

V: “A pronúncia, sim! **(risos)** Eu até gostava de saber dessas mulheres...”

E: “E como foi o processo de integração em Portugal?”

V: “Bem... não posso dizer difícil... Foi bom, foi fácil... já vínhamos de férias muitas vezes, graças ao meu pai que ele era emigrante, então depois a gente veio... Estive em vários lugares aqui, *ne...* Mas então quando os rapazes chegaram, elas foram-se esconder e eu disse neles que elas tinham ido para O Imperial, era um café Estivemos logo ali quase ao pé do El Corte Inglês, era ali que morávamos. Elas ficaram escondidas e aquilo era uma animação. Depois eles saíam muito zangados, porque não queriam que as moças fossem para aquele café, sabe, os rapazes têm muitas ideias... bem esquisitas... mas depois foram lá e elas não estavam e já era *«olha, que santinhas, han!»* (risos) E há tempos, já há uns anos foi quando os encontrei a sair desse prédio... e eles iam a entrar, ela e o namorado. Esse João Calhau era de Angola e os pais dele viviam em Angola, mas ele estava cá a estudar. Depois acho que eles casaram, sim... naquela altura e ainda estavam juntos... Eu casei em 76, mas já foi muito depois de 76 que nos encontrámos com eles, portanto, eles ainda estavam juntos e eu achei aquilo engraçado, passado tanto tempo...”

E: “Disse que casou em '76...”

V: “Casei em 76, sim... O meu marido diz que faltam dois anos para os 50 de casados... São as bodas de ouro... **(risos)** Mas o meu marido é rebelde, ele não gosta de protocolos... E eu digo-lhe assim: *«olha, se fosse como o teu irmão...»*, porque o meu cunhado casou no Brasil e lá aquilo é tudo com protocolos... ele respondeu-me: *«Eu? A mim nisso ninguém me apanha...»* **(risos)** O meu cunhado, pronto, já é mais favorável... A minha sogra era portuguesa, o marido dela quando veio para Portugal, em 1940... mas o que as emigrações fazem! Porque o pai dela já era oficial da marinha mercante e então o barco com os cabo-verdianos foram sempre tentar embarcar. Havia um cozinheiro que era cabo-verdiano e depois esse cabo-verdiano foi viver com ele perto de Algés, numa casa lá que ele alugou, depois casou com uma branca e eu e a minha sogra é que dizíamos assim: *«Lá vem o corvo com o pombo na boca!»* **(risos)** Ele era de cor, ele devia de ser de Santiago, ele era mais... bem, as raças misturam-se

mas nós do Barlavento somos mais assim... (aponta para o próprio braço) O branco é do seu tipo, não é...”

E: “Sim...”

V: “Depois é do meu tipo e há de outros tipos... O meu marido é branco, ninguém diz que ele é cabo-verdiano, não é... a minha sogra já era muito avançada para o seu tempo, era muito evoluída mesmo, não gostava de coisas assim paradas... com dezassete anos ela tirou uma fotografia assim com o vestidinho... coiso... e está claro, ela foi de vestidinho e as miúdas hoje andam na rua de vestidinho e com tranças e os pais nem sabem quem elas são... isso é muito perigoso, o mundo onde estamos a viver. Mas era muito diferente, o mundo... aquilo antes tinha regras...”

E: “O que é que mudou?”

V: “É assim, eu também não era muito de sair... na minha terra, naquele tempo era diferente. Agora começam a sair às 9... eu no meu tempo às 9 estava na cama! **(risos)** Não, não, não era assim... Por exemplo, havia lá na Praça Nova, que era onde havia música e tal, e eu ia... mas naquela hora já lá estava o meu pai para me levar para casa... **(risos)** Era assim, mas hoje não é nada assim. Lá em Cabo Verde, hoje saem... Começam a sair às 9 da noite e regressam a casa às 5 da manhã... é muito... é outro mundo... E a minha sogra foi com uma senhora e lá conheceu aquele músico, que aquilo era de músicos e assim... As pessoas de África... O Salazar, na altura, nem deixou os portugueses saber o que era África...! Hoje é que ‘tás a ver... Agora é diferente, todos vemos todos os sítios maravilhosos... cascatas, e... por que é que eles não davam a conhecer às pessoas as coisas? Ele perdeu... Todo o mundo perdeu com isso, todo o mundo perdeu... mas pronto, a minha sogra conheceu o seu marido nessa altura, mas os cabo-verdianos eram diferentes. Nós... eu não me considero melhor, mas somos diferentes, somos versáteis! Somos muitas misturas e eu tenho falado com algumas pessoas sobre isto... O próprio Padre António Vieira tinha falado para o Rei D. João IV e disse-lhe: «*Prestem bem atenção às pessoas dessas ilhas, são muito inteligentes...*», que ele parava muito em Cabo-Verde quando ia para o Brasil e então depois a minha sogra disse-lhe assim: «*Olha que o preto sabe lavar os dentes!*».”

(risos)

V: “As pessoas que viveram em África sentiram um choque muito grande quando vinham para cá. Até a minha sogra me dizia assim: «*As pessoas em África vegetam?*”. O quê?! As mulheres fumam, qual vegetam! Em Cabo Verde as mulheres já fumavam, já bebiam, nós tínhamos... ahm... houve a 2ª Guerra Mundial e houve uma experiência

de várias nacionalidades, por isso, em Cabo Verde um tem olhos azuis, o outro tem olhos verdes e... tudo na mesma família. Depois um é castanho, o outro é escurinho e pronto, é assim essas coisas todas... na 2ª Guerra Mundial os barcos, como fecharam o Canal Suez, passavam todos por Cabo Verde, até nessa altura eram os ingleses é que, até '60 os ingleses é que comandavam. Primeiro, Cabo Verde era comandado mais por São Vicente, que era comandado pelos ingleses e depois é que Salazar tomou o resto daquilo. Nós depois andámos para trás, andámos para trás nessa parte porque... nós já tínhamos chocolates, cigarros de todas as marcas, nós sabíamos... quando era aquele filme, um filme brasileiro, O Senhor do Nepumuceno, e há lá uma que diz assim: «Vocês já são muito chiques. Já têm na porta do gabinete a dizer “entre, sente-se e aguarde”. (risos) Naquele tempo, dizia ela! Já isso tudo existia há não sei quanto tempo, porque nós tivemos muito contacto com o estrangeiro e nós bebemos sempre, nós bebemos sempre... As pessoas daqui não tinham a noção do que eram as colónias, não tinham mesmo... Olhe, eu sou de contar muitas histórias... Os militares iam para lá, para Cabo Verde e depois mandavam ir as mulheres. As mulheres iam e nem era por serem campónios, mas era uma vida diferente. E diziam assim: «Ah, não precisam de levar roupa porque lá há muitos putos nus», o quê? Quando chegavam lá, não viam nada e haviam pessoas que mudavam de roupa três e quatro vezes por dia! **(risos)** Aqueles que podiam, não é... porque há de tudo, não é... Depois quando chegavam lá, até havia uma portuguesa que era muito conhecida por nós, que era mulher de um capitão dos postos da alfândega, da capitania dos postos da alfândega... Quando os portugueses iam lá e andavam bem vestidos, eles [os cabo-verdianos] tinham que fazer vestidos também, não é... E eles que achavam que a gente andava toda nua! **(risos)** Mas em Cabo Verde nunca andámos nuas, não... em Angola... mas por culturas, porque às vezes aquilo nem é atraso, é a cultura dos povos, não é... e a minha sogra quando o conheceu, em 1940, claro... ficou estasiada... foi... acho que foi uma carga de trabalhos, pois...”

E: “Foi uma carga de trabalhos?”

V: “Pois, porque houve uma branca, não é... em 1940 ela apaixonar-se por um negro... mas ele era um preto especial... ele era mais claro que do que eu, mas pronto... ahm... eu tenho aqui no telemóvel uma fotografia dela e dele, acho eu... mas ficou estasiada porque foi uma... foi para os pais dele, compreende? E depois foi para os jornais e... esse homem sempre foi perseguido... o avô do meu marido foi sempre perseguido... mas para o mal, mais para o mal. Tudo quanto escrevia... ele chegava a casa e dava-lhe com o jornal na cabeça... vê lá o que é que dizem dele... já em tempos, já... o marido da minha sogra... ele é o Camões cabo-verdiano, não é... E veio no jornal e eles iam

ver o que é que diziam dele... a minha sogra, olha... já não estava para meias medidas e, pois, ela... já não sei quando... não sei se ela saiu de casa e foi para a casa lá de uma família, porque ela já não estava a suportar aqueles ataques lá de sua casa, não é... e pronto, é assim, tudo o que é diferente cria conflitos, não é... e claro, hoje também o mundo é outro e ainda há gente que, lá está, a tal espiritualidade que nos faz ser diferentes... eu sou comunicativa, falo com toda a gente, dou-me com toda a gente que me der, não me importa se ele é branco, se ele é preto, se ele é rico ou se ele é pobre... dou informações, como também estive no Ministério da Justiça também tenho muita informação!”

E: “É uma pessoa comunicativa...”

V: “Sim! Digo «*olhe, o senhor vai ali, ali ou assim*», ajudei muita gente a conseguir a nacionalidade portuguesa... uuuui, foi a passar a palavra e a passar e a passar... e foi assim. Por uma família, por exemplo, eram dez pessoas, não é? Mas depois eu dizia-lhes também «*nada de ilegalidades!*». Vocês têm que... porque na altura das independências houve muitas ilegalidades porque as pessoas queriam era se safar! Os emigrantes, como é que eles iam embarcar se não tinham passaporte? O passaporte cabo-verdiano nem sei se ainda hoje é reconhecido...! Que é a guerra do meu marido com o governo de Cabo Verde, é saber se é reconhecido ainda ou não é... E então eles tinham que ter um documento e eu dizia-lhes assim «*olhe, para ilegalidade vocês vão ficar mal e vão atrasar a vossa vida. Vamos procurar a lei e a possibilidade do legal*». Mas eu ia atrás deles e conseguia tudo, tudo na legalidade... «*Vocês não me vão pagar nada. Só vão pagar as despesas...*», mas depois davam-me um perfuminho ou... mas pronto, tudo bem... Eu nunca fui de... sinto-me mal...! Mas houve muita gente que enriqueceu com as pessoas dos emigrantes que nessa altura já recebiam cinquenta contos! E muitos arranjavam documentos falsos...! Houve uma altura nos registos centrais, que eles tinham que mudar os funcionários para evitar aquele contacto. Naquele tempo houve muitas pessoas, muita gente que pagaram cinquenta contos e trouxeram uma série sem selo branco... E eu nah, eu não estou para isso... É assim, tem pessoas que... umas das minhas viagens que eu fui, foi uma das últimas coisas que eu fiz... é que eu fui sempre ligada ao passado e a primeira coisa era ir visitar os velhos todos que eu conheci do tempo da minha mãe! Eu adorava... ficava espantada porque as pessoas depois com a independência começavam a ficar diferentes. Não eram do nosso tempo, havia coisas diferentes «*ah, olha que giro...*», eles diziam. Mas e qual era o problema de fazer as coisas de maneira diferente? No nosso tempo não era assim que a gente fazia? Não havia porta fechada, a gente chegava e entrava, conversava e ia embora e acabávamos por ficar... Uma vez fui visitar uma senhora que

já estava meia cega e estava com duas crianças. Pronto, a filha dela conseguiu vir, veio de Angola, passou por França. Pois, mas não tinha documento, então nunca mais pôde sair. Não entrou nem... quer dizer, entrou, mas se saiu de lá, depois já não podia entrar... e essa deixou duas crianças pequenas, claro, em Cabo Verde, com a mãe dela... E eu disse assim: «*deixe estar, que eu em teu nome vou ajudar-te nisso*». Já há mais de dez anos que a mãe não ia ver nem os filhos, nem a mãe, nem ninguém... ela já 'tava... tinha catarata. E eu depois assim... chegava lá e levava um dinheirinho que era só para distribuir pelas pessoas... Uns duzentos, outros cem, não sei quê, era assim que eu podia... e a porta da... havia muita gente na porta, mas já antes das independências já era assim... então já tinha umas moedas, de vinte escudos, cinquenta escudos... já vinha tudo separado... e eu disse-lhe «*Olha, eu vou-te prometer que a Alice vem-te visitar. Vais dizer à Alice para ela entrar em contacto comigo*». Mas sabe como é que ela veio de França?»

E: “Não...”

V: “Eu não conto muito isso, há imensas coisas que eu não conto assim nos tucas isso, mas olha, pronto... Como é que ela veio? Veio com o passaporte de outra...! **(risos)** E eu disse: «*Espero vir resolver as coisas...*», já o irmão já tinha metido um advogado, mas como são todos parecidos, não é... E ela conseguiu vir com o passaporte de outra e pronto... o advogado já lhe estava a pedir muito dinheiro, mais de não sei quantos... nem sei se já era euro... passámos de escudo para euro, acho que foi em 2002, não era? Depois ela apareceu cá e disse-lhe eu assim: «Então, eu agora vou ver as vias legais que eu te posso ajudar...». Eu, como sempre tratava dos documentos das pessoas, sempre tive um arquivinho (risos) e ainda tenho! Então no meio dos papéis dela, de todos aqueles papéis, não encontrei os papéis do pai dela? (risos) A coincidência! Mas eu nem sei como é que aqueles papéis chegaram a mim, não me perguntem... E eu acho que eu ajudei o pai dela e eu disse «Olhe, nem é tarde, nem é cedo.» Eu conhecia uma rapariga, uma amiga da minha geração que era sobrinha desse senhor e disse assim «Esse senhor é quem? Ele é o pai da Alice, não é?» e por aí, peguei no fio à meada, deu muito trabalho, mas consegui. Depois nessa altura a minha sogra já estava muito doente, não podia sair fora de casa, tinha que ir para os registos centrais... sabe as histórias dos registos? Que era ali ao pé do Chiado... Passava-se tardes e tardes e tardes lá... Lá consegui, ajudei a Alice, foi visitar a mãe, foi para o casamento da filha... mas esses bocadinhos de ajudar essas pessoas dão-me uma paz interior e depois ela telefonou-me, a mãe... a agradecer... o que eu tinha feito, que eu tinha conseguido... Mas eles depois não tinham que agradecer, eu fiz o que eu prometi. Mas depois disso já tratei alguns casos que já eram menos pesados. Era muito trabalho!

Mas também tinha uma vida boa, como eu dizia, não me posso queixar muito... **(risos)** eu em trabalho entrava às 8 e saía às 2, o meu horário de trabalho era das oito da manhã às duas da tarde, porque havia dois turnos. Antes era horário administrativo, mas depois esse que foi para Procurador-geral da República resolveu fazer dois turnos, que é uma coisa violenta! As pessoas pensam, mas é uma coisa violenta! Porque nós aproveitamos as horas para fazer tudo e mais alguma coisa...! Eles próprios o dizem, que o horário é violento... E pronto, é assim, então tinha das duas, ajudava muita gente, fazia muita coisa e então fiz... consegui ajudar muita gente... eu sou uma pessoa muito comunicativa, gosto de perguntar e, quer dizer, agora já diminuí um bocado essa brincadeira e há pessoas às vezes que não gostam, já reparei um bocado nisso, mas quando lhes pergunto por que é, é porque elas estão a ver alguma coisa que eu quero dizer, mas não. Eu quando pergunto não é para bisbilhotar. Eu quando estou a perguntar é porque eu estou a ver uma coisa e é para te ajudar... Mas também eu já parei um bocado com isso, que agora também já não há tempo para isso, não é...

E: “Já não há tempo para quê?”

V: “Já não há tempo para isso, para ser tão comunicativa, para preocupar-se mais com os outros e... é isso. A gente vai perdendo a paciência e tal e... eu sinto isso... as coisas mudam na vida, também já com a minha idade... as coisas mudam... Não sei também se já disse o suficiente.”

E: “Sim, sim. Há mais alguma coisa que gostasse de partilhar?”

V: “Uuui... há tanta coisa! Mas a gente não lembra de tudo, não é... Mas se eu me lembrar eu digo-lhe, eu depois telefono-lhe.”

E: “Obrigada pela sua partilha, Vitória.”